

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE CIÊNCIAS HUMANAS – LICENCIATURA**

CARLOS OTAVIO GLOGER DE CASTRO

**A CONSTRUÇÃO DO CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA:
O NEGRO NA SOCIEDADE SÃO-BORJENSE
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

**São Borja, RS
2016**

CARLOS OTAVIO GLOGER DE CASTRO

**A CONSTRUÇÃO DO CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA:
O NEGRO NA SOCIEDADE SÃO-BORJENSE
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Humanas -
Licenciatura da Universidade Federal do Pampa
como requisito parcial para obtenção do
Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Orientadora: Profa. Dra. Susana Cesco

**São Borja, RS
2016**

C3551c

Castro, Carlos Otávio Gloger de

A CONSTRUÇÃO DO CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA: O NEGRO NA SOCIEDADE
SÃO-BORJENSE NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX / Carlos Otávio Gloger de Castro.
- 08/07/2016. 109 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, Campus São
Borja, CIÊNCIAS HUMANAS, 2016.

"Orientação: Profa. Dra. Susana Cesco".

1. Clubes Sociais. 2. Clubes Sociais Negros. 3. Negritude. 4. Racismo. 5. Negros.

CARLOS OTAVIO GLOGER DE CASTRO

**A CONSTRUÇÃO DO CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA:
O NEGRO NA SOCIEDADE SÃO-BORJENSE
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Ciências Humanas -
Licenciatura da Universidade Federal do Pampa
como requisito parcial para obtenção do
Título de Licenciado em Ciências Humanas.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 8 de julho de 2016.

Banca examinadora:

Profª. Dra. SUSANA CESCO
Orientadora
UNIPAMPA

Prof. Me. JANILTON FERNANDES NUNES
UNIPAMPA

Prof. Me. ANDERSON ROMARIO PEREIRA CORREA
UNIPAMPA

**São Borja, RS
2016**

Dedico este trabalho minha amada esposa Andrea pelo amor, compreensão e apoio sempre que precisei. Aos meus filhos Otávio Augusto, Carlos Eduardo e Camille Vitória, sementes da minha árvore. A minha mãe Neli por me criar e a minhas irmãs e me mostrar com sua força o caminho da perseverança

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiro á Deus, motor primordial, harmonia e alegria da vida.

Agradeço a minha família, Andrea, esposa amada, Otávio Augusto, Carlos Eduardo e Camille Vitória, meus queridos filhos, esses a quem fiz abdicar da minha presença, por este projeto particular e mesquinho que agora se conclui. A minha mãe Neli, pela perseverança, por nos criar, ao preço de suas horas de vida, em cima de uma máquina de costura. Á minhas irmãs, Milene, pelos conselhos sensatos e á Fabiane, por me apoiar sempre que precisei.

Agradeço á todos os meus amigos e colegas pela paciência e compreensão das vezes que abdiquei do seu convívio. Agradeço em especial ao amigo e colega Sergio Brasil Fernandes por ter me apoiado no início de minha carreira, sempre me incentivando aos estudos.

Agradeço á todos os colegas de curso Jardel Vitor, Jéssica, Vinícius, Rudinei, Ritiele, ao mestre Marcino, Jenifer, Guilherme, Carla, Jardel, Camila, Carine, Veridiana, Nara, Elisangela, Viviane, Rosiclér, Francine, Adriana, Andréia, Lauren, Marion, Mara, Greice, Sabrina, Denise e Letícia, em especial aos camaradas, Oziel, Keli, Lucas Ávila, Juliana, Gabriela, Filipe, Núbia, Marlize, Cristiano, Renato, pela fraternal convivência. Que tenham sucesso e sejam todos felizes uma pequena felicidade de cada vez. Aos colegas que, por razões pessoais, ausentaram-se do nosso convívio que encontrem o seu caminho.

Aos colegas Lia e Lucas, agradeço em especial, não só pelo convívio, mas também pelos embates ideológicos que tanto me ensinaram e me fizeram melhorar como pessoa. Que tenham uma vida próspera e que sejam felizes á suas maneiras.

Agradeço a todos os professores, mestres e doutores do Curso de Ciências Humanas – Licenciatura: Ronaldo Bernardino Colvero, Juliana Lima Moreira Rhoden, , Francisco Medeiros, Keli Krause, Erick de Melo Maciel, Andrea Becker Narvaes, Lisianne Pintos Sabedra Ceolin, Adriana Hartemink Cantini, , Muriel Pinto, Nola Patrícia Gamalho, Sérgio Ricardo Silva Gacki, Viviane Margareth Pouey Vidal, Yascara Michele Neves Koga Guindani, Joel Felipe Guindani, Wesley Grijó, Domingos Sávio Campos de Azevedo, que muito contribuíram, cada um de sua forma particular, para minha formação acadêmica.

Um agradecimento especial aos professores doutores, Lauren de Lacerda Nunes, Edson Romário Monteiro Paniagua, Evandro Ricardo Guindani e a professora mestra Adriana Canova Motter, para nós acadêmicos do Curso de Ciências Humanas, os pioneiros, como nós mesmos, e guias em nossa jornada, e que de forma muito merecida foram os homenageados

pela turma.

Agradeço também a Dona Lourdes de Deus e a Dona Maria Helena, as pessoas que primeiro me receberam, com quem dividi algumas tardes para falar sobre o Clube Recreativo Esperança. Agradeço também ao seu Pedro da Rosa, seu João Valadares, dona Beatriz de Souza, dona Maria de Deus, dona Vera Oliveira, seu João Legal, seu Gilberto Souza, seu Luthero Fagundes, a Profa. Jandira e seu Euclides, Luiz Carlos da Rosa, ao senhor Alberi Dias e ao senhor Clemar Dias, sem a colaboração de todos, este trabalho não chegaria a termo. Agradeço em especial ao senhor Clóvis Benevenuto, por me mostrar onde encontrar as histórias da cidade.

Meu agradecimento especial á Profa. Dra. Susana Cesco, pela orientação segura e precisa, pela paciência com os prazos não cumpridos, e por me mostrar os caminhos das ciências. Este trabalho certamente, não seria tão grandioso, sem suas correções e orientações. Seja feliz e alcance o sucesso que sempre lutou para conseguir.

Agradeço á todos que, de uma forma ou outra, contribuíram para que me tornasse o que sou!

Vida longa e próspera!!

“Os homens esqueceram a verdade, disse a raposa. Mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas”

Antoine de Saint-Exupéry

RESUMO

Neste trabalho nos propomos a analisar a história do Clube Recreativo Esperança, que foi um dos clubes sociais da cidade São Borja no Rio Grande do Sul. Em muitos lugares do Brasil, até a metade do Século XX, os negros eram impedidos de frequentar os mesmos ambientes que os brancos e esse clube social, particularmente, foi criado para segregar os negros dos brancos da cidade de São Borja, na década de 1950, delimitando espacialmente o trabalho de pesquisa. O recorte cronológico vai da década de 1940, período imediatamente anterior à criação do clube, até a década de 1970, o período de maior efervescência de suas atividades. As atividades do clube estavam ligadas ao lazer e ao desporto, porém a sua grande vocação foi o Carnaval. O clube faz parte da história de São Borja e estava condenado ao esquecimento. A sede própria com sua fachada característica, aos poucos deixa de representar o clube que naquele local funcionou. Em pouco tempo, a existência do clube somente poderá ser atestada pelo testemunho das pessoas que vivenciaram aquela história. Por isso reunir e catalogar o conhecimento existente, na forma documental e oral, durante a pesquisa de campo, permitiu conhecer a realidade dessas pessoas. A metodologia da História Oral permitiu analisar esse conhecimento e entender a criação do Clube Recreativo Esperança, no contexto das teorias históricas e sociológicas do Brasil nesse período. O Clube apesar de não poder ser caracterizado como um Movimento Social como é cientificamente entendido, foi um lugar de afirmação e de manutenção da identidade e da cultura negra de São Borja.

PALAVRAS CHAVES: Negros; Racismo; Segregação; Clube Sociais Negros; Identidade.

RESUMEN

En este trabajo proponemos analizar la historia del Club Recreativo Esperanza, que fue uno de los clubes sociales de São Borja en Rio Grande do Sul. En muchos lugares del Brasil, hasta la mitad del siglo XX, los negros eran impedidos de asistir los mismos ambientes que los blancos y ese club social, particularmente, fue creado para segregar los negros de los blancos de la ciudad de São Borja, en la década de 1950, delimitando espacialmente el trabajo de pesquisa. El corte cronológico va de la década de 1940, período inmediatamente anterior a la creación del club, hasta la década de 1970, el período de más grande efervescencia de sus actividades. Las actividades del club estaban ligadas al ocio y deporte, sin embargo su gran vocación fue el carnaval. El club hace parte de la historia de São Borja y estaba condenado a el olvido. La sede propia con su fachada característica, a los pocos deja de representar el club que en aquel lugar funcionó. En poco tiempo, la existencia del club solamente podrá ser atestada por el testigo de las personas que vivenciaron aquella historia. Por eso reunir y catalogar el conocimiento existente, en la forma documental y oral, durante la pesquisa de campo, permitió conocer la realidad de las personas. La metodología de la Historia Oral permitió analizar ese conocimiento y entender la creación del Club Recreativo Esperanza, en el contexto de las teorías históricas sociológicas del Brasil en ese periodo. El club a pesar de no poder ser caracterizado como un Movimiento Social como es científicamente entendido, fue un lugar de declaración y de mantenimiento de la identidad y de la cultura negra de São Borja.

PALAVRAS CLAVE: Negros; Racismo; Segregación; Clubes sociales negros; Identidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 – Família “da Rosa” nos anos 1930	47
Fotografia 2 – Bloco dos “do Mato”/ Esperança nos anos 1940.....	49
Figura 3 – Bandeira do CRE	51
Fotografia 4 – Time do Sport Club Internacional na década 1960.....	53
Fotografia 5 – General Serafim Vargas no Bar de dona Antônia de Deus em 1963.....	55
Figura 6 – Mensagem do CRE por ocasião da morte do General Serafim Vargas.	57
Fotografia 7 – Sócios em frente à sede própria do CRE na década de 1950.....	68
Figura 8 – Recorte da Fotografia de Nagão e a fachada do CRE.....	69
Fotografia 9 – Festa de inauguração da sede própria do CRE em 1953.....	70
Fotografia 10 – Baile de debutantes na década de 1963.....	71
Fotografia 11 – Festa de 25 anos de fundação do CRE em 1976.....	72
Fotografia 12 – Baile de Carnaval no salão do CRE na década de 1950	73
Fotografia 13 – Bloco “Os Kobra” brincando o Carnaval na quadra do CRE	73
Fotografia 14 – Bloco dos Casais – Os Tiranos – do CRE (1959).....	75
Fotografia 15 – Sócios do CRE no desfile da Escola de Samba “Nós e o Ritmo”.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSN – Associação de Clubes Sociais Negros

CRE – Clube Recreativo Esperança

CRS – Clube Recreativo Samborjense

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RS – Rio Grande do Sul

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FGV - Fundação Getúlio Vargas

2º RC Mec - 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

ME- Ministério da Educação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A NEGRITUDE E OS CLUBES SOCIAIS NEGROS NO BRASIL.....	18
2.1 O QUE FOI E O QUE É “RAÇA”?.....	19
2.2 E RACISMO.....	22
2.3 RAÇA E RACISMO NO BRASIL DA METADE DO SÉCULO XX	24
2.4 CONCEITUANDO NEGRITUDE.....	28
2.5 CONCEITUANDO MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS.....	30
2.6 MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	31
2.7 CLUBES SOCIAIS NEGROS	34
3. DOS MÉTODOS E DA PRÁXIS	37
4 DO BLOCO “DOS DO MATO” AO CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA.....	43
4.1 A VIDA SOCIAL EM SÃO BORJA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	43
4.2 O BLOCO.....	46
4.3 O SARGENTO	52
4.4 O GENERAL.....	55
4.5 A FUNDAÇÃO DO CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA.....	58
4.6 O FUNCIONAMENTO DO CLUBE.....	59
4.7 A SEDE PRÓPRIA.....	66
4.8 OS BAILES E FESTAS	71
4.9 O CARNAVAL DE RUA.....	75
4.10 OS ESPORTES	77
5 E AGORA CRE, COMO SE FAZER CONHECER?.....	78
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS	87
APÊNDICES.....	91
ANEXOS	93

1 INTRODUÇÃO

O conceito de sociedade pode ser definido, livremente, como um conjunto de indivíduos, pessoas reunidas em torno de um determinado valor ou objetivo. Pode-se considerar limitada essa definição em uma sociedade multicultural, com grupos de diversos níveis econômicos e, por consequência, diversos níveis sociais, com interesses, valores e objetivos diversos. Essa sociedade busca harmonizar a convivência dos diversos “grupos raciais” e interesses. As individualidades, por sua vez, normalmente aceitam esta harmonização que é imposta por forças dominantes ao inconsciente coletivo.

A cidade de São Borja está situada conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2008) na Mesorregião do sudoeste e na Microrregião da campanha ocidental, na fronteira oeste do Rio Grande do Sul tendo como divisa Oeste, do outro lado do Rio Uruguai, a cidade de Santo Tomé, na República Argentina, e é filha de índios, de espanhóis, de negros e de portugueses. O amálgama dessas populações forjou esta cidade que hoje tem 333 anos de história desde sua refundação. Ela é solo pátrio para um povo que se formou entre as escaramuças dessas populações de índios, brancos e negros. Sofremos e temos influências dessas três populações básicas que nesta terra fixaram seu lar. A cidade de São Borja está, portanto inserida no contexto de sociedade multicultural que iremos abordar neste trabalho.

O negro é uma das “raças”, considerando que raça é um conceito social e não biológico, que compõem a sociedade brasileira. Essa população foi capturada, posta a ferros na distante mãe África e transportada em condições subumanas aos milhões para o Brasil, onde foram forçados a trabalhar para homens que os consideravam objetos e se consideravam seus donos. Libertos por força de lei tiveram que se organizar para sobreviver e posteriormente formar movimentos para reivindicar direitos iguais e tentar integrar-se efetivamente na sociedade brasileira.

O negro e a sua vivência no lócus da cidade São Borja compõem o tema escolhido para o presente Trabalho de Conclusão de Curso - TCC. Este tema nos conduz ao objeto de pesquisa que se trata do Clube Recreativo Esperança, um clube social que foi criado e fundado no ano de 1951, para que a população negra da cidade São Borja, tivesse um lugar para praticar o seu lazer e sua diversão. O racismo e a segregação implícita, e às vezes explícita, no processo de criação do clube transparece a inserção de São Borja no contexto histórico e social do Brasil da metade do Século XX.

O clube que faz parte da história de São Borja está condenado ao esquecimento, caso sua história não se transforme em conhecimento científico. Coletar, organizar, sistematizar e analisar o conhecimento existente hoje, no imaginário das pessoas, na memória e/ou em documentos, é parte da solução contra o esquecimento.

Como problema de pesquisa, entendemos que identificar as diferentes formas de racismo que permearam a história do Clube Recreativo Esperança e a sociedade são-borjense, além de identificar se houve por parte daquelas personagens formas de resistência ou conformação com os padrões sociais vigentes a época, ou seja, como se manifestava o conflito racial naquele período, a proposição mais adequada.

O prévio levantamento de dados, na fase de projeto, conduziu a descoberta de que o clube não está mais em funcionamento, principalmente por abandono dos seus sócios, apesar de ter uma sede e um arremedo de direção. E esta pesquisa de campo nos levou a considerar algumas hipóteses. Consideramos como a primeira a ideia de que o Clube Recreativo Esperança foi um ambiente de resistência e luta contra o mito da igualdade racial brasileira.

Apesar de a bibliografia lida não ter apresentado informações sobre a questão por outros ângulos, considerando o levantamento prévio realizado também, nos conduziu a ideia que a criação do clube aconteceu por doação de um benemérito da elite branca da época. Acreditamos que uma segunda hipótese seria a de que o Clube Recreativo Esperança é fruto da tentativa de conformação da raça negra por parte da raça branca, dominante, mantendo e ampliando a separação racial existente a época.

A definição das hipóteses nos condicionou a estabelecer alguns objetivos que deveriam ser atingidos para que pudéssemos valorar a questão do negro em São Borja. O objetivo geral foi designado sendo a identificação e a análise da criação e inserção do Clube Recreativo Esperança na sociedade são-borjense no período compreendido entre a década de 50 e 70 do século XX, atentando para as relações de exclusão e inserção social desses personagens através de festas, reuniões e outras atividades sociais e culturais, caracterizando a existência ou não de racismo e segregação racial.

Os objetivos definidos como específicos foram auxiliares para chegarmos ao objetivo geral e às considerações finais. Para tanto, listamos que foi traçada a trajetória histórica do Clube Recreativo Esperança; identificado o tipo de movimento social que caracterizou a vida social do Clube Recreativo Esperança: de acomodação e conformação ou de resistência e luta por igualdade de direitos; apresentado um panorama do negro na sociedade são-borjense nas diferentes épocas da existência do clube, com base na análise realizada, procurando a identificação da discriminação na sociedade são-borjense à época, se haviam brancos que

simpatizavam com os negros; além da identificação se os frequentadores do Clube Recreativo Esperança entendiam todas as dimensões de atuação do clube, com a finalidade de verificar as hipóteses de conformação ou de luta da instituição como Movimento Social Negro.

Como justificativa para o presente Trabalho de Conclusão de Curso consideramos que a pesquisa sobre os negros no Brasil é extensa, podemos citar Gilberto Freire, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, mais recentemente Kabengele Munanga. A pesquisa sobre os Movimentos Sociais Negros, especificamente, possui uma produção científica relativamente muito menor. Porém sobre os Movimentos Negros em São Borja praticamente inexistente e sobre o Clube Recreativo Esperança não se tem conhecimento de estudos científicos, fato que justifica a execução da pesquisa.

O ineditismo do trabalho foi algo motivador durante todo o processo de pesquisa, em contraste com a dificuldade relativa à inexistência de fontes documentais para pesquisar, pois a secretaria do clube foi destruída em gestões anteriores a atual. Para as novas gerações será uma novidade, pois o conhecimento sobre a existência do clube não foi transmitido a elas por gerações anteriores que viveram naquela época. O Clube Recreativo Esperança e a sua história pode ter grande importância, pois pode fornecer um retrato de como era a sociedade da época, e deve ser contada e conhecida por todos na atualidade.

Consideramos que a execução da pesquisa pode trazer várias contribuições teóricas, entre elas a confirmação geral da teoria de luta e resistência ou de conformação da “raça” negra, com a comprovação de uma ou ambas as hipóteses na sociedade de São Borja, possibilitando especificar o caso particular do Clube Recreativo Esperança e possibilitando a clarificação das teorias existentes. A pesquisa tem importância do ponto de vista geral, pois permitirá inserir São Borja no contexto das teorias sociais existentes, assim como demonstrar a importância da existência do Clube Recreativo Esperança para a comunidade local, mais especificamente para a população negra local.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso resultou de um processo composto por uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de campo para o levantamento de dados sobre o assunto e a análise desses dados utilizando as metodologias da história oral para a produção do que pode ser chamado de conhecimento.

A pesquisa documental e bibliográfica inicialmente foi utilizada para conhecer a documentação existente sobre o assunto, pois segundo Antônio Gil (2002, p. 46), “os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados” enquanto a pesquisa bibliográfica permite o acesso a dados já catalogados e analisados além de ser indispensável em estudos históricos.

Foi realizada a análise documental com base nas características conhecidas da sociedade à época, para identificar os motivos da criação do clube, seu desenvolvimento como entidade social e a situação atual.

As entrevistas com pessoas que viveram na época e historiadores locais permitiram o conhecimento do imaginário popular hoje, assim como após a análise das mesmas, identificar as possíveis verdades deste imaginário.

Para a qualificação do trabalho foi coletado, organizado e sistematizado o conhecimento existente hoje na forma de história oral. Além de coletada e organizada a documentação legal existente sobre o Clube Recreativo Esperança. Assim como pesquisados outras fontes e documentos, como jornais, revistas, livros de historiadores locais e outros trabalhos existentes, organizando-os e catalogando-os.

O conhecimento organizado sobre o assunto pesquisado resultou em quatro Capítulos, além desta Introdução que abordou, de forma geral, a temática do TCC, apresentou as hipóteses levantadas, os objetivos do trabalho, a justificativa e uma breve exposição sobre a metodologia empregada.

O primeiro Capítulo é composto pela pesquisa bibliográfica dos temas que durante a pesquisa se apresentaram como relevantes para o entendimento e à resolução do problema de pesquisa. O conceito de raça foi estudado etimológica e historicamente, assim como o conceito de racismo particularmente no Brasil. Além disso, movimentos sociais, negritude e movimentos sociais negros, além de uma pequena parcela do que foi estudado sobre clubes sociais negros, particularmente no Rio Grande do Sul, foram outros conceitos estudados para melhor entendermos o contexto histórico e social da criação do Clube Recreativo Esperança.

No segundo Capítulo apresentamos um resumo da metodologia utilizada. O método hipotético-dedutivo foi o escolhido para a realização deste trabalho, pois é considerado o mais adequado quando há insuficiência de conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto. A pesquisa de campo foi conduzida de forma a coletar os dados existentes sobre o Clube Recreativo Esperança. Foram pesquisados jornais e documentos na Biblioteca Pública Municipal, na Câmara de Vereadores Municipal, na Prefeitura Municipal e no Arquivo Público Municipal, no Cartório de Registro Civil e Cartório de Registro de Imóveis da cidade, além da visita aos fundadores e sócios do clube.

A metodologia da História Oral foi escolhida para a realização de grande parte do levantamento de dados, pois durante a pesquisa de campo descobriu-se que a documentação da secretaria do clube não existia, pois havia sido destruída ou extraviada. A pesquisa

iconográfica também foi realizada utilizando o material fotográfico levantado junto aos sócios do clube.

O terceiro Capítulo é o que consideramos mais importante dentro da estrutura proposta para execução deste trabalho. Nele apresentamos a análise dos dados levantados na pesquisa de campo, seja na pesquisa bibliográfica, documental, oral ou iconográfica. Inicialmente fazemos a exposição de como era parte da vida social em São Borja até o final da primeira metade do século XX, para que possamos nos interar do contexto histórico da criação do Clube Recreativo Esperança.

Em um segundo momento, apresentamos o bloco “dos do mato”, que foi a gênese do Clube Recreativo Esperança. Esta organização carnavalesca surgiu da reunião de famílias que realizavam festas e comemoravam aniversários, servia como mais um elemento agregador para que essas pessoas se divertissem no Carnaval.

Do relato dos sócios e do imaginário da população são-borjense conhecemos duas personagens que na visão daqueles que viveram a história e dos que a conheceram pela voz de outros, foram muitos importantes para o Clube Recreativo Esperança. O senhor Aristides de Deus e o General Serafim Vargas cuja relação teria sido a mola motriz da criação e da fundação do clube. Para entendermos essas personagens fazemos uma recapitulação da vida social de ambos dentro do capítulo.

A fundação do Clube Recreativo Esperança é apresentada em um subcapítulo, considerando os relatos dos entrevistados e a documentação encontrada. O funcionamento do clube com base na sua documentação legal nos permite uma análise da sociedade e das normas sociais em São Borja aquela época. A aquisição da sede própria do clube compõe um subcapítulo a parte que nos permite tentar entender as relações entre pessoas de visibilidade social e o seu relacionamento com clube.

Nos subcapítulos seguintes procuramos analisar as atividades que eram realizadas pelo clube na sua sede social e no que ficou conhecido como o Carnaval de Rua de São Borja, além das atividades voltadas para a recreação, o desporto e a cultura que eram realizadas pelo clube. A vida social do clube nos permite entender e relacionar os conceitos estudados de movimentos sociais com as hipóteses de resistência e conformação da população negra de São Borja e particularmente do Clube Recreativo Esperança.

O capítulo final apresenta nossas considerações finais sobre a pesquisa e o que, na nossa visão, consideramos tenham sido as deduções possíveis de serem elencadas com base na pesquisa de campo e na análise dos dados levantados.

2 A NEGRITUDE E OS CLUBES SOCIAIS NEGROS NO BRASIL

Neste capítulo para uma melhor compreensão do contexto histórico e social do Brasil de meados do Século XX é importante destacar alguns temas sociais em pauta naquele contexto.

Segundo Giane Vargas Escobar (2010, p. 20) é nesses espaços, os Clubes Sociais Negros, “que se constroem a autoestima, a autoimagem e as “identidades negras”, é aí que as relações se estabelecem e os conflitos também”, pois esses clubes, “além de lugares de memória, de construção da sociabilidade e cultura negra, são espaços de legitimação do poder”. Além de afirmar que:

Os Clubes Sociais Negros são um exemplo de resistência e resiliência, pois romperam com os padrões da sociedade ao sair da inércia que os mantinha isolados, ao constituir uma “elite negra empoderada”, que construiu monumentos com suas próprias mãos, ao se fazer enxergar por aqueles que não os queriam ver em um mesmo patamar, nem dividir os mesmos espaços, que não queriam que fossem cidadãos e muito menos que desfrutassem dos mesmos direitos. (ESCOBAR, 2010, p. 164)

Somente entender-se-á a questão da criação do Clube Recreativo Esperança (CRE), um Clube Social Negro em uma cidade como São Borja, no estado do Rio Grande do Sul (RS), que está marcada por estruturas sociais reproduzidas em todo Brasil, se analisarmos temas como raça e racismo, negritude, movimentos sociais, movimentos sociais negros e os padrões socioculturais brasileiros à época, na visão de vários pensadores.

Entendidos esses conceitos poderemos analisar o contexto da criação e fundação de um Clube Social Negro por aqueles homens e mulheres, negros e mulatos que por laços familiares, afinidade e convivência, conveniência, instinto de sobrevivência, resistência, resolveram criar e construir um clube social, onde eles pudessem desfrutar o seu lazer, a sua alegria, sem se preocupar com juízo do outro, branco e economicamente em melhores condições que eles.

Outros conceitos como memória e imaginário serão de relevante importância, tendo em vista a metodologia da história oral, escolhida para a construção deste TCC, com a finalidade de suprir a inexistência da secretaria, e por consequência de documentos do referido clube, que está inativo.

2.1 O que foi e o que é “raça”?

O conceito “raça” durante sua existência evoluiu ao sabor das mudanças sociais que ocorreram no decorrer dos séculos e também da necessidade de alguns de utilizá-lo para hierarquizar e justificar a diferença entre seres humanos. Para entender esta evolução do conceito iremos analisar como alguns pesquisadores individualmente identificaram essas mudanças em suas pesquisas, para chegarmos a nossa definição de raça.

Kabengele Munanga (2003) apresenta inicialmente o conceito de “raça” etimologicamente, do italiano *razza*, que tem origem no latim *ratio* que significa categoria, espécie, sorte. Acrescenta que as Ciências Naturais foram quem, primeiro fizeram uso do conceito, na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Munanga recorda que, no latim medievo, raça era usada para designar a descendência, ou o grupo de pessoas que tem o mesmo ancestral e, portanto, características físicas em comum. Na França dos séculos XVI e XVII, é que a nobreza, identificada com os Francos de origem germânica, reis da Alta Idade Média, se diferenciava da plebe identificada com a população local, os Gauleses. Os Francos se consideravam uma raça distinta e superior aos Gauleses, utilizando assim, raça para diferenciar classes sociais.

Conhecer a etimologia das palavras nos permite compreender melhor a sua utilização nos diversos espaços e tempos, possibilitando uma análise dos seus usos no tempo presente dentro de diferentes espaços.

Ainda contextualizando sobre os usos nos diferentes tempos e lugares Munanga (2003) argumenta que os Iluministas por sua vez se utilizam do conceito de raça para, de forma análoga as Ciências Naturais, explicar a existência dos povos ameríndios conhecidos a partir da conquista das Américas. Estes não tinham semelhanças com as populações africanas, europeias e asiáticas, os negros, os brancos e os amarelos, sendo identificados como uma raça diferente. Considerando a diferença entre os diversos fenótipos de seres humanos e a tendência natural do homem de classificar as coisas, as Ciências dividiram o *homo sapiens*, passando raça a ser um conceito morfológico, sendo o critério fundamental de classificação a cor da pele. Com os avanços das Ciências constatou-se que biológica e cientificamente a divisão do *homo sapiens* em raças não existe, pois geneticamente cada indivíduo é único.

Para Munanga (2003) durante a evolução histórica do conceito de raça, ele foi utilizado para hierarquizar os três fenótipos básicos, branco, negro e amarelo relacionando traços biológicos e qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Essas classificações, com os avanços das Ciências, teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre

aconteceu na história do conhecimento científico. Porém a hierarquização, isto é, estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças prevaleceu, como explica Munanga ao constatar que:

Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2003, p. 6)

Concordamos com o autor que esta hierarquização, uma construção inicialmente científica, incrustou-se de tal forma no âmago da sociedade, após ter sido defendida e amplamente utilizada pelo colonialismo, ao ponto de até hoje ser considerada como verdade pelo senso comum. Nesse contexto, cabe ressaltar que raça:

É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. (MUNANGA, 2003, p. 6)

Outros pesquisadores também se detiveram em entender o uso do termo raça na sociedade brasileira em particular, analisando dentro da territorialidade nacional os seus usos.

Para compreender melhor o significado da raça na sociedade brasileira, Edward Eric Telles (2004) utilizou-se de relações horizontais, entendidas como a miscigenação, as relações dentro das classes e a sociabilidade dos indivíduos. Além das relações verticais entendidas como a discriminação racial e a desigualdade, para, cartesianamente, determinar o que podemos convencionar como raça no Brasil.

Inicialmente Telles (2004) reconstrói e desconstrói as teorias do branqueamento da população e o mito da democracia racial, demonstrando sua utilização como aparelho estatal do nacionalismo de Getúlio Vargas e tentativa de integração nacional, assim como a posterior desconstrução dessa ideologia pelas lutas dos movimentos sociais negros. Essa perspectiva superou limitações de estudos anteriores que utilizaram somente um ou outro critério, pois analisando horizontalmente os resultados se transfiguraram positivos, mostrando muito pouco racismo e verticalmente negativos, atestando a existência do racismo.

Telles (2004) constata que a pesquisa científica sobre raça, preconceito e racismo no Brasil durante muito tempo foram considerados temas sem importância para o país, na visão da comunidade das Ciências Sociais locais. O mito da democracia racial estava de tal forma, estabelecido e apoiado pelo Estado Brasileiro, que esses conceitos eram negados e não existindo não precisavam ser estudados. Os estudiosos estrangeiros que se interessavam pelo assunto buscavam somente relativizar o racismo e o conceito de raça dos Estados Unidos com o racismo e o conceito de raça, para atestar a existência do “paraíso racial” que era “vendido” para fora do Brasil.

Esta relativização conduziu geralmente à conclusão de que raça não importa no Brasil, tendo em vista que nos Estados Unidos a distinção entre negro e branco é bem nítida, e leva em consideração a origem do indivíduo, sendo considerado negro aquele que tem uma gota de sangue negro, ou seja, um ancestral negro, independente de sua aparência física. No Brasil a distinção entre o negro e o branco é mascarada pela palheta de cores que o brasileiro utiliza para se autoidentificar nas pesquisas dos censos oficiais, como pardo, mulato, moreno, subcategorias que, em princípio, retiram o estigma de negro da população.

Segundo Telles (2004, p. 86), o “termo moreno é símbolo da flexibilidade do sistema brasileiro tradicional ao passo que o termo negro busca resgatar o orgulho da identidade negra, que há muito tem sido estigmatizada”. Ele entende que esta distinção cria barreiras invisíveis aos negros que impossibilitam a escalada a degraus sociais mais elevados, como o acesso a classe média, que estas e outras formas de discriminação são sustentadas por uma cultura que estabelece padrões sobre o valor das pessoas pela raça. Para Telles (2004, p. 86) “os brasileiros claramente fazem distinções de cor ou raça, que não necessariamente são delimitadas pelas características culturais de determinadas categorias raciais”. Essa cultura racista é legitimada, reforçada e naturalizada através dos ditados populares, do humor e da televisão.

A ideologia brasileira da miscigenação serviu para disfarçar o racismo brasileiro de várias formas. Esta cultura ainda se reflete na discriminação durante a educação e no mercado de trabalho, assim como na exclusão dos negros das redes sociais mais importantes da sociedade brasileira (TELLES, 2004). Ainda segundo o autor, o Estado brasileiro também é cúmplice da perpetuação dessa cultura e auxiliou a criar desigualdades raciais.

Para Telles (2004, p. 85) a conceituação social de raça no Brasil, passa por diversos parâmetros e/ou critérios, a “raça é um conceito ambíguo porque existem vários sistemas de classificação”. Para ele “são várias as categorias situadas ao longo de um *continuum* que vai do branco ao preto e que são também influenciadas pela classe social e pelo gênero.” As

especificidades históricas e regionais, as relações entre quem é classificado e quem classifica e até mesmo a situação social determina a rotulação dada por outros. Além do fato que “raça” é e foi utilizada de diferentes formas e sentidos na América do Norte, na Europa na África e no Brasil. Porém Telles na introdução declara sua opção para o conceito de raça:

Como é o consenso na sociologia, raça é uma construção social, com pouca ou nenhuma base biológica. A raça existe apenas em razão das ideologias racistas. No Ocidente, que inclui o Brasil, as teorias científicas do século XIX estabeleceram que os seres humanos poderiam ser divididos em tipos raciais distintos, ordenados hierarquicamente segundo uma ideologia que estabelecia que tais características estavam correlacionadas com os traços intelectuais e comportamentais de uma pessoa. Embora atualmente essas teorias tenham sido desacreditadas pela maioria da comunidade científica, a crença na existência de raças está arraigada nas práticas sociais, atribuindo ao conceito de raça um grande poder de influência sobre a organização social. (TELLES, 2004, p. 17)

O pesquisador Sales Augusto Santos (2007) ao conceituar raça, faz um amalgama dos conceitos anteriormente expostos considerando que “raça” não existe biologicamente, entretanto as pessoas classificam outras pessoas social e racialmente, no seu dia-a-dia, ou seja, elas hierarquizam suas relações sociais e por consequência os indivíduos. Acrescenta que raça, também não pode ser considerada uma realidade natural, levando em conta que de acordo com essa ideia não se pode utilizar o termo “raças”.

Considerando a possibilidade de se utilizar raça para hierarquizar os indivíduos:

[...] não somente os negros podem ser classificados como inferiores, como os brancos podem ser classificados como superiores numa determinada sociedade e vice-versa. Finalizando, Raça é uma construção social e não um conceito biológico ou uma realidade natural. (SANTOS, 2007, p. 23)

O conceito de raça no contexto desse trabalho é entendido como uma construção social, que é caracterizado particularmente pelo preconceito de cor, pois no decorrer da pesquisa pode-se perceber que o fator econômico e, por consequência a ascensão social, podem resultar no branqueamento do “de cor” e uma aparente igualdade social, porém a estigma fenotípica está sempre presente, aguardando a oportunidade para que seja apontada, por meio de expressões como “só podia ser preto”.

2.2 E racismo

Sobre racismo Guimarães (2003) supõe ser de conhecimento de todos que este não existiria caso a conceituação de raça e por consequência a divisão dos seres humanos em

subespécies com qualidades ímpares também não existisse. O autor reforça que o conceito de raças - ele usa o termo no plural - mesmo cientificamente, é uma construção social e que, no caso, existe um ramo da sociologia, que é o responsável pelo seu estudo, o ramo que trata das identidades sociais.

O racismo pode ser entendido como:

[...] um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definido como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é re-significada em termos de uma marca cultural interna, que define padrões de comportamento. O racismo é, portanto, uma redução do cultural ao biológico, uma tentativa de fazer o primeiro depender do segundo. (LIMA, 2002, p. 28)

Portanto novamente pode-se afirmar que o racismo pressupõe uma hierarquização do humano que foi amparada, cientificamente, como biológica. Porém esta teoria foi refutada pela evolução das ciências, particularmente as genéticas, e hoje é considerada como algo socialmente construído, de forma a naturalizar a dependência de um indivíduo ou grupo de outro grupo dominante.

Munanga (2003) para definir racismo retrocede à justificativa mítica calvinista e baseada na Bíblia, de que os três filhos de Noé seriam os ancestrais das três raças, brancos, amarelos e negros, e que, por um fato ocorrido Noé teria amaldiçoado o filho negro a ter sua descendência escravizada pelos demais. Ele relata que o modernismo ocidental utilizou-se da observação dos caracteres físicos para caracterizar o racismo, relacionando a influência destes caracteres no comportamento dos povos, utilizando-se da Biologia para justificar um determinismo racial. Essa construção resultou na eugenia da Alemanha nazista e no *Apartheid* legal da África do Sul, assim como o sistema de segregação legal do sul dos Estados Unidos. Superado o racismo institucionalizado e explícito desses lugares, uma nova forma de racismo se desenha:

Devemos, portanto observar um grande paradoxo a partir dessa nova forma de racismo: racistas e anti-racistas carregam a mesma bandeira baseada no respeito das diferenças culturais e na construção de uma política multiculturalista. Se por um lado, os movimentos negros exigem o reconhecimento público de sua identidade para a construção de uma nova imagem positiva que possa lhe devolver, entre outros, a sua auto-estima rasgada pela alienação racial, os partidos e movimentos de extrema direita na Europa, reivindicam o mesmo respeito à cultura “ocidental” local como pretexto para viver separados dos imigrantes árabes, africanos e outros dos países não ocidentais. (TELLES, 2003, p. 11)

Assim como Munanga (2003), para Telles (2004), no Brasil, a miscigenação disfarçou o racismo brasileiro. Em alguns aspectos, a discriminação no Brasil é parecida com os

Estados Unidos, onde se sabe exatamente quem é negro e quem é branco, em outros aspectos o racismo é sutil, escondido, sendo percebido na ausência de uma segregação formal, mas que fortalece a desigualdade racial, como por exemplo, nas oportunidades de emprego para brancos e negros.

No entanto, a discriminação por classe social e os altos níveis de desigualdade possuem componentes raciais; inclusive a raça é um critério de mobilidade social para as camadas superiores do sistema e as desigualdades são maiores nos lugares onde a população não-branca é maioria. Por outro lado, outros aspectos do sistema racial brasileiro não são tão sutis. A disseminação de estereótipos raciais, como os que se manifestam no humor, e a ausência de uma representação negra na mídia aparentam ser muito maiores no Brasil do que nos Estados Unidos hoje. (TELLES, 2004, p. 140)

2.3 Raça e racismo no Brasil da metade do Século XX

O negro é uma das “raças”, assim como o branco e o índio, considerando que “raça” é um conceito histórico e social, não biológico e não natural, que compõem a sociedade brasileira.

Capturado como animais na África, foi escravizado e forçado a trabalhar sob condições subumanas no Brasil, no período compreendido entre 1500 à 1888. Liberto por força de lei, a maioria já não tinha vínculos com a terra natal, considerando que algum escravo que chegou por volta de 1850, ano do fim do tráfico negreiro, estivesse vivo em 1888, ano da abolição, a maioria era nascidas nesta terra, mestiços, frutos da miscigenação entre brancos, negros e índios, não tinham condições econômicas para voltar para o continente de seus ancestrais africanos, teve que se organizar inicialmente para sobreviver e posteriormente poder formar movimentos sociais e reivindicar direitos iguais e a sua integração efetivamente na sociedade brasileira.

No Brasil, o racismo se transfigurou, principalmente, como preconceito de cor, pois a identificação do negro é muito mais fácil, do que diferenciar o moreno ou o mulato, do branco, pois a miscigenação fez com que os traços particulares característicos se tornassem mais homogêneos. Assim apesar de não haver lei segregacionista no Brasil, na prática o negro sempre foi excluído e impedido de frequentar os mesmos locais que os brancos, caracterizando assim uma das formas de racismo existente, sendo a outra forma, a atribuição de valoração diminutiva e depreciativa do indivíduo, infrahumanizando-o sempre com base na diferença de cor.

Conceituados raça e racismo podemos passar a uma análise destes aspectos no Brasil do pós-abolição. Segundo Telles (2003), ainda no Segundo Reinado o conde Arthur de Gobineau, representante da França, que viveu no Brasil entre 1869 e 1870, identificou que em sua maioria a população brasileira era formada por mulatos, mestiços de brancos com negros, identificando inclusive vários mulatos entre os ministros da corte e que a miscigenação havia enfraquecido a população. Em 1856 ele havia publicado um livro “*L’Essai sur l’Inégalité des Races Humaines*”, sobre a desigualdade das raças humanas, influenciado pelas teorias científicas à época, de que os negros eram inferiores e, por consequência, declarava que o Brasil estava destinado à degenerescência e ao subdesenvolvimento, tendo em vista o número de negros e mulatos no quantitativo da população. Essa declaração fez com os brancos, apesar de nunca terem sido ameaçados de fato pela superioridade quantitativa dos negros, procurassem uma solução para o futuro da nação.

Os eugenistas brasileiros amparados pela ciência da época chegaram à conclusão que a própria miscigenação poderia corrigir os rumos da nação, fazendo a mescla de brancos e não brancos, tendo como consequência o branqueamento da população brasileira, com base na dominância e superioridade do gene branco. Outro fator que chegou a ser considerado, mas foi rejeitado, é o determinismo geográfico, que afirmava que os climas tropicais eram insalubres para os brancos e benéficos aos não brancos.

A política de imigração brasileira foi sustentada pelo projeto de branqueamento e como consequência o Brasil:

[..] encorajou, recrutou e subsidiou a imigração europeia, enquanto o governo federal restringia a imigração asiática até 1910. Esta nova leva de mão de obra substituiu a população de ex-escravos africanos em lugares como São Paulo, ao mesmo tempo em que agia como um “agente civilizador”, embranquecendo o pool genético brasileiro. Esperava-se que os imigrantes brancos acabassem se mesclando à população nativa, de modo a diluir a grande população negra. (TELLES, 2003, p. 23)

Nos anos após a libertação dos escravizados no Brasil, segundo o antropólogo João Baptista Borges Pereira (2011), o negro que na grande plantação foi o alicerce das elites políticas do Reino continuaram a dominar na República, ao ser liberto foi taxado de mau trabalhador agrícola, tendo que abandonar a cena rural a caminho das cidades em busca de um espaço para viver. Cidades estas que não estavam preparadas para receber a mão de obra desqualificada que era o negro à época e que também possui uma estrutura ocupacional pouco diversificada e pouco receptível ao negro.

A qualificação que possuía este indivíduo era meramente operatória do cultivo ao qual estava escravizado antes da abolição, portanto insuficiente mesmo para as poucas necessidades do estágio inicial de industrialização que se encontravam nas cidades brasileiras à época. A educação nunca foi considerada importante para a maioria da população branca e livre do Brasil colônia ou império. Ao negro escravizado, então, o senhor de escravos nunca proporcionou, salvo algum caso muito isolado, qualquer tipo de educação que não fosse a mínima instrumentalização necessária para lidar com a lavoura.

Os imigrantes brancos além de atender ao projeto de branqueamento, em tese, se imaginava que eram mais aptos ao modo de produção industrial que se pretendia implantar, pois vinham de países onde esse processo estava em pleno funcionamento. A realidade era que os imigrantes que vieram eram os menos aptos para o trabalho industrializado no modelo europeu, e por isso buscavam novas oportunidades no Brasil. Esses imigrantes, mesmo não sendo os mais aptos, imediatamente ocuparam os postos de trabalhos que estavam sendo criados, tendo preferência sobre a população negra e mulata, substituindo os negros na lavoura e por vezes sendo explorados pelos fazendeiros, inicialmente de forma análoga a que foram os negros, porém de forma extremamente mais branda, pois eram trabalhadores livres, sem relação de posse com os fazendeiros.

Esse fator fez com que os negros e mulatos fossem excluídos e marginalizados do mercado de trabalho, reforçando o estereótipo de preguiçosos e vagabundos, principalmente, os homens que por não conseguirem trabalho, acabavam dependendo de suas companheiras que conseguiam trabalhos de doméstica ou de cozinheira nas casas de família nas cidades, dando vida à figura do malandro e fazendo também com que muitos negros e mulatos buscassem o branqueamento, adotando os comportamentos e/ou casando-se com mulheres brancas.

Para Telles (2003) a superação do racismo científico e das políticas eugenistas foi fruto em parte, do trabalho de Gilberto Freyre que em 1930 publicou o livro “Casa Grande e Senzala”. No livro, Freyre imagina a miscigenação como um símbolo da cultura brasileira, transformando em uma ideia positiva para a identidade nacional. Para Freyre, brancos, negros e índios procuraram se harmonizar e conviver de forma relativamente tranquila, sendo a miscigenação a liga que uniu as três raças. A proposta de Freyre foi denominada, tardiamente, “democracia racial”, pois vislumbrava uma convivência igualitária entre brancos e negros, pelo menos no plano das relações raciais, mais benigna em relação aos Estados Unidos, por exemplo.

Segundo Santos (2007) o mito da democracia racial foi uma corrente historiográfica e ideológica que dominou o Brasil a partir dos anos 30 do século XX, para o pesquisador Freire defende, utilizando o historiador sul rio-grandense Dante Laitano e o viajante Auguste de Sant-Hilaire para comprovar, que no Rio Grande do Sul, por exemplo, brancos e negros viviam em harmonia quase que total, considerando as relativas condições de igualdade do peão branco e negro nas estâncias de criação de gado.

A grande contribuição de Freyre talvez tenha sido a de colocar em evidência a miscigenação e a mestiçagem no Brasil, na proposta dele como um fator positivo que, entretanto reforçava a esperteza da gente branca, portuguesa, no caso, que se deitou com as índias e as negras, manteve relações sexuais, por vezes consentidas, às vezes usurpadas, para compensar a incapacidade de transpor populações para ocupar a colônia, demarcar e garantir com seus patrícios o território, fazendo-o então com seus filhos, mesmo que mestiços. Porém essa visão não engrandecia, juntamente com o branco, a figura do índio e do negro, apenas reforçava a sua inferioridade, ao se deixarem usar e as suas mulheres, ambos utilizados para os propósitos do branco.

A proposta de Freyre se alinha, perfeitamente, com o projeto do Presidente Getúlio Vargas, pois ao mesmo tempo em que invalidava e substituía o projeto do branqueamento do Brasil, apresentava à nação uma justificativa para unificação e construção da identidade brasileira, eram todos mestiços. Algo que o governo Vargas buscou alcançar através de projetos de integração entre as regiões, crescimento industrial e ampliação dos direitos e condições de trabalhos. Esses projetos abriram oportunidades para que os negros e mulatos pudessem ser incluídos no mercado de trabalho, para que houvesse a integração, pelo menos de forma simbólica, à cultura nacional contribuindo para dissolver os movimentos sociais negros que, naquela época, começavam a despontar.

Segundo Telles (2003) a democracia racial foi de tal forma acolhida pela sociedade brasileira que, em 1968, quando o Brasil foi signatário de convenções que determinavam a criação de institutos legais que proibiam a discriminação racial, tinha-se a seguinte certeza:

No entanto, a ideologia de democracia racial brasileira havia se tornado tão aceita que o governo brasileiro convenceu a si mesmo, a população e a comunidade internacional de que seu povo era culturalmente antirracista e que, portanto, não precisaria destas leis. (TELLES, 2003, p. 30)

São Borja, em 1951, apesar da distância da capital do país, o Rio de Janeiro, vivia a efervescência política e social pelo fato de Getúlio Vargas, um filho da terra, ter sido duas

vezes Presidente da República e de diversas outras pessoas que se mantinham ligadas à Capital Federal, ocupando cargos no Executivo e no Legislativo Federal. Em consequência, São Borja, pode-se supor, reproduzia e vivia conforme os modos da Capital Federal. Nesse contexto histórico e social, que é criado o Clube Recreativo Esperança. Um clube criado para que os negros se reunissem e se divertissem, pois eram impedidos de frequentar os Clubes Sociais existentes à época na cidade, exclusivos para sócios normalmente brancos ou mulatos, em contraponto com a política nacionalista e integradora social do Governo Vargas, ratificando a existência do racismo e da segregação racial, demonstrando o alinhamento/reflexo da sociedade são-borjense com o contexto nacional, considerando que este fenômeno, os Clubes Sociais Negros existiam em um grande número de cidades no Brasil.

Porém antes de construir a história do Clube Recreativo Esperança, devemos nos apropriar de outros conceitos importantes, como o de movimentos sociais negros, dentro dos quais, o próprio conceito de Clubes Sociais Negros foi inserido pelos estudiosos do assunto na atualidade.

2.4 Conceituando negritude

Segundo o historiador Petrônio José Domingues (2005) *négritude* deriva de *nègre*, termo de cunho pejorativo, utilizado para ofender o negro, assim como no inglês americano usava-se a expressão *niger* para depreciar e hostilizar o negro afro-americano, em contraposição a *noir* que tinha um sentido respeitoso. O termo “negritude” foi adotado pelo movimento negro em oposição ao *nègre* original, passando a ter o sentido que nos é apresentado pelo Dicionário Aurélio como sendo “ideologia característica da fase de conscientização pelos povos negros africanos da opressão colonialista, a qual busca reencontrar a subjetividade negra”.

Para Domingues (2005) negritude, no campo ideológico, pode ser entendida como processo de aquisição de uma consciência racial, na esfera cultural, a tendência de valorização de toda manifestação cultural de matriz africana, é um conceito multifacetado, que precisa ser compreendido à luz dos diversos contextos históricos. Este movimento, a “negritude”

[...]era entendida simplesmente como uma fase de transição: passagem e não término; jamais fim em si mesmo, mas apenas meio para construção de uma sociedade sem nenhuma forma de opressão racial, etapa cuja realização humana deixará de ser mediada pela cor da pele. Portanto, na perspectiva de Sartre, a

negritude era uma espécie de mal necessário no processo emancipatório do conjunto dos oprimidos. (DOMINGUES, 2005, p. 35)

O movimento da negritude surgiu no início do Século XX, quando na América do Norte, o afro-americano W.E.B Du Bois adotou um discurso de volta às origens negras e de orgulho racial, incentivando os movimentos de independência dos países africanos do sistema colonial ainda vigente. Em Nova Iorque, por volta de 1920, escritores e artistas negros influenciados por Du Bois criam um movimento para combater os preconceitos e os estereótipos existentes contra o negro enaltecendo seu povo e sua obra. Nas Ilhas do Caribe, particularmente em Cuba e no Haiti movimentos conduziram propostas de resgate e valorização da língua crioula¹ e da religião, no caso o vodu, de forma a conscientizar os negros sobre a história da África e incentivar a resistência anticolonial. Porém, é na França que jovens estudantes, oriundos das colônias francesas, particularmente das Ilhas do Caribe, chegaram para estudar e perceberam que a civilização ocidental era bem diferente do que era ensinado na terra natal (DOMINGUES, 2005).

Franz Fanon (2008), em seu livro “Pele Negra, Máscaras Brancas”, relata a falta de identidade do jovem que ia estudar na metrópole e retorna a colônia, pois, em Paris, não era reconhecido como francês e sim como negro colonizado. Quando retornava formado, não se identificava mais com sua terra natal, pois até mesmo sua língua materna havia deixado de falar, por ter adotado a língua da metrópole e os modos da metrópole, sendo inclusive discriminado por não falar a língua crioula e exaltar a vida na Europa.

A negritude, segundo Domingues (2005), pode ser considerada como a ideologia de uma elite negra letrada, que não atingia as massas negras e influenciou somente a pequena-burguesia negra. A negritude, apesar de ter influenciado os movimentos de libertação dos países africanos a partir dos anos 1960, não conseguiu reduzir as desigualdades após a independência. Como exemplo, temos Léopold Senghor, que foi o primeiro a utilizar, em um poema, o termo negritude, e um dos intelectuais do movimento que assumiu o poder após a independência do Senegal, porém:

¹ Os crioulos são línguas naturais, de formação rápida, criadas pela necessidade de expressão e comunicação plena entre indivíduos inseridos em comunidades multilíngues relativamente estáveis. Procurando superar a pouca funcionalidade das suas línguas maternas, estes recorrem ao modelo imposto (mas pouco acessível) da língua socialmente dominante e ao seu saber linguístico para constituir uma forma de linguagem veicular simples, de uso restrito mas eficaz, o *pidgin*, que posteriormente é gramaticalmente complexificada e lexicalmente expandida, em particular pelas novas gerações de crianças que a adquirem como língua materna, dando origem ao crioulo. (PEREIRA, Dulce. Acesso em 18/05/2016. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/crioulosdebaseport.html>)

A defesa oficial dos "valores africanos" tornaram-se discursos vazios e reacionários no quadro de ausência de uma melhoria na qualidade de vida do povo senegalês e da continuação das estruturas sócio-econômicas marcadas pelas desigualdades. Senghor foi incapaz de entender que o principal inimigo a ser atacado, naquele instante, não era a "raça branca", mas as contradições de classe (a concentração de poder, renda e prestígio na mão de uma elite) de um lado, e o subdesenvolvimento econômico da África e suas conseqüentes mazelas sociais (o desemprego, analfabetismo, a fome e marginalização) de outro. (DOMINGUES, 2005, p. 31, grifos do autor)

2.5 Conceituando Movimentos Sociais e Movimentos Sociais Negros

A negritude pode ser enquadrada no conceito de Movimentos Sociais, considerando a perspectiva da socióloga Ilse Scherer-Warren (1987), pois entendemos englobava uma ação para transformação social, por meio de uma proposta ou projeto, seguindo determinados princípios que norteiam esta mesma proposta, ou seja, tem uma ideologia, além de ter uma estrutura mais ou menos organizada.

Para Scherer-Warren (1987), esses elementos - a práxis, o projeto, a ideologia e a sua direção e forma de organização - são básicos para definir Movimentos Sociais até aquele momento. Pois, no movimento da negritude, a sua práxis era consciente e crítica, resgatando e valorizando suas origens africanas, ao buscar a afirmação do negro como um ser social, para que ele se autodeterminasse e assumisse o controle do território. Tinha um projeto bem definido, o de libertar a colônia do jugo da metrópole, e por consequência libertar o negro de sua influência. Os princípios básicos eram os do comunismo e a volta às suas raízes africanas, isto é, os mesmos princípios daqueles jovens intelectuais, daquela elite letrada que constituiu a direção do movimento e determinou sua forma de organização.

Para Scherer-Warren (1987, p. 20), “forma de organização, ideologia e projeto dos movimentos sociais formam, com efeito, um conjunto sintético na configuração da práxis social, ou seja, do movimento propriamente dito”. Chegando assim à conclusão de que naquele momento, os Movimentos Sociais poderiam ser definidos como:

[...]uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (SCHERER-WARREN, 1987, p. 20)

Inicialmente, os Movimentos Sociais Negros no Brasil não poderiam ser enquadrados no conceito proposto por Scherer-Warren, pois não possuíam um projeto claramente definido, mas evoluíram para alcançar com o tempo esse status.

Segundo a Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana, organizada por Nei Lopes (2004), Movimento Negro é um nome genérico dado, no Brasil, ao conjunto de entidades privadas integradas por afro-descendentes e empenhadas na luta pelos seus direitos de cidadania.

Domingues (2007), prefere usar a palavra “negro”, ao invés de afrodescendentes para caracterizar o conceito de Movimento Negro, tendo em vista que o termo negro passou ainda na década de 1990 a abranger as categorias antes denominadas como pardos, mulatos, morenos, e esse negro tem como objetivo buscar soluções de seus problemas sociais, provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que o deixaram a margem do mercado de trabalho, da educação formal, da política, da cultura e por consequência da sociedade.

A pedagoga e ativista negra Nilma Lino Gomes atualiza o conceito de Movimento Negro em 2011, ao traçar reflexão acerca da história e dos saberes construídos pelo movimento, entendendo tratar-se de :

um sujeito político, com uma trajetória histórica, integrante do contexto atual da organização dos movimentos sociais e participante da articulação transnacional com outros movimentos e ONGs na luta pela construção de uma sociedade democrática. (GOMES, 2010, p. 135)

Porém preferimos usar o termo Movimentos Sociais Negros, no plural, concordando com Santos (2010) por serem várias as formas de lutas, em diferentes instâncias de atuação, ante as várias entidades negras de combate ao racismo, bem como suas várias formas de linguagens, ações e instrumentos.

2.6 Movimentos Sociais Negros na primeira metade do Século XX

Entendidos os conceitos de Movimentos Sociais e Movimentos Sociais Negros, podemos refletir sobre a contextualização histórica desses movimentos no Brasil a partir do início da República.

Segundo Santos (2007), após a abolição, um dos primeiros Movimentos Sociais Negros, senão o primeiro, que ocorreu foi a Revolta da Chibata, ocorrida em 1910, a última revolta ocorrida no Brasil, protagonizada por marinheiros negros que pegaram em armas contra as praticas racistas que eram recorrentes na Armada Brasileira. O estopim para a deflagração da revolta se deu após um marinheiro negro ter sido condenado e castigado com

250 chibatadas, como punição por ter cometido uma transgressão, esse tipo de punição era uma prática que remetia diretamente ao período da escravatura.

Para Santos (2007), o acesso ao lazer e recreação foram os motivos para as primeiras lutas dos negros e mulatos, no pós-abolição, contra a discriminação racial. Apesar da ascensão social conseguida por uma pequena elite que era livre antes mesmo da abolição, as portas dos locais de lazer e recreação dos brancos permaneciam fechadas para os “de cor”, o branqueamento era parcial para esses indivíduos, forçando-os a criar seus próprios locais de lazer e entretenimento. Nesses locais, havia a preocupação de informar e orientar os negros para a importância do trabalho e da educação.

Essas associações negras beneficentes, clubes recreativos ou dançantes, normalmente possuíam um instrumento de divulgação de suas atividades, um informativo ou jornal. A partir da década de 1920, os jornais ampliam suas áreas de atuação, publicando assuntos ligados à política, à economia e à sociedade da época, por meio de protestos e denúncias que faziam emergir a questão racial e a discriminação racial.

Esse processo de denúncia da segregação, da violência e das condições de vida dos negros e mulatos é entendido como um dos Movimentos Sociais Negros e foi chamado de Imprensa Negra. Foram vários os periódicos que foram criados dentro das associações e clubes. Esses periódicos tanto cogitavam a possibilidade de uma sociedade sem discriminação racial, como faziam a divulgação da situação do negro e do mulato na sociedade da época e suas práticas incentivavam a educação como forma de ascender socialmente. Essa troca de informações permitiu que fosse dado o próximo passo, que foi a organização de uma entidade política que representasse o negro dentro do sistema político instituído.

Segundo Santos (2007), a partir de 1930, outros movimentos negros surgiram como a Frente Negra Brasileira (FNB), em São Paulo, que foi registrada como partido político, contando com cerca de 60 mil afiliados, em diversos estados do Brasil. Segundo Domingues (2007), a Frente Negra defendia a integração dos negros na sociedade brasileira, e Getúlio Vargas apesar de ter extinguido a Frente Negra em 1937, recebeu a comissão da FNB e atendeu algumas das reivindicações, como a revogação da proibição de negros na guarda civil de São Paulo, e implantou diversas reformas que ampliaram presença do negro e do mulato nos postos de trabalho. A FNB possuía uma estrutura complexa, composta de diversos departamentos com finalidades variadas, como recreação e educação formal, tendo criado uma escola para alfabetização dos negros.

Segundo a socióloga Joselina Silva (2003, p. 218), “a partir do final da década de 1940 o cenário nacional é marcado por uma urbanização e uma industrialização crescentes.” A sociedade conservadora com suas frequentes demonstrações de racismo, em dissenso com a política oficial da unidade nacional e a harmonia racial brasileira, faz com que as organizações negras ampliem o discurso e a atuação junto a população negra. Paralelamente a isso, o término da ditadura varguista deu lugar às diversas manifestações de democracia, permitindo que algumas das organizações negras, que se mantiveram ativas durante o Estado Novo, se reorganizassem e várias outras fossem criadas.

Segundo Domingues (2007, p. 108), em 1943, na cidade de Porto Alegre-RS, é criada a União dos Homens de Cor (UHC) cujo estatuto declarava que sua finalidade era “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”. Importa ressaltar que a UHC chegou a ter sucursais e representantes em várias cidades, de vários estados do país.

Ainda, segundo Domingues (2007), em 1944, no Rio de Janeiro, surgiu o Teatro Experimental Negro (TEN) com o objetivo de combater o racismo através da cultura. Inicialmente, pretendia formar atrizes e atores negros, ofertou alfabetização para os negros, fundou o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro, defendendo os direitos humanos dos negros e propunha a criação de leis antidiscriminação no país.

Os anos 50 do século XX foram de reafirmação dos Movimentos Sociais Negros com o ressurgimento da Imprensa Negra e a criação de vários Clubes Sociais. Em 1951 foi assinada a Lei Afonso Arinos, aprovada pelo Congresso Nacional, que se tornou a primeira legislação contra a discriminação racial.

Segundo Florestan Fernandes (1989) sempre houve dois extremos nos Movimentos Sociais Negros, de um lado um ativismo que contestava abertamente o racismo e de outro um ressentimento engolido com ódio ou com humildade que se traduzia na forma de acomodação, designada pelo autor como “capitulação racial passiva”. Ainda segundo Fernandes (1989) o negro colaborava, de forma inconsciente, com o branco para manter a estrutura racial que fora assimilada pelo regime de classes.

Para Domingues (2004) com o golpe de 1964, os movimentos passaram novamente por um período de retração, tendo em vista que os governos militares incorporam a democracia racial ao seu projeto de nação. No final do governo militar, com a abertura gradual, outros movimentos surgiram, como movimentos culturais, bailes, universidades e o

Movimento Negro Unificado, que em 1978, representou o restabelecimento das lutas políticas das populações negras por direitos iguais, educação e contra o racismo.

2.7 Clubes Sociais Negros

O Clube Recreativo Esperança, um Clube Social Negro, fundado em 1951, na cidade São Borja, no Rio Grande do Sul, é o objeto de pesquisa deste trabalho. Sendo assim, faz-se necessário, antes de descrever sua trajetória histórica e de seus sócios, procurando demonstrar se esses homens e mulheres tinham consciência de seu papel na sociedade, particularmente em São Borja, entendermos o processo de criação dos Clubes Sociais Negros, no Rio Grande do Sul e no Brasil, pois esses lugares atestam a existência do racismo, por vezes explícito, às vezes latente na sociedade brasileira.

A abolição da escravatura nunca significou um passe livre para os negros conviverem com os brancos. Verificamos que, mesmo antes da abolição da escravatura, os negros livres e abolicionistas, criaram clubes para congregar e entreter a população negra, além de angariar fundos para libertar negros escravizados. Mas é imediatamente após a Proclamação da República que esses movimentos se intensificam:

[...]para reverter o quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravizados e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação. (DOMINGUES, 2007, p. 103)

Ainda, nesse prisma, Pereira (2011, p. 281) argumenta que “encurralado, sobrou ao negro como único e semi permitido espaço social para desenvolver sua sociabilidade entre os seus pares, os eventos e precários redutos lúdico-religiosos que o grupo mesmo criara, às vezes dentro de modelos adotados pelas camadas brancas”.

Tais reações contra-hegemônicas, ocorreram também em São Paulo, onde os pretos e pardos em ascensão social eram impedidos de entrar nas áreas de lazer dos brancos, em função da sua raça/cor. Para ter acesso ao lazer e a recreação, os negros tiveram de constituir os seus próprios clubes sociais e/ou sociedades de danças (SANTOS, 2007).

Segundo afirma Santos (2007) e Escobar (2010), a “segregação racial” incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas, os negros estavam isolados da sociedade branca.

As formas de associação encontradas pelos negros foram várias, conforme o levantamento feito pela historiadora Fernanda Oliveira da Silva (2011) particularmente na cidade Pelotas - RS. A autora identificou irmandades religiosas e associações beneficentes no período anterior a abolição e associações de representação e luta política, associações recreativas, associações esportivas, jornalísticas e dramáticas e cordões, ranchos e blocos carnavalescos no período após a abolição, destacando que cada movimento teve suas características e peculiaridades, mas todos buscavam a integração do negro no espaço social. Muitas dessas associações se tornaram Clubes Sociais Negros, grande parte deles surgidos na folia do carnaval como é o caso do Clube Recreativo Esperança em São Borja - RS.

Para Escobar (2010, p. 20, grifo da autora) “é nesses espaços que se constroem a autoestima, a autoimagem e as “identidades negras””, é nesses lugares que se estabelecem as relações e os conflitos, pois os “Clubes Sociais Negros, além de lugares de memória, de construção da sociabilidade e cultura negra, são espaços de legitimação do poder”.

As atividades realizadas pelos clubes eram as mais diversas e envolviam a recreação, tais como: bailes, festivais e pequenas reuniões dançantes, atividades desportivas (torneios de futebol e vôlei entre outros esportes coletivos), atividades assistenciais de apoio a trabalhadores doentes e fundos de aposentadoria em alguns casos.

As profissões e as atividades comerciais dos sócios eram as mais diversas, mas normalmente relacionadas à classe trabalhadora operária ou ao serviço público. Esses fatos podem ter contribuído para a adoção de uma estratégia agregadora na criação dos clubes, Silva (2003, p. 223) observa que

[...]os diversos documentos e estatutos dos clubes diziam que estes eram abertos a “negros, brancos e pardos”, ressaltando o espírito “humano, democrático e universalista” das organizações negras que procuravam evitar represálias diante de suas demandas reivindicativas em favor dos negros nacionais. (grifos da autora)

Uma hipótese levantada por Joselina Silva (2003) é a de que as lideranças negras encontraram uma estratégia, o espírito conciliador, para não enfrentar abertamente o discurso oficial de igualdade e democracia racial.

Escobar (2010) destaca, também que havia uma necessidade de se autoafirmar e se distinguir dos demais clubes, pela criação de bandeiras ou estandartes que representassem a entidade, assim como a escolha das cores que representavam o clube. Esse processo era característico da construção de uma identidade visual que propicie aos sócios uma identificação com o clube.

O sociólogo Florestan Fernandes (1989, p. 35) já havia percebido em seus estudos sobre o negro em São Paulo que sempre houve uma constante no contexto dos movimentos negros: em um extremo, “o ativismo dos que contestavam abertamente o racismo; de outro, o ressentimento engolido com ódio ou com humildade”, mas que aparecia sob a forma da acomodação que o autor designou como “capitulação racial passiva”. Nesse estudo Fernandes concluiu que muitas vezes o negro colaborava de modo inconsciente com o branco para manter e reproduzir a ordem racial que fora absorvida pelo regime de classes, mas é destas reuniões iniciais que surgiram as primeiras iniciativas de reivindicação de direitos, ainda que de forma tímida.

A adoção do conceito de Clube Social Negro vem da Associação de Clubes Sociais Negros (ACSN, 2008): “Os Clubes Sociais Negros são os espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio.”

No contexto deste trabalho iremos utilizar o conceito proposto pela Associação de Clube Social Negra (ACSN), para Clubes Sociais Negros, apesar de termos ressalvas com relação à condição imposta de que necessário um espaço físico próprio, pois acreditamos que organização, direção e objetivos, além da óbvia predominância do negro no seu quadro social, serem suficientes para a designação de Clube Social Negro.

3. DOS MÉTODOS E DA PRÁXIS

Para a realização desta pesquisa e com a finalidade de conhecer e analisar a história do Clube Recreativo Esperança foi necessário realizar uma pesquisa da bibliografia existente sobre os temas relativos aos Clubes Sociais Negros, bem como entrevistar pessoas que participaram da história do clube e analisar essas entrevistas, utilizando a metodologia da História Oral, além de levantar e analisar a documentação do clube, assim como pesquisar jornais e noticiários da época para, em seguida, analisar e formular ideias sobre a sua existência, sua influência e participação na sociedade são-borjense.

Segundo Gil (2002, p. 17) pesquisa é definida como um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas a problemas que são propostos”. Dos métodos de pesquisas hoje reconhecidos como científicos, o hipotético-dedutivo consideramos o mais apropriado para a realização do trabalho, porque, quando há insuficiência de conhecimentos disponíveis sobre determinado objeto que permitam esclarecer o fenômeno, temos um problema e para solucioná-lo devemos formular hipóteses e testá-las, verificando-as e analisando-as, para a produção do que pode ser chamado de conhecimento.

Com relação ao problema podemos afirmar que a história da cidade de São Borja está incompleta. E permanecerá incompleta enquanto uma parte que está oculta não for pesquisada e revelada. Enquanto não identificarmos as formas que o racismo tomou na história da cidade.

O que foi o Clube Recreativo Esperança? Um clube social que era destinado e frequentado quase que exclusivamente, ou exclusivamente, por negros. Esta é uma informação que está no imaginário das pessoas mais antigas da cidade. Porém esse conhecimento está fragmentado e corre o perigo de ser apagado da memória da cidade, pois o clube não existe mais, socialmente falando.

Coletar, organizar, sistematizar e analisar o conhecimento existente hoje, a partir da memória e de documentos é parte da solução, pois, segundo Escobar (2010), “o risco de que a tradição, inserida nos espaços dos Clubes Sociais Negros do Brasil venha a desaparecer é iminente, se não forem tomadas medidas sérias e comprometidas para sua preservação, precedida do devido reconhecimento dos mesmos como patrimônios culturais” da sociedade brasileira e particularmente da sociedade são-borjense, em relação ao Clube Recreativo Esperança.

A pesquisa de campo foi realizada na Biblioteca Pública Municipal, na Câmara de Vereadores Municipal, na Prefeitura Municipal e no Arquivo Público Municipal, no Cartório

de Registro Civil e Cartório de Registro de Imóveis da cidade, além da visitação aos fundadores e sócios do Clube Recreativo Esperança.

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARKONI; LAKATOS, 2003, p. 186)

Na pesquisa de campo, foi possível acessar fontes primárias e secundárias que permitiram ampliar a pesquisa documental, pois segundo Gil (2002, p. 46), “os documentos constituem uma fonte rica e estável de dados”.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para conhecer as diversas teorias existentes sobre os temas relacionados ao objeto da pesquisa. Esse tipo de pesquisa permite o acesso a dados já catalogados e analisados, além de ser indispensável em estudos históricos (GIL, 2002).

Foi realizada a análise documental, com base nas características conhecidas da sociedade à época, levantadas na pesquisa bibliográfica, para identificar os motivos da criação do clube e de seu desenvolvimento como entidade social.

As entrevistas com pessoas, historiadores locais, fundadores e sócios do clube que vivenciaram aquela época, permitiram o conhecimento do imaginário popular hoje, assim como após a análise das mesmas, identificar as possíveis verdades desse imaginário.

Para a qualidade do trabalho foi coletado, organizado e sistematizado o conhecimento existente hoje, na forma de história oral. Além disso, foi coletada e organizada a documentação legal existente sobre o Clube Recreativo Esperança, bem como foram pesquisados documentos e outras fontes, tais como: jornais, revistas, livros de historiadores locais e outras pesquisas existentes, organizando-as e catalogando-as.

O passo seguinte no processo de sistematização e organização do conhecimento existente foi a análise das informações e da documentação coletada e catalogada com a finalidade de entender a história do Clube Recreativo Esperança.

Ao iniciar os trabalhos de pesquisa de campo, ficamos sabendo que a secretaria do Clube Recreativo Esperança não existia mais. Em algum momento, no período que este esteve inativo ou sem uma diretoria definida, se extraviaram ou foram destruídos todos os documentos do clube, os livros de atas, as fichas de sócios, os registros fiscal e financeiro; enfim, quase nada restou para que se pudesse pesquisar e trabalhar.

Esse fato conduziu a pesquisa para o campo da História Oral, como meio de conceber a história do clube, alicerçando na pesquisa documental em jornais e nos arquivos oficiais da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal de Vereadores de São Borja e da Biblioteca Municipal, entre outros.

Segundo as pesquisadoras Júlia Silveira Matos e Adriana Kivanski de Senna (2011), em suas reflexões sobre a prática da História Oral as fontes orais acrescentam vida e novas perspectivas para o historiador, que precisa se utilizar de documentos variados, não somente escritos. A inexistência de documentos da secretaria do CRE, como fontes escritas, demonstra uma situação onde a História Oral pode preencher as lacunas existentes para o conhecimento da história do clube.

Para Matos e Senna (2011), as lembranças são permeadas por interferências coletivas, pois apesar de tratar-se da memória de um indivíduo inserido dentro de uma coletividade, sendo a “memória a capacidade de rememorar o passado como testemunha do vivido”.

Entendemos que os entrevistados trabalham sempre em duas dimensões quando o assunto é a lembrança, são testemunhas e atores ao mesmo tempo, sendo que, em diferentes situações, uma ou outra dessas dimensões pode marcar o indivíduo e se tornar algo registrado na memória que pode ser facilmente resgatado.

Matos e Senna afirmam que, como procedimento metodológico, a História Oral

[...]busca registrar – e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos. (MATOS; SENNA, 2011, p. 97)

Para fins de conceito, a História Oral pode ser entendida como propõe, em seu site na internet, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2016): “A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea.”

Para Matos e Senna (2011), não se pode crer em uma história verdadeira, mas uma percepção verdadeira do real, emitida pelo entrevistado ou depoente da forma como ele apropriou e compreendeu o mundo. Há uma contribuição parcial para o esclarecimento dos fatos, não se trata de dados precisos, pois estes, muitas vezes não estão contidos nem mesmo

nas fontes escritas, mas são dados que podem ser percebidos pelo pesquisador e que não seriam encontrados em metodologias diferentes da História Oral.

As fontes orais possuem credibilidade e confiabilidade muito semelhantes a das fontes escritas, pois ambas estão condicionadas à existência do interlocutor, aquele que transcreve verbalmente ou de maneira escrita o fato vivido. Ambos – pesquisador e entrevistado - estão sob a suspeição da subjetividade, em níveis muito próximos e podem causar erros de interpretação. A subjetividade deve ser objeto de atenção do pesquisador, pois este deve perceber, durante a realização da entrevista, a intencionalidade da testemunha, o que ela quer dizer e quais as suas motivações.

Conforme aponta João Bosco Lodi (1977, p. 19) na análise das entrevistas, a validade das respostas pode ser realizada de três diferentes maneiras: “comparando-a com uma fonte externa; comparando-a com a de outro entrevistado; observando as dúvidas, incertezas e hesitações demonstradas pelo entrevistado”. Estas três formas de realizar o processo de análise das entrevistas dará ao pesquisador uma segurança relativamente considerável com relação à veracidade e à validade dos fatos analisados.

O pesquisador italiano Alessandro Portelli, que utiliza a metodologia da História Oral desde a década de 70 do século passado, faz diversas reflexões acerca da ética no uso desta metodologia em pesquisas. Para ele, deve haver um respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como respeito intelectual pelo material que conseguimos. Sobre esses aspectos, devemos ter a noção de que:

Por um lado, o reconhecimento da existência de múltiplas narrativas nos protege da crença farisaica e totalitária de que a "ciência" nos transforma em depositários de verdades únicas e incontestáveis. Por outro, a utópica busca da verdade protege-nos da premissa irresponsável de que todas as histórias são equivalentes e intercambiáveis e, em última análise irrelevantes. O fato de possíveis verdades serem ilimitadas não significa que todas são verdadeiras no mesmo sentido, nem que inexistem manipulações, inexatidões e erros. (PORTELLI, 1997, p. 15)

A memória é entendida como um processo, que é social que se cristaliza, quando é verbalizado e mentalizado, e, apesar de ser um processo individual, ocorre no meio social que se vale do que é socialmente compartilhado e criado. A identidade construída nesse processo da memória é marcada pela diferença escolhida individualmente, que muitas vezes não pode ser reivindicada quando é submetida a uma igualdade ou a uma diferença imposta, como é o caso do racismo (PORTELLI, 1997).

O trabalho do pesquisador, segundo Portelli (1997), deve resultar em uma restituição para o objeto de pesquisa, quando utilizada a metodologia da História Oral. Essa restituição

não deve ser o produto da pesquisa, o livro, a tese, mas a visibilidade que este pesquisa trará para aquele universo, quando for lida e até mesmo utilizada como fonte para outras pesquisas desenvolvidas por outras instâncias das ciências e quando for vista por outras comunidades.

Sobre memória adotamos o conceito de Pierre Nora (1984, p. 10) que entende que memória é

[...] a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Por essa razão as análises dos discursos das pessoas entrevistadas devem ser objeto de atenção do pesquisador, para que este não seja conduzido a falsas conclusões, em virtude do tipo de fonte que está sendo utilizada na pesquisa.

O conceito de imaginário é de extrema importância, pois, como já foi exposto, a documentação da secretaria do Clube Recreativo Esperança não existe mais. Portanto, a base histórica que foi utilizada para o projeto e para este trabalho foi a oralidade da população de São Borja. Como as pessoas que viveram aqueles fatos se recordam de tê-los vivenciado e como essas histórias foram contadas de pai para filho, passando a constituir esse imaginário, ou seja a forma como a população conta a história da criação do Clube Recreativo Esperança.

O campo do imaginário, vale dizer, se expressa por meio de sonhos, fantasias, imagens, símbolos, mitos, etc. Ressalta-se que todas essas possibilidades são envolvidas por forte conotação afetiva inerente aos grupos sociais estabelecidos. Serbena (2003, p. 3) corrobora essa argumentação ao afirmar que: “O imaginário é concebido como epifenômeno do real e se contrapõe, como ilusão ou fantasia, ao conhecimento e ao saber científico. Cabe então as ciências, necessariamente positivas e empíricas, estudar a ilusão do imaginário”.

No trabalho de pesquisa, aumenta a importância da análise dos discursos das pessoas entrevistadas para alcançarmos, de forma científica a maior proximidade com o que podemos denominar verdade.

Para Serbena, ao utilizarmos o imaginário em trabalhos científicos devemos ter o entendimento que: “O imaginário possui uma função social e aspectos políticos, pois na luta política, ideológica e de legitimação de um regime político existe o trabalho de elaboração de um imaginário por meio do qual se mobiliza afetivamente as pessoas.” (2003, p. 3)

O uso de material fotográfico, como fonte documental, possibilitou uma análise visual e conceitual que permitiu ver além das palavras e do discurso dos entrevistados. As

fotografias reforçam a memória e o imaginário daquelas pessoas, são patrimônios que as diferenciam das demais, são a prova material e estática do que relatam e de que realmente viveram os fatos que elas recordam, são sua ligação com o passado. Porém, a interpretação é o diferencial, quando da utilização de fontes fotográficas:

A interpretação é uma ação mental permanente. É nesse estado que se manifesta o caráter polissêmico da foto. De uma forma geral, as pessoas fazem a mesma leitura, mas cada uma interpreta de sua forma, em função de sua idade, do seu sexo, da sua profissão, de sua ideologia, enfim, do seu saber" e em função de seu objeto de estudo. (ALBUQUERQUE; KLEIN,1987, p. 300)

A análise do material fotográfico, parte dos acervos particulares das pessoas entrevistadas, também deve ser analisada do ponto de vista das escolhas feitas por elas. Porque essa fotografia e não aquela outra? Qual a opção de interpretação que essas pessoas desejam ou consideram que seja a mais apropriada para o contexto que elas viveram?

Por fim, em relação às metodologias escolhidas para a confecção deste trabalho de pesquisa, entendemos que foram adequadas para alcançarmos os objetivos inicialmente propostos pelo projeto.

4 DO BLOCO “DOS DO MATO” AO CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA

Neste capítulo, procuramos reconstituir os eventos que convergiram para a criação e fundação do Clube Recreativo Esperança, tendo como base a História Oral de seus fundadores e sócios. As verdades individuais foram captadas, organizadas e analisadas, de forma metódica e formal, sempre que possível essas verdades foram comparadas com documentos e outros relatos levantados e organizados durante a pesquisa de campo, para que a verdade coletiva e social pudesse aflorar e entendermos o contexto histórico que viveram aquelas pessoas.

Os entrevistados podem ser classificados em duas categorias base, os sócios fundadores e os sócios, pois essas categorias os distinguem. Os sócios fundadores são pessoas de idade avançada, com grande vivência, são os atores que ajudaram de fato a erguer o clube e são as testemunhas oculares dos eventos, estiveram nas primeiras reuniões, assembleias, cerimônias, nos primeiros bailes que aconteceram e demarcam a presença do Clube no mundo social.

Os sócios, por sua vez, são os herdeiros dessa tradição oral, eles não estiveram presentes na gênese do clube, porém ouviram as histórias contadas por seus pais e familiares e as reproduzem numa tentativa de perpetuar esse passado para que não seja esquecido. Trazem em si ressentimento de não ter conseguido manter esse feito de seus pais, mas também o orgulho por terem sido os seus pais os protagonistas da história do Clube Recreativo Esperança.

4.1 A vida social em São Borja na primeira metade do Século XX

Nos anos 1940, existiam poucos clubes sociais em São Borja-RS, segundo Apparicio Silva Rillo (2013), o Clube Fraternidade, situado no bairro do Passo, era um dos mais antigos da cidade, com sua fundação datada de 15 de dezembro de 1896. Durante a pesquisa, foi levantado que esse clube recentemente encerrou suas atividades e tem sua sede social hoje utilizada pela Escola de Samba Porto do Sol, não tendo conhecimento da situação da documentação histórica do mesmo.

Ainda, segundo Silva Rillo (2013), o Clube União Operária, também, situado no bairro do Passo, foi criado por volta da década de 1920. A pesquisa de campo, revelou que esse clube, infelizmente, veio a encerrar suas atividades por volta dos anos 1990, sem ter-se conhecimento que tenha sido realizado o seu registro histórico.

O Clube Comercial foi criado em 1944, fruto da união dos dois clubes sociais do centro da cidade, o Clube Samborjense, com sua fundação datada de 12 de fevereiro de 1897 e o “Elite Clube” que surgiu de uma dissidência de fundo político no Clube Samborjense em 1903(SILVA RILLO, 2013). Segundo relato do senhor João José Mateo Valadares, sócio do Clube Recreativo Esperança e um dos fundadores do bloco “Os Fofocas” que animava o carnaval de rua de São Borja nas décadas de 1960 e 1970, um sinistro, que aconteceu na sede do Elite Clube, foi um dos motivos para a proposta de união das duas entidades sociais.

O Clube Comercial sempre foi caracterizado como o clube da elite são-borjense, um lugar exclusivo e de prestígio social, onde o poder econômico e político da cidade eram representados pelos sócios que o frequentavam.

Por meio da pesquisa campo, constatamos que todos os clubes sociais da época eram exclusivos, sendo somente permitida a entrada de sócios, aceitando-se convidados desde que autorizados pela diretoria da entidade e apresentada proposta de visita por um sócio da entidade com, no mínimo três dias de antecedência ao ato da visita, norma esta que constava das normas e dos Estatutos Sociais dos clubes.

O Clube Recreativo Samborjense (CRS) foi criado em 21 de abril de 1949. Na época, a Guarnição Militar de São Borja era composta por quatro unidades militares: o 2º Regimento de Cavalaria Independente, o 75º Grupo de Artilharia a Cavalo, a Coudelaria Nacional de Rincão e o Pelotão de Fuzileiros Navais. Os militares e suas famílias constituíam uma quantidade considerável de pessoas e, conforme consta do Livro do Jubileu de Ouro (1999) da entidade:

[...]os subtenentes e sargentos que serviam na Guarnição à época, ressentiam-se de um local apropriado para reuniões sociais entre as suas famílias, tendo em vista que na cidade havia somente um Clube Social, o Comercial, mas que, na época era muito fechado, tornando difícil o ingresso daqueles militares em seu quadro social. Haviam, entretanto, mais dois clubes, porém situados no Bairro do Passo, bastante distante do centro, o que tornava difícil o acesso àqueles locais, principalmente à noite, dados aos precários meios de transportes existentes entre o centro e aquele bairro.(CRS,1999, p.18)

Conforme consta no Livro do Jubileu de Ouro (1999), a criação do Clube Recreativo Samborjense aconteceu por causa da necessidade de um local para que os militares,

particularmente subtenentes e sargentos², confraternizassem com suas famílias. Essa iniciativa que foi apoiada pelo então Major Serafim Dornelles Vargas, militar do Exército, do círculo de oficiais que servia no 2º Regimento de Cavalaria Independente, cidadão são-borjense e sobrinho de Getulio Dornelles Vargas que, conforme levantamento da pesquisa de campo, articulou a fundação de várias entidades sociais na cidade de São Borja. Na assembleia de criação do CRS, estava presente o seu irmão, Capitão Umbelino Dornelles Vargas. A pessoa do “General Serafim Vargas”³ é homenageada no livro do Jubileu de Ouro do CRS, como sendo o primeiro Sócio Benemérito e por ter orientado e ajudado na construção da sede própria do Clube Recreativo Samborjense em 1954.

A criação e fundação do Clube Recreativo Samborjense é importante para a pesquisa sobre o Clube Recreativo Esperança, considerando que este fato resulta, posteriormente, na criação e fundação do CRE, pois conforme consta do Livro do Jubileu de Ouro do CRS na página 67, em Ata de nº 05, de 11 de julho de 1949, foi discutida e aprovada, por maioria dos votos, a permanência dos atuais “sócios de cor”, fundadores da Associação, tendo sido a seguir discutido e aprovado por unanimidade que nenhuma pessoa de cor, além das antes citadas poderia ser admitida como sócio da Associação.

A segregação racial explícita, na Ata do Clube Recreativo Samborjense, foi o motivo para a criação e fundação do Clube Recreativo Esperança, pois o impedimento do acesso de “pessoas de cor” ao clube foi o motivo para os negros fundarem o clube. Cabe ressaltar que todos os relatos destacaram que o racismo e a segregação eram presentes e implícitos em todos os clubes sociais da cidade naquela época.

Considerando os relatos dos entrevistados e a vivência do pesquisador, o Carnaval era considerado o momento de maior movimento dos clubes sociais, muito aguardado pelos sócios, sendo a atividade recreativa que conseguia reunir o quantitativo mais considerável de sócios para brincar o Carnaval nos bailes nos seus salões e também nas ruas da cidade.

Concordamos com o sociólogo Roberto DaMatta (1997), no sentido de que o Carnaval é um momento onde as regras, momentaneamente, se desfazem e tudo é permitido.

² Conforme a Lei 6.880 de 9 de dezembro de 1980, a “hierarquia é a ordenação da autoridade, em diferentes níveis na estrutura da Forças Armadas”, e os “círculos hierárquicos são âmbitos de **convivência** entre os militares na mesma categoria”. Os círculos hierárquicos são divididos em Oficiais e Praças, sendo os Oficiais os de grau maior na hierarquia e as Praças os militares de grau menor. As Praças são divididas, ainda, em dois círculos: o de Subtenente e Sargentos, e o de Cabos e Soldados. Em tese, os Oficiais, Subtenentes e Sargentos e Cabos e Soldados convivem em ambiente sociais separados. (BRASIL, 1980)

³ Para fins deste trabalho passarei a utilizar o termo “General Serafim Vargas”, como fazem os sócios do CRE, para se referir ao senhor Serafim Dornelles Vargas, desconsiderado seu posto no Exército nos diferentes períodos a que me refiro a ele.

No carnaval, deixamos de lado nossa sociedade hierarquizada e repressiva, e ensaiamos viver com mais liberdade e individualidade. Essa é, para mim, a dramatização que permite englobar numa só teoria, não só os conflitos de classe (que são compensados e abrandados no carnaval), como também a invenção de um momento especial que, guarda com o cotidiano brasileiro uma relação altamente significativa e politicamente carregada. (DAMATTA, 1997, p. 40, grifos do autor.)

Para DaMatta (1997), o Carnaval no Brasil seguiu um circuito básico. Inicialmente, se desenrolava nas casas sem muita ordenação em termos de público e era uma festa familiar e de bairro, estando muito próxima da própria forma que o originou, o famoso entrudo original de Portugal.

Da casa, o carnaval deslocou-se para a rua e depois para os grandes salões dos Clubes Sociais, retornando para rua no próximo ciclo. No primeiro ciclo, se desenrolava nas casas, e depois se tornou no “carnaval de rua” e “carnaval de clube”, sendo que ambos possuem características semelhantes, o fechamento do espaço público e privado respectivamente (DAMATTA, 1997). Para o autor, tanto a rua quanto o clube simulam a casa, pois no camarote, representação da varanda da casa, é onde se reúne a família, os amigos, pode-se ver o salão, ou seja, a rua, o local de desfile.

O Livro dos 60 anos da Escola Sagrado Coração de Jesus (1992), no capítulo “Surgimento da Vida Social de São Borja”, verificamos a informação de que em São Borja, desde o século XIX, aconteciam desfiles de sociedades, cordões, comparsas e depois dos blocos carnavalescos pelas ruas da cidade durante o período do carnaval. Pois, a pesquisa de campo revelou que um bloco de carnaval que desfilava pelas ruas da cidade foi a gênese do Clube Recreativo Esperança.

4.2 O bloco

Conforme o relato de dona Maria Lourdes da Rosa de Deus, a Dona Lourdes, famosa cozinheira da cidade e uma das fundadoras do Clube Recreativo Esperança, a origem do clube remete às reuniões de família, às festas de aniversário e outros eventos familiares, que aconteciam nas casas e reuniam as famílias, Legal, Claudiano, da Rosa nos anos 1920 e 1930.

Fotografia 1 - Família “da Rosa” nos anos 1930



Fonte: Acervo particular do senhor João Antônio Machado Legal

Percebe-se, da análise da fotografia da família da Rosa (Fotografia 1), que a família era numerosa e formada por pessoas negras, que houve a preocupação de aproveitar uma reunião da família para registrar, através de uma fotografia aquele momento. Esse fato denota a importância da reunião para aquelas pessoas, pois não era comum o registro fotográfico, por ser oneroso. Observar-se que houve uma preocupação em colocar as quatro irmãs, as mais idosas, em uma posição central com os familiares no seu entorno.

Verifica-se, também, a presença de dois militares, o Sargento Jerônimo da Rosa e o Sargento Ari da Rosa fardados, como era o regulamento a época, seguindo a norma Francesa⁴ implantada a partir dos anos 1919, que determinava que os militares deveriam transitar sempre fardados com exceção no interior de suas casas, diferente do que acontece no presente. O Serviço Militar foi uma das primeiras instâncias públicas onde, pelo menos legalmente, para ingresso não havia segregação racial. As roupas dos demais aparentam ser simples, indicando pessoas de pouco poder econômico e o senhor Aristides de Deus, trajando roupa civil, usa um chapéu na cabeça como foi norma social, durante muito tempo, no século passado.

Dona Lourdes relata, que dessas reuniões de família, surgiu um bloco de carnaval, que um dos incentivadores do bloco era o seu tio Jerônimo de Deus, juntamente com sua mãe

⁴ Conforme Jonas Correia Neto (2005), a Missão Militar Francesa de 1919, na forma de um convênio entre o Brasil e a França, ocorreu para modernizar o Exército Brasileiro á época. (Revista da Cultura. FunCEB. 2005)

Antônia de Deus, e que o bloco, durante muito tempo ficou conhecido como Bloco “dos do mato”, devido às características do local onde viviam aquelas famílias. Dona Lourdes relata, ainda, que no local onde surgiu o bloco, onde atualmente é o bairro Tiro, na época era habitado particularmente por pessoas de pele negra.

O relato de dona Lourdes, corrobora o pensamento sobre as associações carnavalescas, quando definido que:

[...]os *blocos*, as *escolas*, as *tribos* e os *cordões*, modos relativamente "espontâneos" de associação, onde todos são parentes, amigos, vizinhos ou "professores" (ou "alunos"?). Talvez seja o momento da vida social brasileira em que se possa expressar de modo aberto e sem censuras os laços de vizinhança, parentesco, profissão etc. (DAMATTA, 1997, p. 69, Grifos do autor)

Dona Lourdes relata que o bloco utilizava instrumentos de corda e tambores para fazer as cantorias no carnaval, quando desfilavam pelas ruas do centro e eram muito elogiados pela população, quando passavam entoando canções carnavalescas e tocando os seus instrumentos de corda e percussão. Recorda que o senhor “Cavaco”, de nome Augusto Vieira, homem branco da cidade Rio Grande, escrevia as músicas, sambas, marchas e cordões, recorda de uma marcha que ficou famosa de nome “Vem Morena”.

Observa-se, a partir do relato de dona Lourdes, a dificuldade com relação à declaração externa e a autodeclaração com relação à raça, quando baseada no fenótipo, pois o senhor Augusto Vieira poderia ser classificado também como mulato ou moreno.

O senhor Pedro da Rosa Borges, aposentado e também fundador do Clube Recreativo Esperança confirma que o bloco de carnaval foi a origem do clube. Relata que, na década de 1940, surgiu um bloco, fundado por uma prima no bairro do Tiro, que funcionou por vários anos, e depois caiu, extinguiu-se, terminou, inclusive tendo falecido a mencionada prima, a senhor Edith de Deus, em 1948. Relata que uma turma de familiares, incluindo o senhor Aristides de Deus, resolveu recriar o bloco que depois se tornou o Clube Recreativo Esperança, na reunião/assembleia de 1951.

Observa-se nestes relatos a dificuldade de trabalhar com a memória e a oralidade em pesquisas científicas, pois diferente do senhor Pedro, dona Lourdes não mencionou que o bloco terminou quando sua irmã Edith de Deus faleceu.

Dona Lourdes relata que entre os fundadores do bloco estavam seu Januário da Rosa e Jerônimo da Rosa, seus tios, a senhora Edith da Rosa de Deus, sua irmã, Augusto Vieira e Marina Vieira, além de Celso de Deus e Aristides de Deus, seus irmãos, Gregório Legal, dona Eloína Rosa Barreto, Manuela Betim, assim como funcionário público de nome Felizardo.

A casa na Rua Coronel Lago onde, atualmente, ela reside foi adquirida por sua mãe Antônia de Deus e lá funcionava um bar que era por ela dirigido. Nesse local, as pessoas se reuniam e organizavam as atividades do bloco. Ressalta-se que o lugar era frequentado por militares, inclusive o General Serafim Vargas, seu irmão Umbelino Vargas e outros militares de vários “graus”, para fazerem as refeições, reunirem-se nas horas de folga e por pessoas de diversas profissões e condições econômicas, as quais tinham muita amizade e respeito entre eles e para com sua mãe, a dona do bar.

Fotografia 2 - Bloco dos “do mato”/Esperança nos anos 1940



Fonte: Acervo particular do senhor João Antônio Machado Legal

Ao analisarmos a fotografia do Bloco Esperança (Fotografia 2) podemos notar a preocupação com a uniformidade da apresentação, característica dos blocos de carnaval até o tempo presente. Simples a vestimenta é completada por um adereço na cabeça, sendo que as mulheres usam saias compridas e os homens calças, mesmo as crianças, como determinava a norma social da época. Os estandartes, símbolos do bloco estão em posição de destaque, não se pode ler o que está escrito neles, devido a perda da qualidade da fotografia. Os instrumentistas se posicionaram a frente do grupo, de forma que aparecessem os instrumentos musicais. A composição “racial” do bloco é formada por pessoas negras, mulatas e brancas, caracterizando a ausência aparente de racismo entre os membros do bloco. Percebe-se, também, que a memória de dona Lourdes permanece clara com relação às pessoas que faziam parte do bloco, pois os citados por ela estão presentes na fotografia.

O bloco recebeu o nome de ESPERANÇA, entretanto nenhuma das pessoas entrevistadas soube dizer o motivo da escolha do nome, dona Lourdes recorda que foi Augusto Vieira que sugeriu o nome, recorda que o nome estava ligado a um barco ou navio, porém não soube precisar de que se tratava.

Na pesquisa de campo levantamos que o Livro dos 60 anos da Escola Sagrado Coração de Jesus (1992) apresenta, no capítulo “Surgimento da Vida Social de São Borja” o programa da Sociedade Carnavalesca “Mata Pulga” do bairro do Passo, do ano de 1899, onde consta que, na segunda-feira, o clube realizará um “passeio” pelas principais ruas da cidade levando algumas organizações, entre elas, estava as “Marinheiras” que manobriariam o Barco “Esperança”. As “Marinheiras” era uma das comparsas, como eram denominados os agrupamentos carnavalescos daquela época. Os blocos de hoje, denominação que ainda é utilizada para as escolas de samba na Argentina, onde seus integrantes tocam música própria e dançam ou desfilam pelas ruas, de forma análoga a que fazia o Bloco Esperança, na década de 1930 e 1940, provavelmente, seja esta inspiração do nome dado pelo senhor Augusto Vieira ao Bloco dos “do mato” e depois ao clube.

Outra hipótese possível apoia-se no fato de o senhor Augusto Vieira, segundo os relatos, ser natural da cidade Rio Grande - RS e segundo Fernanda Oliveira da Silva (2011) na cidade de Pelotas - RS existiu a Sociedade Beneficente Feliz “Esperança”, grifo nosso, durante o período de 1880 e 1917 e depois desta data foi absorvida pelo Clube Social Negro “Depois da Chuva”. Esta associação tinha o objetivo de adquirir fundos para libertação dos escravizados e durante muito tempo realizou atividades relacionadas ao carnaval, desfilando pelas ruas de Pelotas.

Segundo Silva (2011), havia relações intensas entre os clubes de Rio Grande e Pelotas e as pessoas, representando os clubes e associações, se deslocavam de uma cidade para outra para brincar o carnaval. Acreditamos que o senhor Augusto Vieira tenha brincado o carnaval da Sociedade Beneficente Feliz Esperança ou possa ter conhecido a sua história e tenha trazido o nome para o bloco de São Borja - RS.

Conforme os relatos, no período do Carnaval e na proximidade do mesmo, o bloco reiniciava suas atividades com jantares onde eram ensaiadas as músicas e o desfile e se organizava e planejava como seria festejado o carnaval. No carnaval eram realizadas grandes festas na sede do bloco que ficava na atual rua Treze de Janeiro, no bairro do Tiro.

O bloco saía pelas ruas tocando, cantando e festejando o carnaval, vindo até o centro da cidade, onde todos os anos eram esperados, com euforia, pelos moradores da cidade.

Porém, como era de se esperar não agradava a todos, entretanto várias pessoas admiravam e consideravam bonitas as atividades do bloco.

Consideramos importante registrar, que os descendentes daqueles que fundaram o Bloco “dos do mato”, até o presente, mantêm um bloco de carnaval de nome “Os Kobras” que se reúne e brinca o Carnaval, todos os anos, na sua sede localizada na rua Treze de Janeiro, no mesmo bairro do Tiro.

O Bloco Esperança foi a gênese do Clube Recreativo Esperança, sendo as pessoas das famílias que formavam o bloco, os fundadores do clube, que passou a ser o local de lazer dos negros da cidade e também o local da manutenção da identidade dessas famílias.

As associações carnavalescas, normalmente escolhem as cores e confeccionam um estandarte que as diferenciam e as representam perante as outras associações. Segundo Lúcia Gaspar (2009) declara no site da Fundação Joaquim Nabuco, o estandarte é um elemento sagrado, o “símbolo da honra e a bandeira de integração do grupo”. Para ela “É com o estandarte que a agremiação presta reverência as autoridades, aos seus protetores e saúda outras agremiações quando há um encontro”.

As cores VERDE e BRANCO, que eram as cores do bloco, foram escolhidas para representar o Clube Recreativo Esperança. O registro escrito da escolha das cores do clube e da escolha de sua bandeira, perdeu-se juntamente com o restante da documentação do clube. Porém, consta do livreto dos Estatutos do Clube (ANEXO B), que era distribuído aos sócios, a descrição da Bandeira escolhida (Figura - 3).

Figura 3 – Bandeira do CRE



Fonte: Desenho livre baseado no texto dos Estatutos

A música “De Verde e Branco”, de autoria de Edilson Almeida Loureiro, que concorreu no 40º Concurso Regional de Músicas Apparício Silva Rillo⁵ no ano de 2007, canta os seguintes versos:

De verde e branco, eu vou
Para meu clube sambar

Verde e branco são as cores
São as cores desse carnaval

E eu,
Eu to chegando no Esperança
Alegre como uma criança
Que alegria, que legal
E vejo a imagem de um guerreiro,
Esportista e folião
Chamado de Nagão

Serafim Vargas, tu és o criador
De uma história que aqui hoje nos traz

Criado,
Em mil novecentos e cinquenta e um
Hoje só nos resta a lembrança
Nossa alegria foi o que sobrou
(Edilson Almeida Loureiro. 2007)

A letra da música, de Edilson Almeida Loureiro, contempla o imaginário da população de São Borja-RS sobre o Clube Recreativo Esperança e pode servir como um guia para entendermos o enredo que levou a criação e fundação do CRE.

4.3 O Sargento

O imaginário popular atribui ao senhor Aristides de Deus, fundador e irmão da Dona Lourdes de Deus, conhecido entre os amigos pelo apelido de “Nagão”⁶, a criação do Clube Recreativo Esperança. Por esse fato e porque sua história, entrecortada de casos pitorescos, se intersecciona com a criação do CRE é que Nagão merece um subcapítulo a parte na composição deste trabalho de pesquisa.

Conforme consta em seus assentamentos, no arquivo do 2º Regimento de Cavalaria Mecanizada (2º RC Mec), na cidade de São Borja-RS, o Sargento Aristides incorporou como

⁵ O Concurso de Regional de Músicas Apparício Silva Rillo é realizado anualmente no período próximo ao Carnaval desde o ano de 1967, na cidade de São Borja-RS, nele concorrem músicas no ritmo samba e marcha.

⁶ Alda Calvete em nota na sua coluna no Jornal “Folha de São Borja” de 31 de julho de 1993 relata que seu amigo Bira Fontoura revelou que o apelido era referente ao Revolver de fabricação Belga “Nagant” que era de uso do Exército Brasileiro na época que o senhor Aristides era Sargento. (Folha de São Borja, 31/07/1993, p. 11)

praça voluntária, no 2º Regimento de Cavalaria Independente, em 1940, tendo engajado⁷ no ano de 1942. No ano de 1943 o militar foi matriculado para realizar o Curso de Sumário de Ensino Geral equivalente à formação de Cabos e após a sua conclusão foi matriculado no CCS, não sabemos a exata denominação da sigla, porém sabemos que é equivalente ao curso de Formação de Sargentos. Não foi registrada a época, a sua promoção à graduação de Cabo, porém está catalogado como Cabo, no Livro de Assentamentos da subunidade a que fazia parte, e concluído o CCS foi promovido à graduação de Terceiro-Sargento.

Da análise da documentação pesquisada, observa-se que o processo seguiu os ditames regulamentares previstos, na época, para a promoção de militares do Exército. Não é possível fazer outras observações, em uma análise superficial baseada na documentação pesquisada.

Porque é importante o histórico militar do Sargento Aristides? Além de militar, Nagão era goleiro de futebol, tendo jogado no Sport Club Internacional⁸, de São Borja, clube de futebol fundado pelo General Serafim Vargas que juntamente com o time Cruzeiro de São Borja compunham a bipolaridade esportiva da cidade do início do século passado até os anos 1970, quando os dois times fundiram-se formando a Sociedade Esportiva São Borja.

Fotografia 4 - Sport Club Internacional década de 1960



Fonte: Acervo particular da senhora Maria Helena de Deus Oliveira

Segundo o imaginário popular, o, então, Cabo Aristides teria sido beneficiado pelo fato de ser goleiro de futebol e, em uma partida de futebol teria sido incentivado pelo seu superior, General Serafim Vargas, a defender uma cobrança de pênalti, pois, caso defendesse,

⁷ A Lei do Serviço Militar no § 3º do Artigo 5º eu trata da duração do Serviço Militar, determina que “Durante o período de dilação do tempo de Serviço Militar, prevista nos parágrafos anteriores, as praças por ela abrangidas serão consideradas engajadas”, ou seja prorrogam o seu tempo de permanência no Serviço Militar, “engajam”:

⁸ Conforme o Livro dos 60 anos da Escola Sagrado Coração de Jesus (1992) o General Serafim Vargas fundou, em 1933, juntamente com outras pessoas o Sport Club Internacional.

poderia ser promovido à graduação de Sargento. O General Serafim Vargas era apreciador do futebol, tendo sido um dos fundadores do Sport Club Internacional, participou e apoiou, ativamente todas as entidades futebolísticas da cidade.

Observa-se, na fotografia do time do Sport Club Internacional (Fotografia 4) o senhor Aristides de Deus atuando, não mais como goleiro, mas como um diretor do clube. Na fotografia podemos ver a sede do clube que ficava no local onde hoje é o Parque Esportivo General Vargas, no cruzamento da Avenida Júlio Tróis com a rua Borges do Canto.

Analisando a documentação levantada na pesquisa de campo, podemos afirmar que, de fato o General Serafim Vargas era comandante de Esquadrão no 2º Regimento de Cavalaria na época em que o Sargento Aristides foi promovido, porém a competência para a promoção de militares cabos e sargentos era do Comandante da Unidade, que na época e naquela oportunidade não era o “General”. A indicação de quem seria promovido vinha do Comandante de Esquadrão, conforme claro existente no Quadro de Cargos Previstos da Unidade e a nota do militar no Curso de Formação, porém os documentos oficiais apenas registram os atos administrativos e não os fatos que ensejaram tais atos.

O episódio em questão está cristalizado no imaginário popular, tendo sido citado por grande maioria das pessoas entrevistadas durante o trabalho de pesquisa de campo. No entanto, não é possível afirmar se o imaginário popular é verdadeiro ou fruto da criatividade ou da inveja das pessoas envolvidas no episódio.

A relação entre o General Serafim Vargas e o Sargento Aristides de Deus tem grande importância para a realização deste trabalho. A Senhora Maria das Dores Oliveira de Deus, esposa do Sargento Aristides, relata que o General era grande amigo de seu esposo, com quem se casou por volta do ano de 1948. Inclusive, na oportunidade do nascimento de sua primeira filha, o General Serafim Vargas foi o padrinho de batismo da mesma. Portanto, os dois, além de amigos, eram compadres.

Dona Maria relata, também, que seu esposo era carpinteiro e que, por diversas vezes prestou serviços de carpintaria nas fazendas do General, tendo os dois estreitos laços de amizade, em virtude desses fatos. Além do fato já relatado por dona Lourdes de Deus, que o General Serafim Vargas era assíduo frequentador do bar de sua mãe dona Antônia de Deus.

Podemos observar na fotografia (Fotografia 5) retratada no Bar de dona Antonia de Deus a figura do General Serafim Vargas. Segundo dona Maria Helena, provavelmente, a fotografia tenha sido registrada na comemoração de seus 15 anos. O bar, hoje não existe mais, mas, conforme os relatos, era frequentado pela sociedade são-borjense da época, principalmente por militares.

Fotografia 5 - General Serafim Vargas no Bar de dona Antônia de Deus(1963)



Fonte: Acervo particular da senhora Maria Helena de Deus Oliveira

4.4 O General

O General Serafim Dorneles Vargas foi homem de grande importância para o Clube Recreativo Esperança porque, segundo os relatos, incentivou e auxiliou na sua criação e fundação, sendo colaborador da entidade, enquanto esteve vivo. A ele atribui-se a construção da sede própria da entidade e por esse motivo também merece um subcapítulo neste trabalho.

Nascido em São Borja, era filho do Coronel Viriato Dornelles Vargas, primeiro filho do General Manoel do Nascimento Vargas e de dona Cândida Dornelles; portanto, sobrinho do Presidente Getúlio Dornelles Vargas.

O Coronel Viriato Vargas era casado com dona Maria Balbina Nunes Vargas, tendo cinco filhos: além de Serafim, Manoel do Nascimento Vargas Neto, Cândida, Inês e Umbelino Dorneles Vargas. O General Serafim Vargas casou-se com a senhora Joana Surreax Vargas com que teve três filhos: Viriato, Maria Elizabeth e Maria Cristina.⁹

Podemos analisar a genealogia do General Serafim Vargas, atestando a obviedade da ligação de sua família às estruturas de poder da cidade São Borja-RS, tanto poder econômico como político. Seu avô foi Intendente¹⁰ do Município, assim como seu pai foi Prefeito Municipal. Posteriormente, seu primo Getúlio Vargas foi o Presidente da República entre

⁹ As informações sobre o General Serafim Vargas foram compiladas do Livro dos 60 anos da Escola Sagrado Coração de Jesus (1992).

¹⁰ Segundo o Dicionário Houaiss, o Intendente é o cargo equivalente ao atual Prefeito Municipal.

1930 e 1945. Com base nessas informações, podemos afirmar que o General Serafim Vargas era considerado e prestigiado, na cidade, pelo seu histórico familiar.

O General Serafim Vargas incorporou o Exército, tendo servido, quase toda sua carreira militar, no 2º Regimento de Cavalaria Independente, de São Borja, unidade militar da qual foi Comandante nos anos 1950, tendo se aposentado como General na Reserva. O histórico militar do General é apresentado neste trabalho, apenas para o registro de que sua vida na caserna, quase toda foi vivida em São Borja - RS.

Foi cavaleiro, desportista e incentivador do esporte na cidade de São Borja-RS, o Livro dos 60 anos da Escola Sagrado Coração de Jesus (2009) registra que foi um dos fundadores do Sport Club Internacional na década de 1930, cuja sede, doada por ele, era o antigo Estádio General Vargas, nome dado em homenagem ao seu avô, hoje, Parque General Vargas no cruzamento das avenidas Borges do Canto com Júlio Tróis. Cabe realçar que o General, também era colaborador do time do Cruzeiro de São Borja, rival do Internacional, pois segundo os relatos afirmava que “a existência de um era condicionada, a existência do outro”.

O General era sócio de um dos clubes que se uniram na fundação do Clube Comercial, incentivou e colaborou, ativamente, para a criação e para a manutenção do Clube Recreativo Samborjense e do Clube Recreativo Esperança, tendo sido sócio benemérito e presidente de honra desses dois clubes sociais, além de ser um dos principais colaboradores e um dos responsáveis pela construção da sede própria de ambas as entidades.

O Jornal “A Folha de São Borja” (1976), por ocasião da morte do General registrou que o mesmo era agropecuarista, um dos fundadores da Associação dos Produtores Rurais de São Borja, hoje Sindicato Rural, além de ter colaborado na criação do Ginásio Agrícola Viriato Vargas (GAVIVAR), atualmente, Escola Estadual de Educação Fundamental Viriato Vargas. Do Grupo de Artes Amador “Os Angueras”, o grupo teve origem no “Clube dos Dez”, grupo de amigos músicos e desportistas, tendo doado a sede da entidade onde hoje funciona o Museu Ergológico de Estância. Também foi incentivador e fundador do Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Tropicilha Crioula, primeira entidade tradicionalista da cidade, tendo sido um dos primeiros Patrões, cargo semelhante ao Presidente, do CTG que nasceu do departamento de tradicionalismo do Clube Recreativo Samborjense, conforme consta do Livro do Jubileu de Ouro do clube.

Foi Prefeito Municipal entre 1964 e 1966, assim como antes seu pai e seu avô foram Intendentes Municipais. Destacamos que ele foi o último prefeito eleito, antes do período do

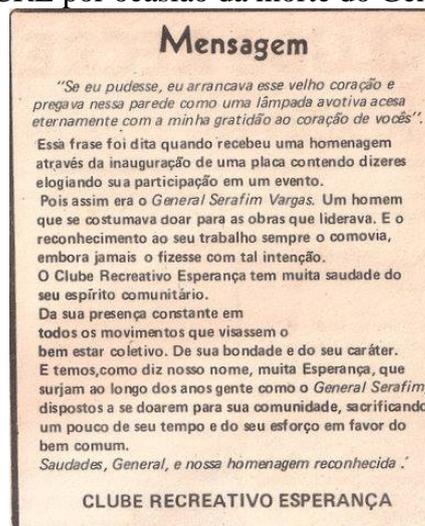
regime militar, único cargo político que ocupou durante sua vida. Hoje, dá nome ao Parque de Exposições Agropecuárias e, também, em sua homenagem foi nomeada uma rua da cidade.

Ao destacarmos a vida pública do General Serafim Vargas, procuramos demonstrar, porque imaginário da população de São Borja-RS tem várias citações sobre a figura do General e seus atos. Sua personalidade é uma incógnita, mas podemos apreender era um homem com uma visão diferenciada do mundo, tendo realizado diversas atividades ligadas à sociedade, à cultura e ao esporte em São Borja.

Consideramos que, pela diversidade de áreas em que atuou na cidade, o General Serafim Vargas teve grande importância para a cidade no século passado. Os motivos que levaram o General a colaborar com um clube social para os negros não puderam ser definidos, somente especulações podem ser feitas com base no material pesquisado, pois seria necessário fazer uma bibliografia completa do General Serafim, uma vez que esta não foi encontrada na pesquisa de campo, para tentar compreender as razões que levaram o militar a ser extremamente atuante na comunidade, particularmente em relação aos negros da cidade de São Borja - RS.

Por ocasião da morte do General, houve uma grande comoção na cidade, seu velório aconteceu no CTG Tropicilha Crioula, o local esteve lotado durante todo tempo em que o corpo permaneceu ali. O cortejo fúnebre, composto de pessoas de carro e caminhando acompanhou o corpo do General ao seu destino final. O Clube Recreativo Esperança, na ocasião, colocou uma nota no Jornal Folha de São Borja:

Figura 6 - Mensagem do CRE por ocasião da morte do General Serafim Vargas.



Fonte: Folha de São Borja. Julho/1976

A nota no Jornal da cidade (Figura 6) denota a importância que o General Serafim Vargas tinha para os sócios do Clube Recreativo Esperança e, certamente, corrobora o imaginário de parte da população de São Borja-RS com relação ao General.

4.5 A fundação do Clube Recreativo Esperança

A fundação do Clube Recreativo Esperança, no imaginário popular teria sido motivada pelo fato de o Sargento Aristides ter sido impedido de entrar no Clube Recreativo Samborjense, em virtude de ser pessoa de cor, mesmo sendo ele Sargento. No entanto, como consta na cópia da Ata de criação do Clube Recreativo Samborjense, que está no Livro do Jubileu de Ouro do Clube Recreativo Samborjense, o Sargento Aristides de Deus esteve presente na Assembleia de criação da entidade, constando sua assinatura na mesma e era, portanto, fundador e sócio do CRS.

Este mesmo imaginário, afirma que, por ocasião do acontecido, a proibição da entrada no Clube Recreativo Samborjense, o Sargento Aristides teria se “queixado” ao General Serafim, aproveitando sua estreita relação, em razão do futebol, sobre o ocorrido ou sobre a decisão do clube de não aceitar “pessoas de cor” no seu quadro social. Ouvida a reclamação, o General teria concordado com o Sargento, mas nada poderia fazer em relação à decisão tomada pelos sócios do Clube Recreativo Samborjense. Diante disso, decidiu que o apoiaria na criação de clube social “para sua gente”, conforme expressão utilizada pelos entrevistados.

Como exposto anteriormente, o senhor Aristides de Deus era Sargento e servia no 2º Regimento de Cavalaria, na cidade de São Borja-RS e, por dedução, seria também sócio do Clube Recreativo Samborjense, na ocasião de sua criação, porém as normas sociais da época eram muito diferentes das de hoje. Como exemplo, cabe ressaltar que até por volta dos anos 2000, constava no Estatuto do clube que somente militares poderiam se candidatar ao cargo de Presidente da entidade.

Conforme consta na cópia da Ata de fundação que está no Livro do Jubileu de Ouro do Clube Recreativo Samborjense (1999), o Sargento Aristides estava presente na fundação do clube, estando ele, portanto, classificado na categoria de fundador e sendo abrangido pela decisão da Ata de 11 de julho de 1949, que decidiu para permanência dos sócios “de cor” que participaram da fundação e pelo impedimento da associação de novos sócios “de cor”.

Consideramos que, como os livros de atas do Clube Recreativo Samborjense foram destruídos, não é possível afirmar se o Sargento Aristides esteve presente na Assembleia que decidiu pela segregação dos demais militares “de cor”. Deduz-se que não estava presente, tendo em vista que a proibição da admissão de sócios negros foi aprovada por unanimidade, conforme consta no livro do Jubileu de Ouro, e acreditamos que o mesmo não concordaria com esta proposta.

Este registro do Livro do Jubileu de Ouro do Clube Recreativo Samborjense corrobora a versão da Dona Lourdes de Deus, irmã, e da senhora Maria das Dores Oliveira de Deus, esposa, de que o Sargento Aristides não foi impedido de entrar na sede do CRS, sendo ele sócio do clube, porém não se sentiu confortável com aquela situação, em que outras pessoas de cor não poderiam entrar para a sociedade, mesmo sendo militar. Inclusive o Sargento não compareceu a inauguração da primeira sede da entidade, por discordar do que normatizava o estatuto social com relação aos homens e mulheres “de cor”.

Segundo a senhora Maria das Dores Oliveira de Deus, não é possível afirmar que o senhor Aristides de Deus queixou-se ao General, porém é certo que o General Serafim Vargas colaborou para criação e manutenção do Clube Recreativo Esperança, tendo sido ele agraciado com o título de sócio benemérito da entidade, fato este, de acordo com o relato de dona Maria, estava registrado no Livro de Ouro da entidade. Além disso, o General Serafim foi presidente de honra do Clube enquanto esteve vivo.

O fato concreto é que, conforme consta da Ata nº 04(ANEXO A), do CRE, aquele grupo de homens e mulheres, a maioria negros e pertencentes ao antigo Bloco Esperança, se reuniram, criaram e fundaram o Clube Recreativo Esperança em 1º de setembro de 1951, tendo determinado no estatuto do clube que sua finalidade era “realizar bailes festas cordões carnavalescos e demais divertimentos.” E que “não haverá distinção de sexo, de religião, política e ou “cor” para os sócios”, distinguindo-se dos demais clubes sociais da cidade caracterizados pela segregação racial.

O estatuto foi criado e aprovado, conforme conta na Ata de número 4 da entidade. Esse é um dos únicos documentos oficiais do clube, encontrado durante a pesquisa de campo. Nesse mesmo documento, é indicada a data de 1º de setembro de 1951 como a data de fundação do clube e a data da reunião em 30 de setembro de 1951, o que indica que a sociedade funcionou durante um pequeno período sem ter um estatuto constituído. Cabe destacar que o documento em questão é assinado em 24 de junho de 1952.

4.6 O funcionamento do clube

As normas sociais, nos anos 1950 e 1960, eram extremamente rígidas, pois havia uma preocupação extremada com o respeito, a moral e os bons costumes, além de outros estigmas sociais, como fica evidente no impedimento de os negros frequentarem os mesmos ambientes sociais que os brancos, como é o caso explícito, do Clube Recreativo Samborjense.

Os demais clubes sociais mantinham a segregação implícita, como se observa do relato do senhor João José Mateo Valadares de que um homem negro, militar, Tenente, de

nome Nemésio, que era atleta e veio servir na cidade tentou entrar no clube Fraternidade, mas foi impedido, sendo-lhe permitida a entrada somente quando este se apresentou como militar e Tenente.

O senhor Luthero Messa Fagundes, em entrevista, declarou que o impedimento nos demais clubes, citando como exemplo o Clube Comercial, era econômico, tendo em vista que não era barato, associar-se na entidade, tendo declarado ser ele o segundo negro a ser admitido como sócio do Clube Comercial na década de 1950, pois seu perfil econômico era diferenciado. Seu pai, Rosendo de Lara Fagundes, formado agrônomo e veterinário em Viamão – RS, foi um dos primeiros negros com formação superior que veio para São Borja-RS. Esse fato proporcionou ao senhor Luthero uma formação em Contabilidade, profissão a qual exerceu na cidade até data recente, e que permitia trânsito econômico e social entre os demais sócios do Clube Comercial.

Os estatutos dos clubes sociais refletiam esse perfil rígido e mantenedor das normas sociais. Iremos analisar os Estatutos Sociais do Clube Recreativo Esperança aprovado em 1951, para tentar compreender a adequação daqueles homens ao *status quo* social da época.

O estatuto foi criado e aprovado pela Ata de nº 4 da entidade (ANEXO A). Destaca-se que o documento foi encontrado em duas versões: a primeira se trata de uma cópia xerográfica da transcrição da referida Ata, com data de 24 de junho de 1952 está assinada pelo Presidente e o Secretário na época; a segunda se trata de um livreto que contém uma nova versão, revisada e ampliada dos Estatutos do Clube Recreativo Esperança (ANEXO B). Ambos são os únicos documentos oficiais do clube, encontrados durante a pesquisa de campo. Em ambos os documentos é indicada a data de 1º de setembro de 1951, como a data de fundação do clube. Esse fato indica que a sociedade funcionou durante um período sem ter um estatuto constituído, considerando que o primeiro documento relata que a ata é do dia 30 de setembro de 1951.

A redação de ambos os documentos seguem a grafia padronizada para esse tipo de documento. A Ata informa que os sócios reunidos em Assembleia, após terem sido convocados pelo presidente e pelo secretário, aprovaram o estatuto que foi lido para eles. Ambos no artigo primeiro declaram que a data de fundação do Clube é 1º de setembro de 1951. Na continuação do Artigo existe uma grande diferença. Enquanto na Ata os objetivos da instituição são “realizar bailes, festas, cordões carnavalescos e demais divertimentos”. No livreto esses objetivos são ampliados para:

[...]recrear seus associados, proporcionando-lhes bailes, reuniões diárias, boas leituras, esportes e jogos permitidos por Lei, etc. a todos os cidadãos domiciliados neste município, que tenham idoneidade moral e que queiram do mesmo fazer parte; patrocinar a fundação de uma escola primária para os filhos dos associados. (CRE, 1951)

Interpreta-se, a partir da leitura da Ata, que o clube não tinha, pelo menos na sua primeira manifestação escrita, outros objetivos que não fossem os de recreação para os sócios. Houve, entretanto, outras demandas, estas foram incorporadas às práticas do clube, após o mesmo estar em funcionamento, houve então o registro dessas mudanças nos Estatutos. A pesquisa de campo não encontrou o registro, no Cartório de Registro Civil da cidade, de qualquer alteração no Estatuto do clube, como é normal acontecer quando acontecem mudanças nesse tipo de documento, porém o livreto aponta o contrário.

O parágrafo único, do Artigo 1º, apresenta grande divergência no conteúdo. Enquanto na Ata é listado que os sócios efetivos e contribuintes compõem a sociedade. No livreto o parágrafo único propõe a criação de um recinto no Clube onde deverá funcionar uma Biblioteca.

O Artigo 2º da Ata destaca que a sociedade terá como sede provisória, localizada na casa de residência da Dona Antônia de Deus, na Rua Coronel Lago sem número. O Artigo 3º destaca que o patrimônio inicial da entidade é constituído por donativos mensalidades, os móveis que possui no prédio onde funciona, no valor de dois mil cruzeiros.

Observamos nesse parágrafo, a importância do local onde morava dona Antônia e sua família para o clube. Por isso, podemos comprovar, com base nesse documento, que aquele endereço foi a sua primeira sede.

O Artigo 2º do Livreto apresenta a bandeira do clube, suas medidas e suas cores, o fundo branco e sobre ele um globo verde, com cinco estrelas prateadas formando a constelação conhecida como Cruzeiro do Sul.

O Artigo 3º do Livreto apresenta seis categorias de sócios: Fundadores, efetivos, contribuintes, beneméritos, transeuntes e honorários. O Artigo detalha as condições para cada categoria, sendo os Fundadores os que pagaram a joia estipulada e assinaram a ata de sua inauguração. Cabe destacar que serão considerados os sócios contribuintes, as senhoras viúvas ou solteiras com encargo de direção de família, porém os mesmos não podem votar ou ser votadas.

Apesar de abrir espaço e reconhecer a figura da mulher como dirigente da família, em determinados casos, os Estatutos apresentam certo grau de diferenciação com relação a essa

categoria, isentando-as do pagamento da joia e por consequência impedindo-as de participar das decisões, nas Assembleias do Clube.

Na Ata a seguir, em subtítulo, é destacada a composição da Diretoria da sociedade, fato que é exposto no Artigo 10º do livreto, citando que a sociedade será administrada por uma diretoria composta por um presidente, um vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiros, diretores do mês, um bibliotecário, além de um orador e do conselho fiscal.

A existência do cargo de bibliotecário na Diretoria de um clube social chama atenção do pesquisador do presente, e instiga um questionamento: Havia bibliotecas nos clubes sociais naquela época? A pesquisa de campo revelou que era um padrão entre os clubes sociais daquela época e, por isso, a previsão do cargo no estatuto do CRE, provavelmente, tenha seguido esse modelo padronizado.

A Biblioteca Pública Municipal foi inaugurada em 1963 e até então não havia um local público, na cidade, que disponibilizasse livros para leitura aos munícipes. Os clubes sociais mantinham em sua sede uma biblioteca, onde estavam disponíveis aos sócios, livros, revistas e jornais para leitura. A biblioteca do CRE nunca chegou a tornar-se uma grande biblioteca, pois segundo os relatos era mantida por doações dos sócios.

Ressalta-se o fato que na época o índice de alfabetizados entre a população era extremamente baixo no Brasil, menor ainda entre a população negra. Baseado nesse dado credita-se a proposta de criação da escola primária para os filhos dos sócios, demonstrando o entendimento, por parte dos sócios, da importância da educação para os mesmos. A escola primária não chegou a ser efetivada, permanecendo apenas como um projeto utópico do clube.

Prosseguindo a análise do texto do Estatuto, destacamos que o parágrafo único do Artigo 4º determina que a diretoria seja eleita por um período de 2 anos, sendo permitida a reeleição da diretoria. O artigo quinto destaca que compete à diretoria, cumprir os artigos do estatuto aprovado naquela data, além de outros regulamentos e deliberações que sejam determinadas pelas Assembleias Gerais.

Sobre os processos de eleição para Presidente do clube, consideramos importante registrar o relato do senhor Gilberto de Oliveira Souza. Ele afirma que, por ocasião da eleição para presidência da entidade em 1965/1967, houve uma dissidência entre os sócios do clube, uma parte apoiava para Presidente o senhor José de Souza, pai do senhor Gilberto, e outra apoiava o senhor Juvenal da Rosa. Como o segundo veio a perder o pleito, seus apoiadores, liderados pela senhora Áurea Vargas, decidiram se desligar do Clube Recreativo Esperança e fundar, em 7 de setembro de 1965, um novo Clube Social, a Sociedade Recreativa e Cultural

7 de Setembro, o “Sete” como ficou conhecido. Dessa forma, houve uma divisão e uma disputa pela preferência da população negra de São Borja-RS, quanto ao local de lazer e convívio social.

Esse episódio nos demonstra que não havia uma unidade em torno de um objetivo ou projeto definido para o clube e que essas dissidências foram prejudiciais para a possibilidade de reivindicações ou lutas pela melhoria das condições da população negra em São Borja - RS. Pois as dissidências, entre as lideranças do clube, causaram uma divisão interna, que impediram a proposição de um objetivo comum para o clube e seus sócios.

No livreto os Artigos 5º e 6º tratam das formas de admissão dos sócios, determinando que os critérios para admissão são: “reconhecida responsabilidade, idoneidade moral, ser maior de 18 anos de idade e ter ocupação honesta.” Este Capítulo, em particular, demonstra o rigoroso processo de admissão que eram submetidos os candidatos a sócios. A obrigatoriedade de apresentação por um sócio, a análise e votação secreta por parte da Diretoria para admissão, além da necessidade de investigação, em caso de pessoa desconhecida.

No livreto os Artigos 7º, 8º e 9º tratam dos direitos e deveres dos sócios. Está explícita a obrigação de respeitar e fazer respeitar os estatutos, o valor da mensalidade e da joia. A exigência dos sócios apresentarem-se condignamente trajados demonstra os padrões rígidos da sociedade na época. Os Artigos detalham as condições de uso das instalações, bem como do acesso e da possibilidade de exclusão dos sócios, por solicitação do mesmo, por deixar de pagar as mensalidades sem justo motivo ou ter sido condenado em tribunal.

Os Artigos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º da Ata tratam das competências dos diversos cargos da diretoria, como o do presidente, que tem como atribuições: convocar reuniões e Assembleias Gerais Extraordinárias, presidir sessões, resolver com os membros da diretoria sobre a demissão, readmissão, eliminação de sócios, entre outras. Sobre a competência dos secretários, consta que os mesmos devem efetuar o lançamento nos livros atas, acerca das reuniões da diretoria e das Assembleias, assinar e fazer constar as assinaturas do presidente e do tesoureiro nos diplomas expedido pela associação, fazer correspondência do clube, manter sob sua guarda o livro de registro de sócios, além de prestar a todos os esclarecimentos necessários.

O tesoureiro é o encarregado de arrecadar todos os donativos que forem feitos à sociedade, as mensalidades e os valores depositados em banco escolhido pela diretoria, assinar cheques que serão visados pelo presidente, organizar os balancetes anuais fornecer aos conselheiros todos os esclarecimentos necessários e precisos.

O artigo décimo trata da competência da diretoria, como um todo, e o artigo 11º trata da competência dos conselheiros, estes devem auxiliar os demais membros da diretoria na fiscalização.

Podemos observar a preocupação em definir claramente, as atribuições de cada diretor, para que a cobrança de responsabilidade sobre as pessoas que estavam indicadas para cada cargo pudesse ser realizada. Esse modelo de atribuições e responsabilidades era relativamente padronizado em todos os clubes sociais.

No livreto os Artigos de número 10º até 26º trata do funcionamento da administração do Clube, a composição da Diretoria e das atribuições de cada cargo, ampliando-as e esclarecendo as particularidades das funções e também do Conselho Fiscal. Os Estatutos do livreto acrescenta o cargo de Zelador de Patrimônio, porém, não apresenta suas atribuições.

O Artigo 14º do Livreto destaca que alguns cargos serão exclusivamente desempenhados por “pessoas de cor” (Preto). Este artigo confirma, em parte, o relato dos entrevistados que afirmaram, que apesar de “não estar escrito”, havia um acordo entre os membros da diretoria, de forma que os cargos principais, como o de presidente, tesoureiro e secretário fossem ocupados sempre por “pessoas de cor”. Percebo este artigo como uma tentativa de preservar a identidade de “clube dos negros”, além de uma tentativa de manter a sociedade sobre determinado controle societário, como exposto anteriormente o Clube Recreativo Samborjense possuía um artigo em seus Estatutos que determinava que o Presidente deveria obrigatoriamente ser militar, a semelhança do proposto pelos estatutos do CRE.

A seguir em subtítulo, a Ata, destaca a figura dos sócios e, no Artigo 12º, são listadas as categorias de sócios, sendo considerados beneméritos aqueles que contribuírem com donativos no valor de 5.000 cruzeiros, de uma só vez, e que prestarem serviços à sociedade; os sócios benfeitores são os que contribuem com 500 cruzeiros, os efetivos, aqueles que pagarem a joia no valor de 100 cruzeiros e contribuírem mensalmente com 10 cruzeiros; e os sócios contribuintes são aqueles que desejarem o progresso da sociedade, contribuindo mensalmente com determinada quantia.

Podemos apreender que os valores não podem ser considerados altos, tendo em vista que o salário mínimo, na época, estava em torno de 500 cruzeiros. Cabe ressaltar que o Artigo 13º, da Ata, destaca que o sócio não responde nem subsidia, solidariamente, pelas dívidas contraídas pelas diretorias, norma que dificilmente foi cumprida, considerando que normalmente os ônus são “socializados” entre todos os sócios.

A Lei Municipal nº 313 de 4 de outubro de 1961, promulgada cerca de dez anos após a criação do clube, autorizou o Poder Executivo a perdoar Dívida Ativa existente em nome do Clube Recreativo Esperança, fato que podemos caracterizar como má gestão do clube e que não foi cobrado das Diretorias que teriam, em tese, a responsabilidade por esta má gestão.

O Artigo 14º, da Ata, é de grande importância porque destaca que está expressamente declarado que não haverá distinção de sexo, de religião, política e/ou “cor” para os sócios. Nessa época, o clube provavelmente não tinha a denominação de “Clube dos Negros” como assim denominaram os entrevistados, porém já demonstrava o caráter de entrosamento social diferenciado em relação aos demais clubes sociais da cidade.

É importante saber que, em 3 de julho de 1951, o então Presidente Getúlio Vargas assinou a Lei nº 1.390 que inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça e de cor:

Art 4º Recusar entrada em estabelecimento público, de diversões ou esporte, bem como em salões de barbearias ou cabeleireiros por preconceito de raça ou de cor. Pena: prisão simples de quinze dias três meses ou multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros). (BRASIL, 1951)

Marco legal em termo de legislação sobre racismo e preconceito no Brasil, a Lei Afonso Arinos, como ficou conhecida, foi a primeira a declarar como delito penalmente imputável o racismo e o preconceito de cor no país. A aplicação da lei sempre foi motivo de reclamações entre os membros dos grupos que lutam pelos direitos dos negros, porque era difícil caracterizar a contravenção prevista na legislação, tornando-a letra-morta como outras leis brasileiras.

Os Estatutos constantes do livreto suprimem este parágrafo, muito provavelmente em consequência da referida Lei.

Os demais artigos, da Ata, destacam padrões de procedimentos com relação a Assembleias, prestações de conta, eleição e o formato da votação, no caso secreta, como é normalmente previsto para atividades dessa categoria.

O parágrafo terceiro do Artigo 15º, da Ata, é interessante transcrever, pois discorre sobre a destinação do patrimônio em caso de dissolução da entidade:

[...]somente com a presença de dois terço dos sócios terá lugar Assembleia extraordinária que tiver de deliberar pela inexigibilidade de seus fins devidos, devendo o seu patrimônio ser doado ao Hospital dos Pobres desta localidade, com a condição dele serem atendidos, isentos de quaisquer pagamentos pessoas das famílias dos sócios, compreendidos como esposas, filhos, mãe, irmã, netos dos que forem naquela época sócios do Clube Recreativo Esperança.(CRE. 1951)

O parágrafo quarto destaca ainda que, se o Estabelecimento de Caridade não aceitar a doação, a maioria absoluta dos sócios resolverá sobre o destino do patrimônio, de maneira a favorecer os descendentes dos mesmos.

Os estatutos do livreto não especifica o local de destinação do capital da sociedade, em caso de extinção, apenas cita que reverterá para casas de caridade do Município.

Observa-se que o patrimônio, nesse caso, não engloba o imóvel e o terreno onde está localizada a sede do clube, pois foi doado pela municipalidade e está previsto na Lei Municipal nº 269, que autorizou a doação, que o mesmo deverá ser revertido ao patrimônio do município, se por qualquer eventualidade não for cumprida a sua finalidade.

Interessante observar que a ata é concluída após ter sido lida e aprovada e assinada na data de 30 de setembro de 1951, mas na terceira folha consta a data de 24 de junho de 1952. É provável que esta segunda data seja a data da transcrição da Ata para o formato datilografado em que ela se encontra.

Enquanto os Estatutos da Ata, possuem 15 Artigos, os Estatutos do livreto possuem 50 Artigos. Esse número, expressivamente maior, representa o maior detalhamento das normas na sua segunda versão. No livreto não aparecem datas, mas o Artigo 46º determina que “o mandato da “atual” Diretoria terminará em 1º de setembro do ano de 1953”, grifo nosso. O texto conduz ao entendimento que a segunda versão dos Estatutos fora lançada, na primeira gestão do Clube.

Nos últimos Artigos do livreto, destaca a importância do caráter privativo do clube, somente os sócios podem frequentar a sede. Os visitantes e convidados serão aceitos desde que acompanhados de sócios e, solicitado a Diretoria com no mínimo 2 dias de antecedência.

A seguir ambos os documentos, listam os nomes dos fundadores, no caso do livreto e dos sócios que assinaram a Ata, datada de 30 de setembro. Logo após, a Ata destaca a profissão dos chamados fundadores, observando-se entre eles vários militares, oficiais da reserva, há também pedreiros, domésticas, carpinteiros, enfermeiros, porém a grande maioria é constituída de militares. Quem assina é o senhor Modesto de Lara Fagundes, primeiro presidente da entidade e Wilson Roque Soares de Almeida primeiro secretário.

4.7 A sede própria

Em nosso entendimento, a oralidade e o imaginário popular constroem diversas versões acerca de fatos ocorridos no passado. A visão particular de cada expectador e de cada

agente produz diferentes visões de um mesmo momento da história, que ficam registrados na memória individual e coletiva. Esses diferentes relatos constituirão o imaginário sobre determinado fato.

Segundo o relato dos entrevistados, foi do General Serafim Vargas iniciativa de “dar” ao clube um local para a construção da sede própria, mandando fazer e entregar a sede do clube pronta aos sócios.

O clube funcionou em diversos locais, antes de possuir sua sede própria. Na Ata nº 4 de 30 de setembro de 1951, que aprovou os Estatutos Sociais da entidade, consta que a sede provisória à época seria a casa de residência de dona Antonia de Deus, na rua Coronel Lago sem número. Nesse local, conforme relato de dona Lourdes de Deus, funcionava um bar, que era administrado por sua mãe dona Antônia, onde, atualmente, é o local de residência de dona Lourdes e sua família.

O jornal Folha de São Borja registrou, em 2 de julho de 1983, que o primeiro baile, o da fundação do clube, foi realizado na casa da senhora Lurdes Cailar Trois, na rua General Osório, número 1926, onde, atualmente funciona a loja Magazine Camponesa. De acordo como relato da dona Lourdes de Deus, o clube alugava os locais para realizar os bailes e festas, antes de possuir sua sede própria, fato que também foi registrado pelo jornal Folha de São Borja, em 7 de setembro de 1976, por ocasião do Jubileu de Prata da entidade.

Segundo os relatos de dona Lourdes de Deus e de dona Maria Oliveira de Deus, muitas festas e bailes aconteceram na casa da família Maragno, na avenida Riachuelo, em frente onde, hoje, fica a Padaria Kitute. Esse local é motivo de saudosismo para ambas, pois eram muito boas as festas que naquele local eram realizadas.

Ainda, de acordo com os relatos de dona Lourdes e dona Maria, corroborado pelo relato do senhor Pedro Borges da Rosa, antes de ter sua sede própria, o Clube Recreativo Esperança também, realizou bailes na residência de dona Joanhina onde, depois, viveram as irmãs negras que eram costureiras: Jacinta, Rosa e Beraci Correia. O imóvel situa-se no cruzamento entre as ruas João Manoel e Presidente Vargas. Atualmente, pode-se verificar que a casa de moradia que havia no local foi demolida e não é feita limpeza e manutenção do terreno com frequência. O terreno, amplo, permanece intacto, onde ainda hoje se poderia fazer uma festa de vulto considerável.

Conforme consta no Cartório de Registro de Imóveis da cidade, o terreno onde atualmente, é a sede do Clube Recreativo Esperança, situado a rua Deputado Olinto Aramy Silva, número 804, pertencia a municipalidade antes de ter sido transferida a propriedade do mesmo, por meio da Escritura Pública nº 127 (ANEXO E) de DOAÇÃO pura e simples que

fez a PREFEITURA MUNICIPAL ao CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA em 4 maio de 1962, assinada pelo Prefeito Municipal à época, o senhor Florêncio Aquino Guimarães, e pelo presidente da sociedade, o senhor Juvenal Pereira da Rosa. A doação foi autorizada pela Lei Municipal nº 269, de 25 de julho de 1960 (ANEXO D), assinada pelo senhor Mauá Ferreira, vice-prefeito em exercício.

Da análise dos dados coletados na pesquisa de campo realizada sobre a doação, podemos afirmar que o processo de doação foi longo, pois, como consta no registro da Câmara Municipal de Vereadores, a primeira solicitação de doação deu entrada na Câmara de Vereadores em 14 de outubro de 1952, através de ofício do Executivo que encaminhou o requerimento do clube, conforme registra a Ata de Sessão Ordinária número 30 (ANEXO C) daquela data, o qual foi devolvido ao Executivo para que se esclarecesse o pedido do mesmo. Para formalização da doação era necessário enviar ao legislativo o Projeto de Lei com a exposição de motivos, conforme consta da Ata da Sessão Ordinária de número 31 de 16 de outubro de 1952 (Anexo C). Conforme consta da documentação da Câmara de Vereadores de São Borja, o projeto retornou e foi aprovado, tendo sido fruto desse processo a Lei nº 269, de 25 de julho de 1960, que autorizou o Executivo efetuar a doação do terreno para o clube.

Fotografia 7 - Sócios em frente à sede própria do CRE na década de 1950.



Fonte: Acervo particular da senhora Maria Helena de Deus Oliveira

Sobre o processo de designação do local onde seria o clube, os relatos são semelhantes apesar das pequenas diferenças. Segundo dona Lourdes de Deus, por ocasião da escolha do local, definiu-se que o clube seria na rua Coronel Lago, próximo a casa de Dona Antônia de

Deus - há uma dúvida se o local da sede seria onde, atualmente, funciona o Posto de Saúde do Centro ou onde está a sede da Companhia Riograndense de Saneamento, ambos em frente a praça Marcílio Goulart Loureiro, a Praça da Lagoa. Porém, o Secretário Municipal de Saúde da época, o Senhor Emílio Tróis da Motta, propôs uma permuta ao General Serafim Vargas, o terreno da rua Coronel Lago pelo terreno da rua Olinto Aramy Silva. Segundo os relatos, acertadas as partes, assim foi feito e assim permanece até a data de hoje, tal fato não foi passível de comprovação, porém várias pessoas citam como fato acontecido.

Cabe observar que, na data da transmissão da propriedade do terreno para o clube, naquele local já existia o imponente salão (Fotografia 7), com sua fachada de linhas pitorescas e diferenciadas de qualquer padrão arquitetônico conhecido que até hoje, se destaca na rua Olinto Aramy Silva.

A sede, segundo relatos, foi construída entre os anos de 1953 e 1954, quando era Presidente do Clube o Sargento Aristides de Deus, segundo relato do senhor Clóvis Benevenuto (Informação Verbal) e de dona Lourdes de Deus, o General Serafim mandou chamar Franco Baglioni, e solicitou-lhe que construísse o prédio no terreno destinado ao clube. O Jornal Folha de São Borja, de 31 de julho de 1993, publicou nota onde a colunista Alda Calvete relata lhe ter sido narrado por Bira Fontoura:

Aprovado o desenho construiu-se o Clube Recreativo Esperança que até hoje tem em suas linhas o rosto de Nagão.

Atente para o “Chuco” de cabelos acima da cabeça.

Os lábios esparramados em quatro degraus sempre pintados de vermelho.

É como se estivesse olhando para Nagão, com o formato da cabeça arredondada, como diz o capitão Umbelino, irmão de Serafim:

- O Nagão em outra encarnação foi um Repolho Preto.

Até os dias de hoje permanece ainda em sua fachada original e sui generis e estilo caricato do Nagão. (Folha de São Borja. 31/07/1993. Pag. 11)

Figura 8 : Recorte de fotografia de Nagão e a fachada do CRE.



Fonte: Acervo particular da senhora Maria Oliveira de Deus e Acervo da Biblioteca Municipal

Na comparação da fotografia do senhor Aristides e da fachada do CRE (Figura 8), se formos conduzidos a prestar atenção nos detalhes da construção, como relatou a senhora Alda Calvete, a semelhança ou pelo menos a inspiração chama a atenção. A fachada não segue nenhum padrão arquitetônico conhecido e não há registro de outros prédios na cidade com padrão semelhante.

Dona Lourdes e o senhor Pedro da Rosa declararam que a relação entre a fachada do clube e o rosto do Sargento Aristides é fruto da imaginação e da maldade das pessoas, que não acreditam que o General Serafim Vargas tenha mandado fazer a fachada do clube com inspiração no rosto do Nagão.

Na inauguração da sede, foi realizada uma grande festa, podemos observar na fotografia da festa de inauguração (Fotografia 9) que contou com a presença do General Serafim Vargas, o quarto da direita para esquerda, ladeado pelo senhor Aristides e por sua esposa dona Joana, e do representante do poder religioso da cidade, na época, o Cônego Viro Rauber, o segundo da direita para esquerda. Observa-se que as pessoas vestem trajes de festa, os homens de terno e gravata como era o costume da época, denotando a importância da atividade para todos os presentes. Dona Lourdes e dona Maria das Dores relatam que a felicidade de todos os presentes era imensa pela conclusão da obra e por terem uma sede para a realização de suas festas e bailes.

O senhor Gilberto Souza recorda que o parquet do salão foi colocado por volta do ano de 1959, e que foi fruto de um esforço de todos os associados do clube. Os sócios que tinham condições dinheiro e/ou tempo para trabalhar em prol do clube auxiliavam na preparação do piso e na colocação do piso tipo parquet, depois do horário de serviço. O término da colocação do piso foi comemorado com uma grande festa no novo salão.

Fotografia 9 - Festa de inauguração da sede própria do CRE em 1953.



Fonte: Acervo particular da senhora Maria das Dores Oliveira de Deus

4.8 Os bailes e festas

As atividades recreativas eram como, os Estatutos destacam o objetivo da associação. A realização de bailes, festas, cordões carnavalescos e demais divertimentos atendia ao prescrito no artigo 1º dos Estatutos do Clube. Depreende-se disso que, certamente, esse foi o artigo cumprido com maior entusiasmo pelos associados.

Conforme os relatos, os sócios do clube, na década de 1950 e 1960, seguiam as normas sociais vigentes à época. Por isso todas as atividades eram pautadas por muito respeito. Os homens utilizavam trajes completos, com gravata e paletó, e as senhoras usavam vestidos discretos, sem decotes e com a barra na linha do joelho.

As senhoritas somente podiam frequentar o clube se estivessem acompanhadas pelos seus pais ou responsáveis; o rapaz, para dançar com a moça, deveria solicitar permissão ao pai da mesma, sendo vedada a negativa da moça ao convite; “tudo muito bonito”, nas palavras de dona Lourdes de Deus e de dona Maria das Dores.

Este tipo de comportamento era característico das normas sociais vigentes nas décadas de 50 e 60 do século passado, e demonstravam a rigidez e a influência da cultura americana e do “*american way of life*”.

Fotografia 10 - Baile de debutantes na década de 1963.



Fonte: Acervo particular da senhora Maria Helena de Deus Oliveira

O clube realizava diversos tipos de atividades sociais e recreativas, como os tradicionais bailes de debutantes (Figura 10), evento muito esperado pelas moças da

sociedade, conforme relatam os entrevistados. Observa-se o corte de cabelo da debutante conforme era usado nos Estados Unidos da América.

Fotografia 11 - Festa de 25 anos de fundação do CRE em 1976.



Fonte: Acervo particular do senhor João Antônio Machado Legal

Além do baile de debutantes, o clube promovia bailes temáticos, como o baile da pelúcia e o baile da chita, oportunidades em que os homens e mulheres deveriam utilizar roupas confeccionadas com esse tipo de tecido. O baile da “Mais Bela Mulata” ocorreu na década de 1970, quando foi promovido o concurso em todo o estado do Rio Grande do Sul, tendo a candidata do CRE chegado às finais na cidade de Porto Alegre.

A década de 1970 foi marcada pelo afrouxamento das regras sociais no Brasil e no mundo, os padrões de vestimentas mudaram e se permitia o uso de roupas mais informais nas atividades sociais.

Podemos observar que, em setembro de 1976, na festa de 25 anos de fundação do Clube (Fotografia 11), as normas sociais referentes a vestimentas haviam mudado e não havia mais exigência de trajes de gala para as festas. As pessoas, na fotografia, utilizam roupas de uso do dia a dia. Podemos observar, também, uma presença maior de pessoas brancas, além de mulatos e negros.

Os bailes de carnaval (Fotografia 12) eram o ponto alto do Clube Recreativo Esperança, os relatos de todos os entrevistados são entusiásticos com relação ao carnaval do “Esperança”. Observa-se, na fotografia, o que foi citado nos relatos dos entrevistados, isto é, uma atmosfera de alegria, própria do carnaval, e um clima de amizade que envolvia as

pessoas que frequentavam o clube, mas sem perder o devido respeito que se evidenciava nas demais festas.

Fotografia 12 - Baile de Carnaval no salão do CRE na década de 1950



Fonte: Acervo da senhora Maria Helena de Deus Oliveira

Na década de 1960, foi cimentada a quadra poliesportiva do CRE e o Carnaval passou a ser realizado em dois ambientes: no salão e na quadra ao ar livre, devido ao forte calor de São Borja, no período do Carnaval.

Fotografia 13 - Bloco “Os Kobras” brincando de Carnaval na quadra do CRE.



Fonte: Acervo particular do senhor Luiz Carlos da Rosa

Conforme os relatos, a partir da década de 1970, o Carnaval passou a ser realizado, exclusivamente na quadra poliesportiva (Fotografia 13), sendo montado à beira da quadra o palco para o conjunto animar os foliões que utilizavam a quadra como salão.

A pesquisa de campo contemplou o levantamento de dados no período compreendido entre março de 1970 e dezembro de 1979, nas edições do Jornal Folha de São Borja existentes na Biblioteca Municipal de São Borja e no acervo da redação do próprio jornal.

Pode-se observar que o Clube Recreativo Esperança poucas vezes foi citado no referido jornal. As notas encontradas que citam o clube sempre estavam ligadas ao período do Carnaval. As poucas notas encontradas fora do período do Carnaval, grande parte feitas pelo mesmo colunista do jornal, o senhor Apparício Silva Rillo, citavam em pequenas notas as festas que seriam realizadas no clube, como a escolha da “mais bela mulata”.

Com a proximidade do tempo do Carnaval, a preparação do clube para o evento era notícia veiculada no jornal. A exposição ocorria juntamente com os demais clubes sociais da cidade, mas com maior destaque para o Clube Comercial e para o Clube Recreativo Samborjense. Cabe ressaltar que, o Clube Sete de Setembro, os clubes do bairro do Passo, o Fraternidade, o União e Treze de Julho, que foi fundado na década de 1960, eram citados em pequenas notas ou raramente eram citados.

Em contraste, os bailes de Carnaval do Clube Recreativo Esperança, quando citados, sempre se destacava a qualidade do evento e alegria dos foliões. Nas notas, eram apresentados o programa do Carnaval do Clube, o Conjunto Musical ou a Banda que iria animar a festa, assim como o tema e a decoração que seria feita no salão para aguardar os foliões.

Essa constatação gerou questões em torno do motivo de não haver citações no jornal sobre os clubes. Os motivos eram econômicos? Sendo os colunistas sócios dos demais clubes, somente noticiavam aqueles eventos dos quais participavam? Fruto do racismo dos colunistas? Os clubes não realizavam atividades que fossem dignas de nota no referido jornal?

Entendemos que o racismo, com certeza, permeava as publicações dos colunistas do Jornal em questão, algo que era implícito em relação a vivência e a norma social da época. Além desse aspecto, o interesse particular, ou a falta dele, de cada colunista e os lugares que os mesmos frequentavam, possivelmente inviabilizavam a escrita dos colunistas que, obviamente, não poderiam discorrer sobre eventos dos quais não participavam ou não conheciam.

Analisando a documentação e as entrevistas, podemos empreender que o objetivo proposto nos Estatutos do Clube foi plenamente cumprido, pois bailes, festas, cordões e demais divertimentos foram os principais benefícios para os sócios e para comunidade são borjense.

4.9 O carnaval de rua

Em 1967, o Prefeito Municipal, José Pereira Alvarez resolveu investir no Carnaval de Rua de São Borja, e passou para prefeitura a responsabilidade de organizá-lo, a partir daquele ano. Segundo os relatos, até aquele ano, os blocos desfilavam pelas ruas da cidade, principalmente do centro, sem uma organização prévia e a festa continuava nos salões dos clubes sociais da cidade.

O Carnaval acontecia nos salões das sedes dos clubes sociais da cidade, porém diversos blocos faziam desfiles pelas ruas do centro, como era tradição desde as décadas 1930 e 1940, época do Bloco Esperança. Segundo senhor Clemar Dias (Informação Verbal), dentre os blocos que se destacavam, estava o Bloco “Comigo Ninguém Pode” das senhoras Georgina Vieira e Jocelina Rodrigues que era frequentado pelo Presidente João Goulart nos anos 1950; também o Bloco “Os Fofocas” que era composto por sócios pertencente aos vários clubes sociais da cidade, conforme relata o senhor João José Matteo Valadares, além de diversos outros participantes da pesquisa.

Fotografia 14 - Bloco de Casais - Os Tiranos - do CRE (1959).



Fonte: Acervo da senhora Maria Helena de Deus Oliveira

Segundo a pesquisa realizada em jornal e de acordo com os relatos obtidos, nos clubes os blocos eram organizados por categorias: bloco dos casados (Fotografia 14), da juventude, das senhoras. Esses mesmos blocos desfilavam no carnaval de rua. Observa-se na fotografia a presença da Rainha do clube, com sua faixa característica indicando o prestígio, tanto do bloco como da Rainha. Novamente vemos a preocupação com a uniformidade das vestes, as

mulheres trazem na cabeça o enfeite típico da melindrosa¹¹, apesar de ser Carnaval, há uma seriedade na postura de quase todos, que creditamos a seriedade exigida ao bloco dos casados.

Conforme a pesquisa nos jornais, a organização do carnaval de rua levou o mesmo para outro patamar, o das competições. Isso ampliou a rivalidade entre os blocos, pois eram distribuídas premiações em dinheiro para os melhores blocos e fantasias, divididas em diversos naipes ou categorias, tais como de casados, de solteiros, misto, Escolas de Samba, grupo infantil, adulto masculino e adulto feminino. Houve também uma preocupação maior com as fantasias e com a postura nas ruas.

Fotografia 15 - Sócios do CRE no desfile da Escola de Samba “Nós e o ritmo”



Fonte: Acervo particular da senhora Maria Helena de Deus Oliveira

A primeira Escola de Samba do CRE e da cidade recebeu o nome de “Nós e o Ritmo”(Fotografia 15), foi organizada pelos sócios Arlindo e Paulinho e desfilou no carnaval de 1965.

Depois da criação dessa Escola de Samba, surgiram outras, como a Escola de Samba Imperadores do Ritmo, a Escola de Samba Acadêmicos do Samba, e a Unidos do Luar, que é apresentada no Jornal Folha de São Borja como Escola de Samba e, originou um Grupo de Música de mesmo nome. Todas essas Escolas de Samba eram formadas, na sua totalidade ou em parte por sócios, do Clube Recreativo Esperança. Sobre as Escolas Samba, faz necessário esclarecer que não foi realizada pesquisa mais aprofundada, mas sabemos, entretanto que foram muito importantes para a vida social do Clube, a contar dos anos 1970.

¹¹ Segundo o Dicionário Houaiss a melindrosa nos anos de 1920, era a mulher que se distinguia por estar sempre no rigor da moda e possuir maneiras tão graciosas quanto afetadas. Também pode ser o traje característico dessa mulher, de cintura baixa e longas franjas, muito usado como fantasia no carnaval ou em festas de época.

4.10 Os esportes

As atividades desportivas foram as que menos foram lembradas pelos entrevistados, acreditamos que isso ocorreu pelo fato de os entrevistados, quase todos, pertencerem à primeira geração do Clube Recreativo Esperança, além de ter ficado evidenciado para eles que o foco da pesquisa era a criação e a fundação do clube. Para eles as festas e a diversão ocuparam espaço maior em seus imaginários.

De acordo com os relatos, na casa de dona Joaquina, na Avenida Presidente Vargas o Clube mantinha uma quadra de terra batida, onde os primeiros sócios praticavam futebol e vôlei.

Com a construção da nova sede na rua Olinto Aramy Silva, foi reservada uma grande área do terreno para a construção da quadra (ANEXO G), que passou a funcionar logo que a área ficou livre. O concreto que recobre a quadra, segundo relato do senhor Pedro da Rosa foi iniciativa do Prefeito, senhor Florêncio Aquino Guimarães, que cedeu o material e o pessoal da prefeitura para realizar a obra.

O esporte sempre esteve presente na vida social do CRE, a quadra poliesportiva, depois dos bailes do Carnaval, sempre foi o grande atrativo do clube para os sócios, era utilizada diariamente, em partidas que empolgavam a todos os presentes, segundo relato do senhor Pedro da Rosa.

O clube manteve durante muito tempo um time de futebol que disputava os campeonatos de futebol da cidade. Porém durante a pesquisa de campo, constatamos que em poucas ocasiões o nome do time de futebol é citado no referido veículo de informação. Os descendentes dos fundadores do CRE mantêm, até a data de hoje, o time de futebol com nome de Esperança, que disputa os campeonatos na categoria veteranos da cidade.

Durante as décadas de 1960 e 1970 na cidade de São Borja-RS, ocorriam os Jogos da Primavera, atividade que reunia as escolas, os clubes sociais e toda a comunidade são-borjense, segundo relato do senhor Pedro da Rosa o clube participava dos jogos, com destaque para o time de vôlei feminino que era considerado forte e sempre terminava a competição entre os primeiros lugares.

Os esportes coletivos, segundo o levantamento realizado, foram importantes para os sócios do Clube Recreativo Esperança e ajudaram a criar um espírito de identidade e unidade, semelhante ao que havia no período do Carnaval, podemos dizer que era uma das representações do Clube junto à sociedade são-borjense.

5 E AGORA CRE, COMO SE FAZER CONHECER?

Ao apresentamos o Projeto de Pesquisa para a execução deste Trabalho de Conclusão de Curso, citamos que o mesmo tem relevância, considerando que não há registro de outro trabalho científico sobre o assunto no município. Para as novas gerações o tema é uma novidade, pois o conhecimento sobre a existência do clube não foi transmitido a elas por gerações anteriores que viveram à época do funcionamento pleno do Clube. Consideramos que o Clube Recreativo Esperança foi de grande importância e pode fornecer um retrato de como era a sociedade da época, que deve ter sua história contada e conhecida por todos na atualidade.

Ainda, na justificação da execução da pesquisa, citamos que o trabalho poderia trazer várias contribuições teóricas, entre elas a confirmação geral da teoria de luta e resistência ou de conformação da raça negra, com a comprovação de uma ou ambas as hipóteses na sociedade de São Borja-RS, possibilitando especificar o caso particular do Clube Recreativo Esperança e possibilitando a clarificação das teorias existentes.

Afirmamos, também, que a pesquisa tem importância do ponto de vista geral, pois permitirá inserir São Borja no contexto das teorias sociais existentes, assim como demonstrar a importância da existência do Clube Recreativo Esperança para a comunidade local, mais especificamente para a comunidade negra local.

A vivência e o interesse pela história local funcionaram como apoio motivacional para a execução do trabalho de pesquisa. O resgate da memória sobre o clube, premente com a ameaça de extinção do mesmo, também, justificaram a realização da pesquisa, que caso não fosse realizada, seria completamente apagada da memória da população em geral. A história do Clube Recreativo Esperança estava condenada ao imaginário daqueles que, como o acadêmico, viveram aquela época.

Porém, outro problema se apresenta diante da expectativa de conclusão deste trabalho. De que adiantaria este TCC ser realizado, de forma sistemática e científica, se fosse para ser, simplesmente, guardado e arquivado na Biblioteca da Universidade? Que técnicas ou meios permitiriam uma maior publicidade do trabalho, em consequência, um maior alcance dessa importante informação sobre a população negra de São Borja?

A resposta para essas prementes dúvidas estão diretamente ligadas ao campo educacional, pois com o advento da Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a sua posterior alteração pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, o ensino de cultura negra ou afro-brasileira, como é citada na lei, passou a ser obrigatório nos estabelecimentos de ensino

fundamental e de ensino médio, tanto públicos como privados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) passou a vigorar como seguinte texto no parágrafo 1º do Artigo 26-A:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
 § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008)

A história do Clube Recreativo Esperança está, plenamente, alinhada com os preceitos propostos pela LDBEN, a partir da Lei nº 11.645, pois é caracterizada como história e cultura da população negra de São Borja-RS. O contexto histórico e social do CRE pode ser incluído como o exemplo regional das contribuições nas áreas sociais, econômicas e políticas das populações negras pertinentes a História do Brasil.

A área de educação artística pode trabalhar os conceitos relacionados ao Carnaval e suas alegorias e adereços e, também, a área de sociologia podem trabalhar os diversos aspectos sociológicos envolvidos, como o racismo no Brasil e suas diversas faces e fases, a evolução da estrutura e das normas sociais do período de criação e fundação do Clube até o presente entre outros temas. A área de história permitirá aos alunos o conhecimento de como aquelas pessoas viveram aquele momento histórico, relacionando diretamente a história de São Borja com a história do Brasil.

Segundo Ana Lúcia Valente (2005), a escola não possui os meios para auxiliar o professor no ensino de temas ligados à cultura negra em geral, e não há, na cidade material didático que contextualize as populações negras dentro da história da cidade. Entre os indicativos de uma educação problemática relacionada à temática da cultura negra percebe-se que:

há um ritual pedagógico que exclui a história de luta dos negros, impõe um ideal de ego branco, folcloriza a cultura negra mas, no discurso, propugna a igualdade entre as crianças, independentemente de cor; os livros didáticos discriminam os negros e falta material de apoio que auxilie aos professores a enfrentar o preconceito e a discriminação intra-escolares; a escola não auxilia a formação da identidade racial e, além disso, reforça de forma negativa alguns estereótipos que prejudicam o processo socializador. (VALENTE, 2005, p. 28)

Apesar de não concordarmos com o conceito de produto, quando considerado aquilo que é produzido para venda, preferimos adotar esta denominação como sendo o resultado do que foi produzido durante o trabalho de pesquisa, consciente que cientificamente este Trabalho de Conclusão de Curso é o produto esperado.

O produto proposto é um documento paradidático, em forma de cartilha de apoio ao ensino ou de um documentário em vídeo, ambos a serem propostos para serem produzidos por órgãos públicos, do terceiro setor¹² ou da iniciativa privada através de projeto específico para tal.

Este projeto de confecção de uma cartilha paradidática atende um dos objetivos específicos do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana do Ministério da Educação (ME) que é o de “Promover o desenvolvimento de pesquisas e produção de materiais didáticos e paradidáticos que valorizem, nacional e regionalmente, a cultura afrobrasileira e a diversidade;”. (Ministério da Educação, 2008, p. 28)

Além de ser específico, esse objetivo também é considerado um dos Eixos Estratégicos daquela proposta, sempre ancorada pela Lei 10.639/03 e pela Lei 11.645/08. Inclusive o Plano orienta que o sistema de Ensino Estadual fomente, produza e distribua materiais paradidáticos que valorizem aspectos das populações e dos ambientes locais e regionais.

A proposta de confecção da cartilha paradidática vai ao encontro das ações que devem ser implementadas pelas instituições de Ensino Superior e, por consequência, das ações do Curso de Ciências Humanas–Licenciatura, de acordo com o Ministério da Educação:

Desenvolver nos estudantes de seus cursos de licenciatura e formação de professores as habilidades e atitudes que os permitam contribuir para a educação das relações etnicorraciais com destaque para a capacitação dos mesmos na produção e análise crítica do livro, materiais didáticos e paradidáticos que estejam em consonância com as Diretrizes Curriculares para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas e com a temática da Lei 11645/08; (Ministério da Educação, 2008, p. 43)

A cartilha será confeccionada, utilizando o material bibliográfico e fotográfico levantado e reunido para este trabalho de conclusão de curso. A seguir, as informações serão

¹² Terceiro setor é formado por associações e entidades sem fins lucrativos, e é classificado como terceiro setor, em sociologia. O termo é de origem americana, Third Sector, muito utilizado nos Estados Unidos, e o Brasil utiliza a mesma classificação.

sintetizadas e organizadas de forma didática, utilizando uma linguagem simples, de modo a facilitar a compreensão. O material paradidático será destinado à população em geral, os interessados no tema e aos estudantes da educação básica.

A determinação da forma e tamanho de confecção do material dependerá da tiragem necessária para atender as necessidades básicas das escolas da rede municipal e estadual de educação. A cartilha será doada formalmente, sob licença no padrão Creative commonsbr¹³, ao órgão público, do terceiro setor ou da iniciativa privada, que disponibilizar os recursos para confecção das cartilhas, para que seja reproduzido sempre que necessário e desde que seja utilizado para fins educacionais.

A cartilha, inicialmente, será estruturada em torno dos seguintes tópicos: Introdução, Raça e Racismo no Brasil e no mundo, Movimentos e Clubes Sociais Negros, O Clube Recreativo Esperança e sua história, Considerações finais. A estruturação pensada, de forma extremamente simplificada presumimos, ser a mais adequada para que possa ser utilizada com/por crianças e adultos em diversas faixas etárias e níveis de escolaridade.

A cartilha, além de disseminar o conhecimento sobre os temas apresentados, permitirá a percepção e a sensibilização de que o tema “racismo” não é algo em um tempo e espaço longínquo ao nosso dia a dia, distante do cotidiano de São Borja, e permitirá, também uma reflexão dos seus leitores sobre como estas estruturas sociais que condicionaram a criação e a fundação do Clube Recreativo Esperança ainda hoje, influenciam o pensar e o viver da comunidade são-borjense

¹³ **Creative Commonsbr** é uma organização sem fins lucrativos, que permite o compartilhamento e o uso da criatividade e do conhecimento através de instrumentos jurídicos gratuitos. Conforme acesso em 18/05/2016 disponível em: <https://br.creativecommons.org/sobre/>

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de pesquisa teve como gênese a proposta de impedir que o ocaso iminente do Clube Recreativo Esperança, um Clube Social Negro, resultar no seu completo esquecimento, e a conseqüente não inclusão do mesmo, na historiografia da cidade de São Borja-RS. Além da possibilidade de que, com o advento deste trabalho, a comunidade são-borjense possa reconhecer a importância do clube como patrimônio cultural da cidade e a conseqüente tomada de iniciativa no sentido de preservar esse patrimônio.

Para levar a termo esse objetivo foi necessário levantar, coletar, organizar, sistematizar e analisar o conhecimento sobre o clube existente, hoje, na memória e nos documentos.

Como problema de pesquisa, entendemos que identificar as diferentes formas de racismo que permearam a história do Clube Recreativo Esperança e a sociedade são-borjense, além de identificar se houve por parte daquelas personagens formas de resistência ou conformação com os padrões sociais vigentes a época, ou seja, como se manifestava o conflito racial naquele período, a proposição mais adequada.

O trabalho de pesquisa bibliográfica permitiu compreender conceitos diretamente ligados à historiografia do Clube. “Raça” foi o primeiro desses conceitos estudados etimológica, histórica, científica e socialmente, na visão de alguns pesquisadores, concluindo que raça é um conceito histórico e socialmente construído, não é biológico e nem natural, caracterizado particularmente no Brasil pelo “preconceito de cor”.

Apesar de haver comprovação científica da existência de uma única raça humana, a utilização da ideia de raça, como forma de hierarquizar os diferentes fenótipos humanos, está internalizada no imaginário da população brasileira, mas que convenientemente é negada, sob a alegação de que “somos todos mestiços”, ainda que a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, a mínima mobilidade social, o reforço e a naturalização de estereótipos culturais sobre os negros pela população e pelo próprio Estado Brasileiro contrariarem, veementemente, essa miscigenação utópica.

O racismo é consequência direta da falsa noção de raça vigente e resulta na exclusão, na segregação, na sua forma mais extrema, e na hierarquização dos indivíduos, com base no seu fenótipo e na sua cultura, na sua forma mais branda.

No Brasil o racismo se manifestou de ambas as formas e com diferentes intensidades no decorrer do tempo a partir da abolição da escravatura. A segregação obrigou os negros a constituir seus próprios locais de lazer e de diversão e a hierarquização o destituiu do mercado de trabalho, em favor do imigrante branco “mais capaz”.

As teorias sobre o racismo flutuaram da eugenia e do projeto de branqueamento da população por meio da miscigenação para a exaltação da miscigenação e a negação do racismo, para, enfim, ser refutada e reavaliada, atestando-se a necessidade de reforçar, positivamente, o negro como ser social no Brasil.

Os Movimentos Sociais Negros tiveram grande papel nesse processo histórico. O movimento da negritude, que se originou fora do Brasil, empoderou os atores sociais negros do Brasil e apresentou outras formas de lutar por igualdade em um ambiente de racismo disfarçado. Os Clubes Sociais Negros, por vezes, foram um entre os vários meios utilizados para organizar e dar um direcionamento para as práticas dos negros contra o racismo, caracterizando-se como um Movimento Social ativo no combate à segregação e à hierarquização.

No transcurso deste trabalho de pesquisa, propusemo-nos a, metodologicamente, fazer o levantamento de dados relativos ao Clube Recreativo Esperança, um Clube Social Negro, assim entendido, como proposto pela Associação de Clubes Sociais Negros, em 2008, pois foi um espaço associativo da população negra de São Borja, no Rio Grande do Sul, originário inicialmente como resposta à segregação racial vigente, como norma social até o ano 1951, legalmente considerando.

O clube surgiu também da necessidade de convívio social daquelas famílias compostas por “pessoas de cor”, nos termos usados à época, que não se sentiam confortáveis onde lhes era permitida a entrada, e não entendiam porque não podiam entrar em alguns lugares. Organizado o clube, a necessidade de um lugar próprio, onde fosse constituído o seu espaço físico, o seu salão de baile, onde pudessem “realizar bailes, festas, cordões carnavalescos e demais divertimentos”(CRE, 1951), como os próprios fundadores definiram em seus Estatutos Sociais.

A segregação entre os negros e os brancos em São Borja era explícita, como restou demonstrado no episódio de racismo instituído pelos sócios do Clube Recreativo Samborjense, mas como estudado era o reflexo de uma época diferente e espelhava o racismo que acontecia em todo o Brasil.

O apoio de pessoas influentes na cidade de São Borja contribuiu de maneira relevante para a afirmação do Clube Recreativo Esperança, como clube social ativo e importante no espectro social da cidade. A doação do terreno de sua sede própria e a construção do prédio para a realização das festas e bailes foram as atividades que demonstraram, de forma prática, esse apoio ao clube.

A trajetória histórica do clube foi reconstituída e analisada com base nos relatos de seus fundadores e dos sócios. As reuniões de família, no atual bairro do Tiro, que possibilitaram o intenso convívio daquelas pessoas, convívio esse que resultou na criação de um bloco para brincar o Carnaval.

Os membros do bloco criaram e fundaram o Clube Recreativo Esperança, quando sentiram a necessidade de um local para praticarem o seu lazer. Prosseguindo pelos relatos de como foram primeiros anos, a realização dos primeiros bailes e festas, as atividades esportivas, os grandes bailes e os desfiles no Carnaval, as regras sociais rígidas e o tempo de grande “respeito” e de grande saudosismo.

A desarticulação das lideranças internas da qual restou a criação de outro clube social, resultando no enfraquecimento do Clube Recreativo Esperança pela consequente divisão e diminuição do número de sócios.

E por derradeiro o afrouxamento das regras sociais e a abertura do clube para não sócios, mediante do pagamento de entradas, que resultou no enfraquecimento dos laços de união entre os sócios a consequente decadência do clube nos anos seguintes.

Da análise da bibliografia, da documentação, das entrevistas, das fotografias e outras fontes históricas, consideramos com relação à primeira hipótese levantada na fase de projeto, que o Clube Recreativo Esperança não foi um ambiente de resistência e de luta contra o mito da igualdade racial brasileira.

Da organização do clube e das falas dos sócios não foi possível identificar um movimento organizado e com objetivos definidos, com uma ideologia e lideranças bem definidas conforme pressupõe Scherer-Warren (1987) para caracterizar um movimento social. Apesar dos Estatutos do clube, em sua segunda versão, terem demonstrado uma preocupação com a educação dos sócios e ter apresentado outros objetivos para a associação. Porém, não houve liderança e organização para que esses objetivos fossem priorizados e alcançados. O objetivo aparente eram as festas, o desporto, a diversão para os sócios.

Reconheço como proposto por Escobar (2010) que naquele lugar se construiu a autoestima, a autoimagem e as “identidades negras” daquelas pessoas que relatam, com orgulho, terem participado dessa história. Reconhecemos, também, que o clube, além de ser um lugar de memórias, de construção da sociabilidade e da cultura negra, foi espaço de legitimação do poder.

Consideramos que, em parte, o Clube Recreativo Esperança foi um exemplo de resistência e resiliência, pois rompeu com os padrões da sociedade, ao tirar a inércia que mantinha os negros isolados, ao constituir uma “elite negra empoderada”(ESCOBAR, 2010,

p. 164). Porém, o contexto histórico, influenciado pelo advento da Lei Afonso Arinos, fez com que houvesse uma sociabilidade maior, por parte dos sócios do clube que na primeira versão dos Estatutos Sociais, definiram que, naquele espaço, não haveria distinção de sexo, de religião, política e/ou “cor” para o ingresso de sócios, o que consideramos tenha reduzido a percepção do racismo que ainda era vigente naqueles espaços sociais.

Concordamos com DaMatta (1997) que o Carnaval uma época de permissividade, de relativo abandono da rigidez das regras sociais, e como esse foi o período de maior atividade do clube, os espírito do Carnaval, fez com que aquelas pessoas fossem mais abertas ao convívio racial.

Sobre a hipótese de que o Clube Recreativo Esperança foi fruto da tentativa de conformação da raça negra por parte da raça branca, dominante, mantendo e ampliando a segregação racial existente a época, não foi possível alcançar uma resposta adequada, tendo em vista ser necessária uma análise mais profunda da biografia do “General Serafim Vargas”, como principal colaborador do clube e de várias outras organizações sociais, em diversas áreas como esporte, cultura, economia e educação; e de outras pessoas, também, participavam e colaboravam com o clube de diferentes formas.

A metodologia de pesquisa escolhida possibilitou que os objetivos propostos no projeto fossem alcançados em parte, porém a plenitude do alcance da pesquisa não foi conseguida mais por inexperiência no uso das técnicas que por problemas nas mesmas.

Os objetivos específicos foram alcançados por meio da utilização das metodologias de pesquisas propostas: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a história oral e o estudo da iconografia das fotografias levantadas na pesquisa de campo. Essas ferramentas permitiram, apesar de falta de prática no uso delas, traçar a trajetória histórica do Clube Recreativo Esperança, identificar, em parte, o tipo de movimento social que caracterizou a vida social do Clube que, apesar de não caracterizar explicitamente a luta por direitos sociais mais amplos, pode ser categorizada como conformação em relação às estratégias de dominação da população branca.

Sobre a apresentação de um panorama do negro na sociedade são-borjense, nas diferentes épocas da existência do clube, foi possível identificar a discriminação na sociedade são-borjense da época, porém não foi possível categorizar o porquê de haver brancos que simpatizavam com os negros.

A metodologia da história oral permitiu identificar que os frequentadores do Clube Recreativo Esperança tinham uma limitação no entendimento de todas as dimensões de atuação do clube, porque não era possível para eles perceber o clube como um lugar de luta

por outros direitos, além do lazer e da diversão. Entretanto, o orgulho demonstrado pelos entrevistados, ao relatar os eventos ocorridos e sua participação nesses eventos, permitiu perceber a criação de uma identidade característica, fortemente ligada às atividades do clube.

Pelo uso das metodologias de pesquisa foi possível identificar e analisar a criação e inserção do Clube Recreativo Esperança na sociedade são-borjense, no período compreendido entre a década de 50 e 70 do século XX. Da análise das fontes orais foi possível caracterizar as relações de exclusão, mas também de inserção social das testemunhas, através de festas, reuniões, e outras atividades sociais e culturais. Esse fatos que caracterizaram a existência de racismo e segregação racial na sociedade da cidade de São Borja, porém esse racismo era o mesmo característico de outras regiões do Brasil à época, tanto que a Associação dos Clubes Sociais Negros contabilizou mais de cinquenta clubes existentes nesse período.

Derradeiramente, acreditamos que a realização deste trabalho de pesquisa ampliou a compreensão do contexto histórico da criação e fundação do Clube Recreativo Esperança. A pesquisa permitiu o autorreconhecimento e a identificação com relação aos conceitos e às vivências daquelas pessoas que foram vítimas de segregação e discriminação em diferentes níveis. Possibilitou, ainda, o exercício de uma reflexão profunda acerca do tema, ampliando a sua percepção no cotidiano e entendendo determinadas estruturas sociais vigentes até a data de hoje.

Consideramos que o trabalho de pesquisa alcançará plenamente seu objetivo, se outros pesquisadores, após lerem, analisarem, compararem e sintetizarem diferentes autores estudados neste TCC, procurarem ampliar a bibliografia sobre o assunto, trazendo à luz do conhecimento, outras dimensões ainda não contempladas.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V.; PEREIRA, A. A. **História do movimento negro no Brasil: constituição de acervo de entrevistas de história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.
- ALBUQUERQUE, M. B. M.; KLEIN, L. E. Pensando a fotografia como fonte histórica. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, jul/set 1987. 297-305.
- ASSOCIAÇÃO DE CLUBES SOCIAIS NEGROS. Site da associação. Disponível em: <http://www.clubessociaisnegros.com.br/> Acesso em: 18/03/2016
- BENEVENUTTO, C. **CLÓVIS BENEVENUTTO**: depoimento [abr. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.
- BORGES, P. R. **PEDRO DA ROSA BORGES**: depoimento [fev. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.
- BRASIL. **LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. [S.l.]: [s.n.], 2003.
- _____. **LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008**. Brasília: [s.n.], 2008.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Materiais Didáticos e Para-Didáticos em Línguas Indígenas**. Brasília: [s.n.], 2008.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana**. Brasília: [s.n.], 2004.
- CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA. **Estatutos do Clube Recreativo Esperança**. 1951.
- CLUBE RECREATIVO SAMBORJENSE. **O Jubileu: Meio Século de História**. 1999.
- DA SILVA, F. O. **OS NEGROS, A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA OS SEUS E O ENTRELACAMENTO DESSES ESPAÇOS: Associações e identidades negras em Pelotas(1820-1943)**. Porto Alegre: [s.n.], 2011.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis · para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6ª ed. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DE DEUS, M. D. O. **MARIA DAS DORES OLIVEIRA DE DEUS**: depoimento [fev. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.
- DE DEUS, M. L. R. **MARIA DE LOURDES DA ROSA DE DEUS**: depoimento [nov. 2015]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2015.
- DIAS, C. **CLEMAR DIAS**: depoimento [abr. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.
- DOMINGUES, P. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. In: Revista Tempo. p. 100 a 122. Março 2007.

ESCOBAR, G. V. **Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial.** UFSM - SANTA MARIA – RS. 2010.

ESCOLA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. **Vê São Borja através de sua janela: 1932-1992.** 1992.

FAGUNDES, L. M. **LUTHERO MESSA FAGUNDES:** depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas** / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira . - Salvador : EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** 3ª Edição. ed. São Paulo: Ática, v. I, 1978.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Site da Fundação Getúlio Vargas.** Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral> Acesso em: 15/04/2016

GASPAR, Lucia. **Estandarte de agremiações carnavalescas.** Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=259 . Acesso em: 10/05/2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª Edição. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, N. L. Movimento Negro e Educação: Ressignificando e Politizando a Raça. **Educação Sociedade**, Campinas, jul-set 2012. 727-744.

GUIMARÃES, A. S. A. Como Trabalhar com "Raça" em Sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, jan-jun 2003. 93-107.

_____, A. S. A. Racismo e Anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, 1995. 26-44.

GOULART, J. S. **A formação do Rio Grande do Sul.** 3ª ed. Martins: Porto Alegre, 1978.

LAKATOS, E. M., MARCONI, M. A. . **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LEGAL, J. J. M. **JOÃO ANTÔNIO MACHADO LEGAL:** depoimento [mai. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.

LIMA, M. E. O. **Normas Sociais e Racismo: Efeitos do Individualismo Meritocrático e do Igualitarismo na Infra-Humanização dos Negros,** Lisboa, 2002.

LIMA, M. E. O.; VALA, J. **A Cor do Sucesso: Efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil.** P. 158-165

LODI, J. B. **A entrevista: teoria e prática.** 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

LOPES, E. M. **EUCLIDES MANSSUETO LOPES**: depoimento [abr. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.

LOPES, J. C. S.; **A integração do negro na sociedade de classes: uma análise das discriminações e desigualdades raciais no Brasil**. Unimontes

LOPES, J. E. **JANDIRA ELOHÁ LOPES**: depoimento [abr. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.

LOPES, N. **Enciclopédia Brasileira Da Diáspora Africana**. Selo Negro. 2004. p. 715.

LOUREIRO, E. A.. De verde e branco. Intérprete: Edilson Almeida Loureiro. In: **40º Concurso Regional de Músicas Aparicio Silva Rillo**. São Borja: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Turismo e Relações Internacionais, p2007. 2 discos sonoros. CD 1.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. D. **HISTÓRIA ORAL COMO FONTE: problemas e métodos**. *Historiæ*, Rio Grande, 2011. 95-108.

MUNANGA, K. Uma Abordagem Conceitual Das Noções De Raca, Racismo, Identidade E Etnia. **PENESB**, Rio de Janeiro, 2003.

NETO, J. C. Missão Militar Francesa. **Revista DaCultura**, Rio de Janeiro. 34-39.

NORA, P. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares. In: NORA, P. **Les lieux de mémoire. I La République**. Tradução de Yara Aun Khoury. Paris: [s.n.], 1984. p. 7-28.

OLIVEIRA, M. H. D. **MARIA HELENA DE DEUS OLIVEIRA**: depoimento [mar. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. **DPH**, São Paulo, 1992. 25-28.

PEREIRA, J. B. B. **Diversidade e Pluralidade: o Negro na Sociedade**, São Paulo, p. 278-284, mar-maio 2011.

_____, J. B. B. **Diversidade pluralidade: O negro na sociedade brasileira**. In: Revista USP, São Paulo, nº 89, p. 278-284, março/maio 2011.

PORTELLI, A. **TENTANDO APRENDER UM POUQUINHO. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral**, São Paulo, 1997. 13-49.

RODRIGUES, M. P. et al. **ESPAÇOS DE LAZER DE CURITIBA-PR: ENTRE A ESPECIFICIDADE E A DIVERSIDADE**. Belo Horizonte: [s.n.], v. 17, 2014. 162-184 p.

ROSA, L. C. **LUIZ CARLOS DA ROSA**: depoimento [maio. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.

SANTOS, S. A. **Movimentos negros, educação e ações afirmativas.** UNB. BRASÍLIA.2007.

SÃO BORJA. **Lei Municipal nº 269, de 25 de julho de 1960.** São Borja: [s.n.], 1960.

_____. **Lei Municipal nº 313 de 4 de outubro de 1961.** São Borja: [s.n.], 1961.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica,** 2.ed., Florianópolis, Ed. da UFSC, 1987.

SERBENA, C. A. **IMAGINÁRIO, IDEOLOGIA E REPRESENTAÇÃO SOCIAL,** Dezembro 2003.

SILVA RILLO, A. **São Borja em perguntas e respostas.** São Borja. Câmara Municipal de Vereadores de São Borja. 2013.

SILVA, J. D. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos,** Rio de Janeiro, 2003. 215-235.

SILVA, M. R. D. **LAZER NOS CLUBES SÓCIO-RECREATIVOS DE CURITIBA/PR:** a constituição de práticas e representações sociais. Curitiba: [s.n.], 2007.

SOUZA, B. D. A. **BEATRIZ DORACI AIRES DE SOUZA:** depoimento [abr. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.

SOUZA, G. O. **GILBERTO DE OLIVEIRA SOUZA:** depoimento [abr. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.

TELLES, E. E. **O Significado da Raça na Sociedade Brasileira.** Princenton: Princeton University Press, 2004.

_____. Racismo à Brasileira: uma nova perspectiva sociológica. **Horizontes Antropológicos,** Porto Alegre, jan-jun 2004. 320-323.

VALADARES, J. J. M. **JOÃO JOSE MATEO VALADARES:** depoimento [fev. 2016]. Entrevistador: Carlos Otávio Gloger de Castro. São Borja, 2016.

VALENTE, A. L. **Ação afirmativa, relações raciais e educação básica.** Brasília: [s.n.], 2005.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Roteiro de perguntas utilizado nas entrevistas, apesar de serem perguntas prontas, a entrevista era aberta, e não seguia formalmente esse roteiro.

TRABALHO DE PESQUISA ACADÊMICA
TEMA: O CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA E O NEGRO NA CIDADE DE SÃO BORJA-RS

1. EM QUE ANO OU PERÍODO FREQUENTOU O CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA?
2. O ANO DE FUNDAÇÃO QUE CONSTA NA ATA Nº 4 DO LIVRO DE ATAS DO CLUBE É 1951, VOCÊ FREQUENTAVA O CLUBE NESTE PERÍODO?
3. EXERCEU ALGUM CARGO ELETIVO, FEZ PARTE DE DIRETORIA EM ALGUM CARGO, OU REPRESENTATIVO COMO RAINHA, PRINCESAS, DEBUTANTES ENTRE OUTROS DA ENTIDADE?
4. CONHECE O NOME DE PESSOAS QUE FORAM PRESIDENTES DA ENTIDADE E A ÉPOCA QUE FORAM?
5. SABE COMO SURTIU O CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA, QUAL A SUA ORIGEM, PORQUE AQUELAS PESSOAS RESOLVERAM SE REUNIR EM UMA SOCIEDADE RECREATIVA?
6. SABES DIZER O PORQUÊ DA ESCOLHA DO NOME “ESPERANÇA” PARA A ASSOCIAÇÃO?
7. NA ATA Nº 4 CONSTA QUE A DIRETORIA É COMPOSTA, ALÉM DOS CARGOS NORMAIS DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE, SECRETÁRIOS, TESOUREIROS, TAMBÉM POR UM BIBLIOTECÁRIO E UM ORADOR, SABE DIZER A RAZÃO DESTES CARGOS NO ESTATUTO?
8. A FINALIDADE DA ASSOCIAÇÃO COMO CONSTA NA ATA É PARA REALIZAR BAILES, FESTAS, CORDÕES CARNAVALESCOS E DEMAIS DIVERTIMENTOS, SABE DIZER QUAIS ERAM AS ATIVIDADES REALIZADAS PELO CLUBE?
9. ALÉM DE BAILES E FESTAS ERAM REALIZADAS OUTRAS ATIVIDADES, ORGANIZADAS PELOS MEMBROS DO CLUBE?
10. HAVIA NO CLUBE ALGUM PROJETO LIGADO A ALFABETIZAÇÃO DOS SÓCIOS OU LIGADO A APOIO OU REFORÇO ESCOLAR PARA OS SÓCIOS?
11. SABES DIZER COMO SE DEU A AQUISIÇÃO DO TERRENO ONDE ESTÁ LOCALIZADO O CLUBE ATUALMENTE?
12. SABES DIZER COMO SE DEU A CONSTRUÇÃO DA SEDE DO CLUBE?
13. SABE DIZER QUEM ERAM OS COLABORADORES DO CLUBE?
14. COMO ERA A RELAÇÃO DO CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA COM OS DEMAIS CLUBES SOCIAIS DA CIDADE.
15. CONHECE E PODE INDICAR ALGUM OUTRO COLABORADOR, SÓCIO OU FREQUENTADOR DO CLUBE QUE PODE COLABORAR COM A PESQUISA.

APENDICE B – DOCUMENTO PARADIDÁTICO

- Proposta de folder ou cartilha sobre o Clube Recreativo Esperança



O CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA

Bloco dos Casados, 1957

A origem
O clube surgiu da necessidade de convívio social das famílias, compostas por "pessoas de cor", nos termos usados à época, que não se sentiam confortáveis onde lhes era permitida a entrada, e não entendiam porque não podiam entrar em alguns lugares.

A segregação entre os negros e os brancos em São Borja era explícita até a década de 30 do Século XX, o racismo instituído pelos sócios do Clube Recreativo Sambaorjense, fez com que não aceitassem sócios negros no seu quadro de sócios. Esse episódio foi um dos motivos para fundação do clube. Porém o episódio era o reflexo de uma época diferente e espelhava o racismo que acontecia em todo o Brasil.

Organizado o clube, a necessidade de um lugar próprio, onde fosse concretizado o espaço físico do seu clube, o seu salão de baile, onde pudessem realizar bailes, festas, cordões carnavalescos e demais divertimentos, como os próprios fundadores definiram em seus Estatutos Sociais.

O apoio de pessoas influentes na cidade de São Borja contribuiu de maneira relevante para a afirmação do Clube Recreativo Esperança como clube social ativo e importante no espectro social da cidade, com a doação do terreno de sua sede própria doada e a construção do prédio para a realização das festas e bailes.



Sócios CRE na Escola de Samba "Nos e o Ritmo"

O Carnaval

Os bailes de carnaval eram o ponto alto do Clube Recreativo Esperança, os relatos de todos os entrevistados são entusiasmados com relação ao carnaval do "Esperança".

Nos clubes os blocos eram organizados por categorias: bloco dos casados, da juventude, das senhoras. Esses mesmos blocos desfilavam no carnaval de rua.

O Carnaval acontecia nos salões das sedes dos clubes sociais da cidade, porém diversos blocos faziam desfiles pelas ruas do centro, como era tradição desde as décadas 1930 e 1940, época o Esperança era um bloco, formado pelas famílias do bairro do Tiro. Bloco esse que ainda hoje existe.



O CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA

A Bandeira
Segundo os Estatutos Sociais do CRE, a bandeira do Clube: "Art. 2º - Sua bandeira é de formato comum, com 1,50 m de comprimento e 0,90 m de largura e tem sobre um fundo branco, um globo verde com 0,65 m de diâmetro, com cinco estrelas prateadas formando o Cruzeiro do Sul"

A inscrição CRE foi acrescentada posteriormente para



A sede
O terreno na Rua Deputado Olinto Arany Silva, nº 804, foi doado oficialmente pelo Município em 1961, para ser a sede do clube.

Entretanto a sede, segundo relatos, foi construída entre os anos de 1953 e 1954, quando era Presidente do Clube o Sargento Aristides de Deus, conhecido como Nagão, um dos fundadores do clube.

Acredita-se tenha sido providenciada pelo General Serafim Vargas, grande colaborador do clube, que encomendou ao senhor Franco Baglioni, a construção do prédio.

O imaginário popular compara a fachada, característica, com a face de Nagão, sendo esse imaginário cantado em verso e prosa pelos poetas.



Comemoração dos 25 anos do Clube 1976



Bloco "Os Kobras" do CRE, no Carnaval de 2000

IDENTIDADE NEGRA EM SÃO BORJA

Clube Social Negro assim entendido como proposto pela Associação de Clubes Sociais Negros em 2008, pois foi um espaço associativo do grupo étnico afrodescendente de São Borja no Rio Grande do Sul, originário inicialmente como resultado da segregação racial vigente como norma social até o ano 1950, legalmente considerando

A segregação entre os negros e os brancos em São Borja era explícita como restou demonstrado no episódio de racismo instituído pelos sócios do Clube Recreativo Sambaorjense, mas como estudado era o reflexo de uma época diferente e espelhava o racismo que acontecia em todo o Brasil.

Porém o contexto histórico, influenciado pelo advento da Lei Afonso Arinos, fez com houvesse uma sociabilidade maior por parte dos sócios do clube, que no Estatuto Social definiram que naquele espaço não haveria "distinção de sexo, de religião, política e ou "cor" para o ingresso de sócios, que consideramos tenha reduzido a percepção do racismo que ainda era vigente naqueles espaços sociais.

A trajetória histórica do clube reconstruída e analisada com base nos relatos de seus fundadores e dos sócios, desde o bloco de carnaval que foi criado no bairro do Tiro, passando pela reunião daquelas famílias que constituíram o bloco para criar e fundar o clube, proscrito pelos relatos dos primeiros anos, os primeiros bailes e festas, as atividades esportivas, as grandes bailes e os desfiles no Carnaval, as regras sociais rígidas e o tempo de gran-



Sócios do CRE pronto para o desfile do Carnaval 1965

Os Movimentos Sociais Negros



Rapa, racismo e Movimento Sociais
O conceito é uma construção social, que é caracterizado particularmente, no Brasil, pelo preconceito de cor.

No Brasil, o racismo se transfigurou, principalmente, como preconceito de cor, pois a identificação do negro é muito mais fácil do que diferenciar o moreno ou o mulato do branco, pois a miscigenação fez com que os traços particulares característicos se tornassem mais homogêneos. Assim apesar de não haver lei segregacionista no Brasil, na prática o negro sempre foi excluído e impedido de frequentar os mesmos locais que os brancos, caracterizando assim uma das formas de racismo existente, assim como a atribuição de valoração diminutiva e depreciativa do indivíduo, inhumanizando-o sempre com base na diferença de cor.

No Brasil várias foram as formas de manifestações do negro após a abolição da escravidão, o movimento da Imprensa Negra, divulgava no início do Século XX, os casos de racismo e incentivava os negros para darem importância a educação e ao trabalho.

A Frente Negra Brasileira foi um movimento que chegou a registrar-se como partido negro na década de 30 do século XX, e atuava em várias áreas como educação e trabalho. A União dos Homens de Cor (UMC) surgiu em Porto Alegre em 1943. O Teatro Experimental Negro (TEN) surgiu nos anos 1944, ofertou alfabetização para a população negra, fundou o Instituto Nacional do Negro e o Museu do Negro, propunha a criação de leis antidiscriminação no Brasil.

O CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA



Sede do Clube Recreativo Esperança 2011



Inauguração da Sede 1954



Sócios do Esperança no Carnaval 1960

ANEXO A - ATA Nº4, APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DO CRE

ATA Nº 4

De acordo com a convocação feita se reuniram em sessão, os socios infra-assinados. Pelos senhores Presidente e secretarios, foram lidos os estatutos, que regerão esta sociedade. Logo após, foi, os estatutos, submetidos a estudos e emendas, sendo pela assembleia, aprovados, o qual e do teor seguinte:

Artigo 1º - O Clube Recreativo Esperança, fundado em primeiro de Setembro do ano de mil novecentos e cinquenta e um, com objetivo de realizar bailes, festas, cordões carnavalescos e demais divertimentos.

Parágrafo unico: - A Sociedade compoem-se de socios de eretivos e contribuintes. Rege-se-a por estes Estatutos, e nos casos omissos, pelo Instituto que regula a materia.

Artigo 2º - Tem sua sede provisoria e foro juridico nesta cidade de Sao Borja-Estado do Rio Grande do Sul, na casa de residencia de dona Antonia de Deus, a rua Coronel - Lago Sem numero.

Artigo 3º - O patrimonio da Associação e constituído pelos donativos, mensalidades e moveis, que possuem no predio onde funciona, no valor de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros).

Diretoria.

Artigo 4º - A Sociedade sera administrada por uma diretoria composta de Presidente; Vice-Presidente; 1º Secretario; 2º Secretario; 1º e 2º Tesoureiros; Diretores de mês; 1 Bibliotecario; 1 Orador e Conselho Fiscal.

Paragrafo Unico: - A Diretoria sera ereita por 2(Dois)anos podendo seus membros serem reeleitos.

Artigo 5º - Compete a Diretoria cumprir os artigos destes estatutos, regulamentos internos e deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 6º - Compete ao Presidente:

a) Convocar as reuniões de Diretoria, as Assembleias Gerais e mais as extraordinarias, quando julgar conveniente ou quando solicitadas por 10(dez) socios.

b) Presidir as sessões.

c) Resolver com os outros membros a admissão e readmissão de socios ou eliminação dos mesmos.

d) Visar cheques assinados pelo tesoureiro.

e) Autorizar pagamentos.

f) Representar ativa e passivamente a sociedade, juridicamente, perante quaisquer tribunais, extra-juridicos, perante quaisquer repartições publicas, fiscais e administrativas da Uniao do Estado e do municipio e de seus assim cartorios e tabelionatos.

g) Apresentar, finda a sua gestao um relatório da mesma a Assembleia Geral.

Artigo 7º - Compete ao Vice-Presidente:

a) Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos, guardada as letras do artigo 6º, sendo o caso mencionado em ata.

b) Terminar o mandato presidencial, em caso de falta definitiva.

c) Tomar parte das reuniões da Diretoria, votando em suas deliberações.

Artigo 8º - Compete ao Secretario:

a) Redigir e registrar em livros competente as atas de reuniões da Diretoria e Assembleias.

b) Assinar os diplomas com o Presidente e o Tesoureiro.

c) Fazer correspondencia e ter sob sua guarda os livros registro de socios e demais livros auxiliares com todos os esclarecimentos.

Artigo 9º - Compete ao Tesoureiro:

a) Arrecadar todos os donativos que forem feitos a sociedade, mensalidades e os valores depositados em Banco e gerenciar pelo a Diretoria.

b) Assinar Cheques, que serão visados pelo Presidente.

c) Organizar os balancetes anuais.

d) Fornecer aos conselheiros, todos os esclarecimentos precisos.

Artigo 10º - Compete a Diretoria, as demais atribuições e as deliberações não estipuladas, especialmente, a cada membro e nem a Assembleia Geral.

Artigo 11º - Compete aos Conselheiros:

a) Auxiliar os demais membros da Diretoria, fiscalizar a tesouraria e secretaria examinando os documentos e balancetes, dando sobre estes seu parecer.

b) Tomar parte nas deliberações da Diretoria.

Os Socios

Os Sócios

- Artigo 12º: - A Sociedade compõe-se dos seguintes membros:
- a) Benemeritos, os que concorrem com donativos de Cr\$5.000,00 (Cinco mil cruzeiros) de uma só vez e aqueles que a critério da Diretoria, prestarem eivados serviços a Sociedade.
 - b) Beneficentes os que contribuírem com Cr\$500,00 (quinhentos cruzeiros).
 - c) Efetivos: aqueles que pagarem a jôia de Cr\$100,00 (Cem cruzeiros), e Cr\$10,00 (Dez cruzeiros) de mensalidades.
 - d) Contribuintes: aqueles que, desejarem o progresso da sociedade contribuirão mensalmente com determinada quantia.
- Artigo 13º: - Os sócios não respondem, nem subsidiariamente, pelos débitos contraídos pelas Diretorias.
- Artigo 14º: - Não haverá distinção de sexo para os sócios, nem religião, política ou cor.

As Assembleias

- Artigo 15º: - A Assembleia Geral, terá lugar no dia 1º de Setembro, de cada ano, para a leitura do relatório do presidente, aprovação do mesmo e tratar de quaisquer outros assuntos de interesse social.
- Parágrafo unico: - Uma vez procedida a eleição, desde logo, os novos e-itos serão empossados em seus cargos.
- Artigo 16º: - As Assembleias Gerais, extraordinárias, serão convocadas, pela imprensa ou pelo radio, com 5 dias de antecedencia e somente poderão funcionar com dois terços de seus sócios, salvo em segunda convocação, que funcionará com a metade ou mais de um.
- Parágrafo 1º: - As votações serão sempre "per-capita" e em escrutínio secreto, não sendo permitido a qualquer socio ter representação de mais de quatro sócios.
- Parágrafo 2º: - As deliberações das Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão sempre tomadas pela maioria dos sócios que as comparecerem.
- Parágrafo 3º: - Somente com a presença de dois terços dos sócios terá lugar a Assembleia extraordinária que tiver de deliberar, pela inexistência de seus fins, devendo o respectivo patrimonio, existente ser doado ao Hospital dos Pobres, desta localidade, com a condição de ali serem atendidas, isento de quaisquer pagamentos, pessoas das famílias compreendidos a esposa, filhos, mãe, irmã, e netos, dos que foram naquela época sócios do Clube Recreativo Esperança com sede nesta cidade e com aprovação da Assembleia Geral.
- Parágrafo 4º: - Si o citado estabelecimento de caridade não aceitar a doação, a maioria absoluta dos sócios resolverá sobre o destino do patrimonio da maneira a favorecer os descendentes dos sócios.
- Parágrafo 5º: - Os estatutos presentes serão reformáveis quanto a admnis tração, por determinação da Assembleia Geral, com maioria de votos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, que lida e aprovada a presente ata, vai por todos assinada. São Borja, 30 de Setembro de 1951. Roque Soares de Almeida, Modesto Lara Fagundes, Aristides de Deus, Romeu N. da Silva, Gregorio Regal, Geronimo da Rosa, Honorio Ferreira Correa, Zozarte de Moura, Pedro Ferreira Junior, Miguel Antonio Santana, Pedro Ferreira da Silva, Perciliano Jose Ortega, Pedro da Rosa, Francisco de Assis Betin, Paulino da Rosa, Daltina Falcão, Doralino Maciel da Silva, Manoela da Rosa Betin, Pedro Amrosio, Maria da Gloria Alves, Mario Antonio Gomes, Euclides de Oliveira Riquelme, Ricardo Antunes da Rosa, Pedro Ivo da Rosa, Felizardo de Oliveira, Elvina da Rosa Barreto, Maria de Lurdes da Rosa de Deus, Serafim Barreto, Marcolino Aquino, Luiz Nunes da Silva e Candido de Campos, todos fundadores, brasileiros e residentes nesta cidade. Sendo Roque Soares de Almeida, - bancário; Modesto Lara Fagundes, casado, Oficial da Reserva de Exército; Aristides de Deus, casado, militar; Romeu N. da Silva, casado, carpinteiro; Gregorio Regal, casado, comerciante; Geronimo da Rosa, casado, Funcionario publico; Honorio Ferreira Correa, solteiro, militar; Zozarte de Moura, casado, carpinteiro; Pedro Ferreira Junior, solteiro, pedreiro; Miguel Antonio Santana, solteiro, militar; Pedro Ferreira da Silva, casado, militar; Perciliano Jose Ortega, solteiro, militar; Pedro da Rosa, solteiro, pedreiro; Francisco de Assis Betin, solteiro, pedreiro; Paulino da Rosa, casado, jornalista; Daltina Falcão, solteiro, domestica; Doralino Maciel da Silva, casado, pedreiro; Manoela da Rosa Betin, solteira, domestica; Pedro Ambrosio, solteiro, militar; Maria da Gloria Alves, viúva, domestica; Mario Antonio Gomes, solteiro, enfermeiro; Euclides de Oliveira Riquelme, solteiro, militar; Ricardo Antunes da Rosa, casado, militar; Pedro Ivo da Rosa, casado, militar; Felizardo de Oliveira, casado, carpinteiro; Elvina da Ro-

C o n t i n u a ç ã o

Rosa Farreto, casada, doméstica; Maria de Lurdes da Rosa de Deus, solteira, doméstica; Serafim Farreto, casado, eletricitista; Marcolino Aquino, casado, militar; Luiz Nunes da Silva, solteiro, ferraleiro e Cândida de Campos, casada, carpinteira.-

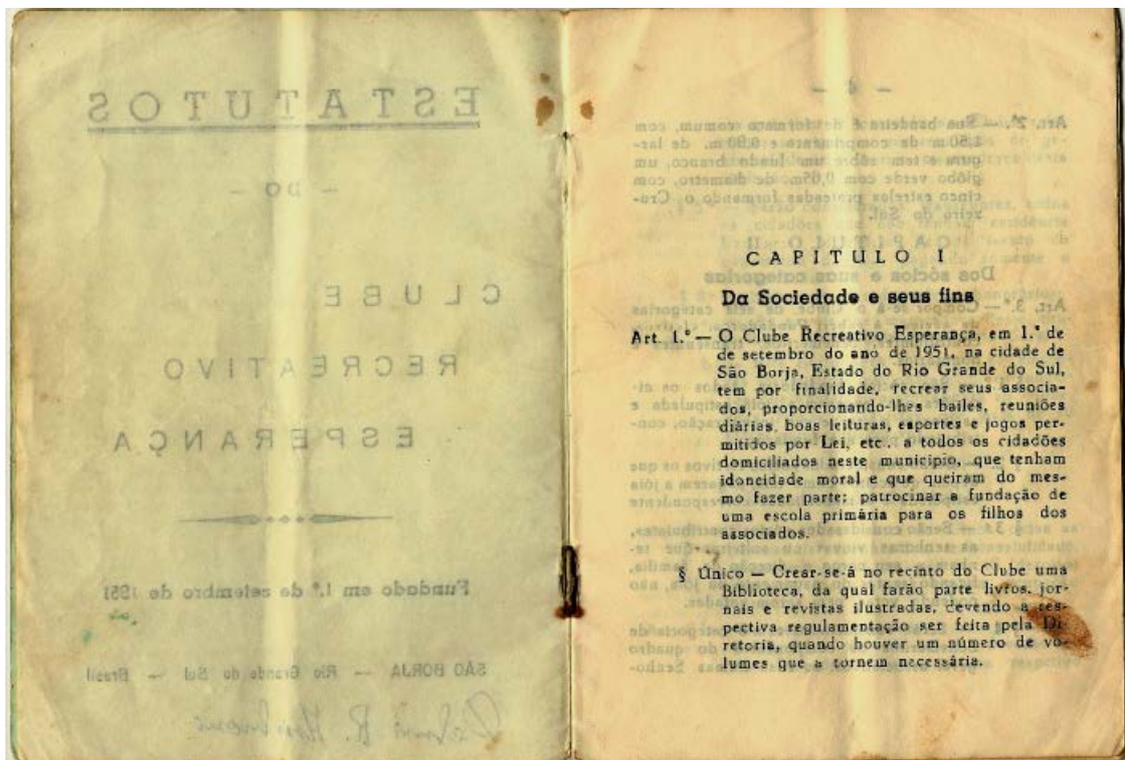
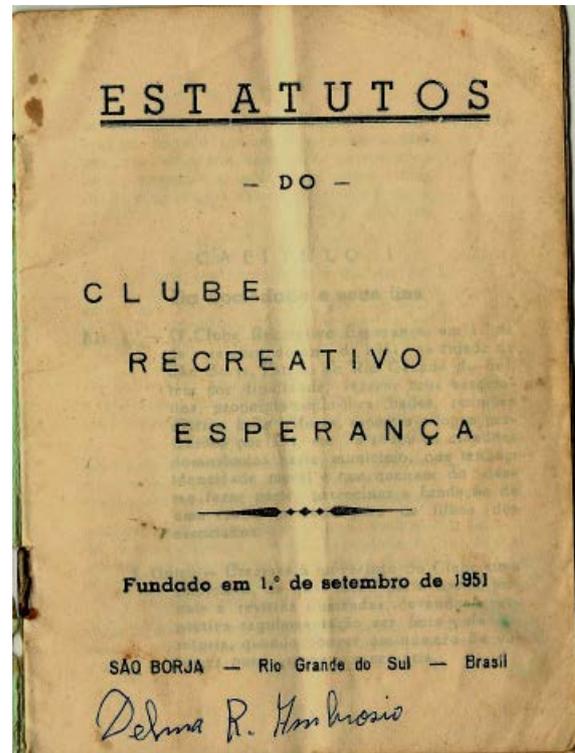
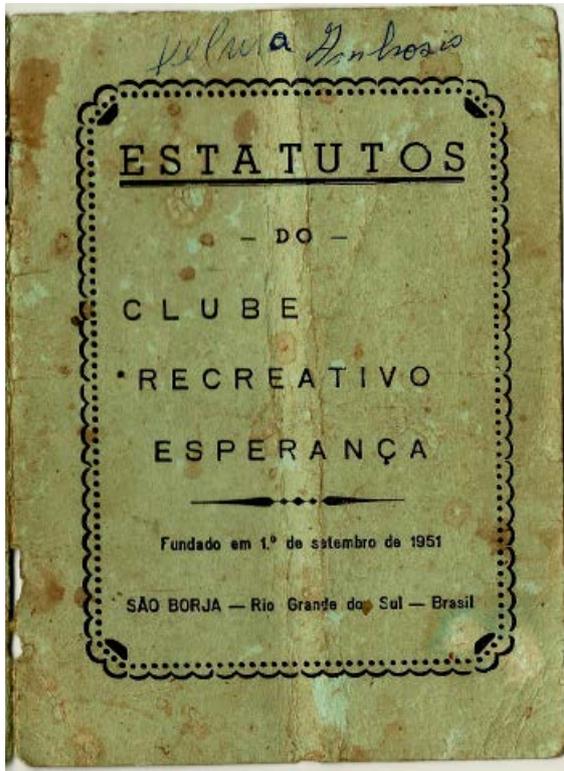
São Benja, 24 de Junho de 1952

Modesto de Lara Fagundes
P r e s i d e n t e

Rogério Soares de Almeida
S e c r e t á r i o

ANEXO B

Livreto com os Estatutos do CRE – Acervo particular do senhor Glênio Falcão



Art. 2.^o — Sua bandeira é de formato comum, com 1,50 m de comprimento e 0,90 m. de largura e tem sobre um fundo branco, um glôbo verde com 0,65 m. de diâmetro, com cinco estrelas prateadas formando o Cruzeiro do Sul.

CAPITULO II

Dos sócios e suas categorias

Art. 3.^o — Compõe-se à o Clube de seis categorias de sócios, a saber: Fundadores, efetivos, contribuintes, benemeritos, transeuntes e honorários.

§ 1.^o — São sócios fundadores, todos os cidadãos que pagarem a jôia estipulada e assinarem a ata de sua inauguração, contribuindo para sua fundação.

§ 2.^o — Serão considerados sócios efetivos os que depois de aceitos como tais, pagarem a jôia estipulada e a mensalidade correspondente.

§ 3.^o — Serão considerados sócios contribuintes, as senhoras viúvas ou solteiras que tenham a seu cargo a direção da família, ficando isentas do pagamento da jôia, não podendo votar, nem serem votadas.

§ 4.^o — Serão considerados em a categoria de benemeritos os componentes do quadro geral associativos, ou suas Exmas. Senho-

ras que tiverem prestado ao Clube relevantes serviços, ou por seus atos de generosidade se tornarem merecedores desta distinção.

§ 5.^o — Serão considerados transeuntes, todos os cidadãos que não tenham residência fixa neste Município, ficando isento do pagamento da jôia, pagando somente a mensalidade.

§ 6.^o — Serão considerados sócios honorários:

a) — As pessoas que merecedoras deste título forem aceitas pela Assembléa Geral.

b) — Este título será concedida às empresas jornalísticas nacionais e ou estrangeiras que enviarem gratuitamente ao Clube, suas folhas e revistas, por mais de 10 (Dez) anos consecutivos.

CAPITULO III

Da admissão de sócios

Art. 5.^o — Poderão fazer parte do Clube todas as pessoas de reconhecidas responsabilidade, idoneidade moral, maiores de 18 (dezoito) anos de idade e que tenham ocupação honesta.

Art. 6.^o — As propostas para sócios nos termos do § 1.^o, 2.^o e 5.^o do art. 3.^o, deverão serem lançadas e assinadas no respectivo

livro, por um sócio em pleno uso de seus direitos sociais, com a declaração de nome, idade, nacionalidade, estado civil, profissão e residência, designando a categoria na qual pretende ser incluído; os sócios nos termos do § 4.^o e 6.^o, letra a, serão propostos pela Diretoria, com a aprovação Assembléa Geral, para conceder os títulos a esta categoria de sócios.

§ 1.^o — As propostas nos termos do § 1.^o, 2.^o e 5.^o do art. 3.^o, serão sujeitos a aprovação da Diretoria em reunião secreta.

§ 2.^o — Caso o proposto seja desconhecido da Diretoria ou qualquer membro da mesma tenha dúvida sobre o seu mérito será nomeado uma comissão de sindicância e sua proposta protelada, até que o caso seja bem ventilado.

§ 3.^o — A Diretoria poderá cancelar a matrícula do sócio cuja admissão tenha sido baseada em informações inexatas, restituindo o valor da respectiva jôia e mensalidade que tenha sido paga.

§ 4.^o — As sessões da Diretoria que resolverem sobre a aceitação ou não de novos sócios, serão secretas, não podendo constar das atas respectivas, as discussões porventura havidas sobre o assunto.

CAPITULO IV

Dos deveres e direitos dos sócios

Art. 7.^o — Todos os sócios são obrigados a respeitar e fazer respeitar estes estatutos e, para poderem fazer valer os seus direitos, precisam estar quites com o Clube, devendo interessar-se pelo progresso e realização de suas finalidades, obedecendo a regiminação interna e dispensando a consideração devida, aos membros da Diretoria.

§ 1.^o — Compete aos sócios a aceitar o bem desempenhar as funções para que forem nomeados ou eleitos, salvo quando provarem impossibilidade.

§ 2.^o — Pagar adiantadamente a mensalidade de Cr\$ 10,00 (Dez cruzeiros) e a jôia de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), podendo esta ser realizada em duas ou mais prestações, a requerimento do interessado e à critério da Diretoria.

§ 3.^o — Os associados deverão apresentar-se condignamente trajados no recinto do Clube.

Art. 8.^o — Os sócios tem direito de frequentar o Clube, assistindo a todas as reuniões, a bem de gozarem as facilidades e regalias concedidas por estes estatutos, tomando parte nas festas, jogos, exercícios e diversões

Art. 11.º — A Diretoria compõe-se de um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretário, Primeiro e Segundo Tesoureiro um Bibliotecário, quatro Diretores de mês, Zelador do Patrimônio e um Orador Oficial

Art. 12.º — O Conselho Fiscal será constituído de quatro membros.

Art. 13.º — A Diretoria e o Conselho Fiscal deverão serem eleitos até 20 de agosto e empossados no dia 1.º de setembro em Assembleia Geral.

§ Único — Os mandatos da Diretoria e do Conselho Fiscal, contados sempre do mês de agosto, durarão 2 (dois) anos.

Art. 14.º — A Assembleia deverá eleger e empossar todos os membros de Diretoria.

§ Único — Os cargos de Presidente, Primeiro Tesoureiro e Primeiro Secretário, serão cargos exclusivamente desempenhados por sócios de cor, (Preto).

Art. 15.º — As reeleições são admissíveis; as demissões que se impuserem mesmo de cargos eleitos, deverão ser proferido pelo Conselho Fiscal.

CAPÍTULO VI Da Diretoria

Art. 16.º — A Diretoria é órgão executor da administração e direção do Clube e responsável

imediatamente pelo bom nome e conservação dos patrimônios sociais.

§ Único — A Diretoria incumbem:

a) — Cumprir e fazer cumprir estes estatutos, regimento interno e as decisões aprovadas por ele mesmo e pela Assembleia Geral, e resolver sobre os casos omissos.

Art. 17.º — Das sessões da Diretoria lavrará o Secretário ata circunstanciada na qual se consignará fiel e resumidamente tudo quanto se houver resolvido e que não tiver sido objeto de discussões secretas.

§ Único — As sessões da Diretoria poderão serem assistidas pelos sócios de qualquer categoria, excetuadas as de carácter secreto.

CAPÍTULO XII Funções dos membros da Diretoria

Art. 18.º — Ao Presidente compete:

§ 1.º — Convocar, presidir e encerrar as sessões mantendo nelas boa ordem, dissolvendo-as quando se tornarem tumultuosas; conceder a palavra aos sócios; negar ou retirar aos que se tornarem inconvenientes; obstar diálogos nas discussões e deliberações da Assembleia Geral; nomear, interinamente os sócios para preenchimento de lugares

vagos; atender as reclamações e interpelações que lhe forem dirigidas; aceitar propostas, emendas e requerimentos dentro dos limites destes estatutos.

§ 2.º — Permitir reuniões dançantes ou outras diversões particulares no Clube entre sócios ou familiares destes, desde que não traga onus de qualquer espécie à Sociedade.

§ 3.º — Rubricar os livros e papéis oficiais da secretaria, subscrevendo diplomas, convites e cartões de ingressos.

§ 4.º — O Presidente ocupando a cadeira presidencial, não poderá tomar parte nas discussões, no entanto poderá externar sua opinião sobre qualquer assunto; havendo empate nas votações terá o voto de Minerva.

§ 5.º — Apresentar anualmente à Assembleia, um relatório minucioso de sua gestão, prestando amplas contas da vida geral interna e externa do Clube.

Art. 19.º — Ao Vice-Presidente incumbem:

§ Único — Comparecer a todas as sessões, para discutir e votar os assuntos que forem submetidos ao pronunciamento da Diretoria e do Conselho Fiscal e substituir o Presidente nos seus impedimentos, e, nesta situação, quando presidindo sessões, só poderá votar em caso de empate.

Art. 20.º — Ao Primeiro Secretário compete:

§ 1.º — Lavrar as atas da Diretoria e da Assembleia Geral, nos livros correspondentes.

§ 2.º — Assinar com o Presidente ou com quem a substitua, os diplomas, convites, cartões de ingressos e demais papéis da secretaria.

§ 3.º — Ter sob sua guarda e responsabilidade, toda a correspondência e arquivo da Secretaria, zelando pela boa ordem da mesma e pela conservação do Patrimônio social, confiado a seus cuidados.

§ 4.º — Fornecer ao Presidente, os dados que se julgar necessários para a organização do relatório anual e mais informações que lhe forem exigidas.

§ 5.º — Redigir e subscrever a correspondência oficial do Clube.

§ 6.º — Publicar na imprensa e rádio local os anúncios necessários afixar no recinto do Clube, os nomes dos diretores de mês, nomeados pela Diretoria, subscrevendo os editais e portarias que se tornarem necessários.

§ 7.º — Substituir o Vice-Presidente nos seus impedimentos, e, então só votar em caso de empate.

Art. 21.º — Ao Segundo Secretário incumbe:

§ Único — Substituir o Primeiro Secretário em seus impedimentos, auxiliando-lhe na escrituração a seu cargo.

Art. 22.º — Ao Primeiro Tesoureiro compete:

§ 1.º — Fazer arrecadar pelo cobrador do Clube as mensalidades, jóias e demais rendas sociais, pagando a quem a comissão de cobrança que lhe tiver sido fixada pela Diretoria.

§ 2.º — Depositar no Banco as importâncias recebidas.

§ 3.º — Comunicar ao Presidente em sessão da Diretoria, qualquer situação da Tesouraria que exija providências que não estejam na esfera de suas atribuições.

§ 4.º — Assinar com o Presidente, cheques, outros papéis de crédito e títulos de sócios efetivos.

§ 5.º — Saldar as contas autorizada pelo Presidente, escriturando-as cronologicamente.

§ 6.º — Apresentar na primeira sessão mensal, da Diretoria, a lista dos sócios atrasados no pagamento das mensalidades, indicando o nome e o endereço dos que incidirem nas penas estatutárias.

§ 7.º — Fornecer anualmente, um balanço geral da receita e despesa do Clube.

§ 8.º — Comparecer em todas as sessões da Diretoria, discutindo e votando quaisquer assuntos, e substituir o segundo secretário quando este estiver ausente, ou de, a seu turno substituir o Vice-Presidente, e neste caso, só votar em caso de empate.

Art. 23.º — Ao Segundo Tesoureiro incumbe:

§ Único — Substituir o primeiro tesoureiro em todas as suas ausências, auxiliando o nos trabalhos da Tesouraria.

Art. 24.º — Ao Bibliotecário compete:

§ 1.º — Catalogar a biblioteca do Clube por ordem alfabética com discriminação dos autores e assuntos das respectivas obras.

§ 2.º — Facilitar aos sócios todas as obras que desejarem consultar, dentro da Biblioteca concedendo-as para fora mediante recibo dos interessados, com declaração da obra pedida e data da saída, que não poderá exceder de 15 dias a sua restituição.

Art. 25.º — Aos diretores de mês compete:

§ 1.º — Frequentar assiduamente a sede social.

§ 2.º — Atender as reclamações que lhe forem dirigidas, dando ciência à Diretoria quando não possa resolver; fazer retirar do recinto do Clube qualquer pessoa que não sendo sócio ou visitante, não se ache sem convite.

§ 3.º — Manter a ordem e a moralidade no Clube sanar e comunicar à Diretoria, as irregularidades e danos que verificar no Clube, citando os responsáveis, para a fiel observância destes Estatutos.

§ 4.º — Fiscalizar, constantemente o material, móveis, utensílios, etc., pertencentes ao Clube, conferindo-os quando julgar necessário ou quando lhe for determinado por quem de direito.

§ 5.º — Apresentar a Diretoria, um relatório do ocorrido durante a sua direção.

Art. 26.º — Ao Conselho Fiscal compete:

§ 1.º — Pugnar pelo fiel cumprimento destes Estatutos e demais disposições regulamentares, delatando com zelo pelo bem estar geral e fiscalizando a vida social do Clube.

§ 2.º — Examinar atentamente, as contas da Diretoria, apresentando parecer particularizado sobre elas, e opinando pela sua aprovação ou rejeição por parte da Assembléa.

§ 3.º — Analisar a escrita social, conferindo-a com a documentação existente nos arquivos, para o que tudo lhe será facultado e decidir sobre o que estatue os arts. destes Estatutos.

CAPÍTULO VIII

Das Assembléas Gerais

Art. 27.º — A Assembléa Geral poder soberano do Clube, é a reunião legal de seus sócios e tem amplos poderes para ratificar ou anular qualquer ato da administração, que não seja privativo de outros poderes, deliberando sempre de conformidade com estes Estatutos.

§ 1.º — Os sócios presentes escolhendo entre si, o presidente da sessão, cabendo a este convidar dois outros sócios para o secretariado.

§ 2.º — Para que as deliberações tomadas sejam válidas, é preciso que a convocação da Assembléa tenha sido feita estatutariamente, e que o seu funcionamento se molde nos textos legais.

§ 3.º — Só poderão votar os sócios que estiverem presentes e se acharem quites com a Tesouraria.

Art. 28.º — As resoluções da Assembléa Geral entram em vigor imediatamente e obrigam os sócios ausentes e os que divergirem, à deliberação tomada.

Art. 29.º — As sessões da Assembléa Geral, serão Ordinária e Extraordinária.

§ 1.º — As primeiras têm por fim eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, decidir sobre o relatório anual apresentado pelo Presidente e o mais que convier, devendo realizar-se na primeira quinzena do mês de setembro de cada ano.

§ 2.º — As Assembléias Gerais Extraordinárias, deliberarão sobre reformas estatutárias e no caso de extinção do Clube, reservados sempre os direitos dos sócios efetivos, que só poderão serem modificados no sentido de os diminuir, por quatro quintos dos sócios desta categoria, ou sobre outras ocorrências excepcionais e de grande vulto.

§ 3.º — Uma vez extinta a Sociedade, seu capital reverterá em benefício de casas de caridade do Município.

Art. 30.º — As assembléias gerais extraordinárias, excepto os casos de reforma estatutária e dissolução do Clube, poderão ser convocadas:

- a) — Pelo Presidente;
- b) — Por 20 (vinte) sócios quites com a Tesouraria, e, que estejam em pleno gozo de seus direitos estatutários.

§ Único — A convocação será feita por edital, fixado na sede do Clube, designando-se dia, hora e motivo da sessão, no mínimo com antecedência de 10 (dez) dias.

Art. 31.º — Em primeira convocação as Assembléias Gerais, decidirão com metade mais um dos sócios quites; em segunda, que se realizará meia hora depois da primeira, decidirão com um terço mais um; e em terceira que ocorrerá cinco dias depois da segunda e na mesma hora para que foi convocada a primeira, deliberará com qualquer número.

Art. 32.º — As Assembléias Gerais só poderão tratar dos assuntos para as quais foram convocadas.

CAPITULO IX

Art. 33.º — O Clube é privativo de seus sócios, resultantes nos casos seguintes:

§ Único — Quando algum sócio desejar mostrar a Sede e demais dependências do Clube a uma ou mais pessoas de suas relações, não sendo dia de festas, poderá fazê-lo livremente, desde que não exceda de duas vezes com as mesmas pessoas, devendo as visitas ficar consignada no livro respectivo.

Art. 34.º — O sócio que pretender convidar um forasteiro para festas sociais, deverá solicitar a Diretoria com a antecipação de no mínimo (dois) 2 dias, o respectivo ingresso, que lhe será ou não concedido, a critério da Diretoria.

§ 1.º — Somente em casos excepcionais será concedida fora dos moldes previsto no artigo acima.

§ 2.º — O sócio que ultrapassar as prescrições acima, autorizando a entrada de pessoas estranhas, será advertido, e, na reincidência, será excluído de sócio.

CAPITULO X

Do Regimento Interno

Art. 35.º — O Clube estará aberto todos os dias, das 10 às 24 horas, se houver concorrência, salvo nos dias em que o presidente ou o diretor de mês, determinar outra hora.

Art. 36.º — Não se poderá convidar pessoas residentes nesta cidade, sem que seu chefe seja sócio do Clube, excetuando as viúvas ou pessoas possuidoras do cartão de frequência fornecido pela Diretoria.

Art. 37.º — Em casos de morte de qualquer sócio do Clube, este se fará representar nas exequias fúnebres, por uma comissão nomeada pelo Presidente ou Diretoria.

Art. 38.º — O sócio que levar ao Clube um visitante, terá por obrigação de fazê-lo assinar no livro próprio para esse fim.

Art. 39.º — O sócio que se embriagar no Clube ou entrar já embriagado faltando, assim ao

respeito que se deve ter à sociedade, será admoestrado, chamando-o à ordem o Diretor de mês, que tomará as medidas que o caso exigir, si não for obedecido. Na reincidência será expulso pela Diretoria.

Art. 40.º — É proibida a entrada no recinto do Clube de sócio armado, e que não estejam decentemente trajado, isto é, de acordo com o meio social.

Art. 41.º — Qualquer assunto de certa importância não previsto neste Regulamento a Diretoria convocará uma reunião da Assembléia Geral, para resolvê-lo, a qual convocada por segunda vez para o mesmo fim, não comparecer número legal, será depois de uma hora, resolvido o assunto, com o número de sócios presentes, uma vez que esteja a maioria da Diretoria.

Art. 42.º — Haverá na sede uma copa, que será fiscalizada e explorada pelo Clube, ficará à cargo da Diretoria, que regulará seu funcionamento.

CAPITULO XI

Das Disposições Gerais

Art. 43.º — O Pavilhão Nacional será usado nos dias feriados nacionais e nos dias da festa do Clube, o deste.

Art. 44.—Por motivo de falecimento de um sócio fundador, será içada à meia haste a bandeira do Clube, durante 3 (três) dias.

Art. 45.—Os sócios não responderão solidariamente nem subsidiariamente pelas obrigações do Clube.

Art. 46.—O mandato da atual Diretoria terminará em 1.º de setembro do ano de 1953 (mil novecentos e cinquenta e três).

Art. 47.—A Diretoria fica autorizada a fazer as operações de crédito que se fizerem necessárias para construção de sua sede social.

Art. 48.—Os presentes Estatutos e Regulamento Interno serão observados a partir da data de sua convocação.

Art. 48.—A Diretoria resolverá a seu juízo, os casos omissos nestes Estatutos, cabendo nos casos que os sócios não concordarem, recursos para a Assembléa Geral.

Art. 50.—Estes Estatutos estarão sujeitos a qualquer emenda que julgarem necessária.

São Sócios Fundadores

Modesto de Lara Fagundes
Pedro Ferreira da Silva
Roque Soares Almeida

Aristides de Deus
Grogório Legal
Jerônimo da Rosa
Manoel Bertolomeu Legal da Silva
Zozaldo de Moura
Doralino Maciel da Silva
Maria de Lourdes da Rosa de Deus
Neuza da Rosa Machado
Francisco de Assis Betim
Candido Cunha de Campos
José da Rosa
Romeu da Silva
Vicentina da Rosa Oliveira
Celi Goulart
Maria Vidalvina Mendonça da Rosa
Elaina da Rosa Berreto
Janoario da Rosa
Paulino da Rosa
Perciliano José Ortaça
Clemente Marques
Rosalino Moraes Camargo
Maria da Gloria Alves
Florentino José Porfírio

Felizardo de Oliveira
Pedro Ferreira Junior
Alberto Ramires
Ivo Castilho dos Reis
Tito Falcão
Daltiva Falcão
Zeferino Rapete

ANEXO D - LEI MUNICIPAL Nº 269, DE 25 DE JULHO DE 1960

Lei Municipal que autorizou a doação do terreno do CRE



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

LEI Nº 269

Autoriza o Poder Executivo fazer
doação de um imóvel ao Club Re-
creativo.

MAUA FERREIRA, VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BORJA, em exer-
cício.

Fago saber, em cumprimento ao disposto no artigo 50, inciso
I, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou
e sancionou e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - É autorizado o Poder Executivo a fazer doação ao CLUB RECRE-
ATIVO, de imóvel abaixo descrito.

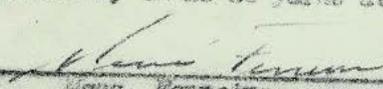
Art. 2º - O imóvel de que trata esta Lei é constituído de lote urbano
nº 16 da quadra 02, nesta cidade, confrontando ao norte, com
o terreno de Eduardo Silvano dos Santos, com 56,20 m.; ao
sul com o terreno de Salliana Moliterno e Filhos com 56,20m;
a leste com a rua Felix de Castro, atualmente Deputado Olinto
Araújo Silva com 25m; a Oeste, com os terrenos de Carlos Ba-
nos da Silva e Leopoldina Loureiro, com 25 metros.

Art. 3º - O imóvel doado pelo artigo 1º, desta Lei, será para ser
de propriedade dessa entidade, revertendo ao patrimônio do Muni-
cípio, e por qualquer eventualidade não sofrer mudança de des-
tinação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

DADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BORJA, em 25 de julho de 1960.


Maua Ferreira
Vice-Prefeito em exercício

ANEXO E – CERTIDÃO DE POSSE DO TERRENO DO CRE

Ofício de Registro de Imóveis
IRINEO PIAZZA
 Oficial Registrador
CRISTIANO PRIEB TELO
 Registrador Substituto
JUARES VIZZOTTO
CLECI VIZZOTTO RIGHI
 Escreventes Autorizados
 São Borja - RS

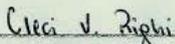


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 Comarca de São Borja
Ofício de Registro de Imóveis de São Borja
 Irineo Piazza - Oficial Registrador

CERTIDÃO

CERTIFICO, por me ter sido verbalmente pedido de acordo com o que me faculta a lei, que à fls.161 do livro 3-AH, encontrei a transcrição de teor seguinte: **Nº de Ordem** - 20.142. **Data** - 14 de Maio de 1962. **Circunscrição** - São Borja - Cidade. **Denominação ou Rua e Número** - Rua "Deputado Olinto Aramy Silva". **Característicos e Confrontações** - O lote urbano número dezesseis, da quadra número noventa e dois, com a área de Um mil, trezentos e oitenta e sete metros quadrados (1.387,00m²), sito nesta cidade, com frente à rua Deputado Olinto Aramy Silva, e que tem as seguintes confrontações e dimensões: Norte, com terreno de Floduardo Silvano dos Santos; com cinquenta e seis metros e oitenta centímetros; Sul, com terreno de Emiliana Moliterno e filhos, com cinquenta e quatro metros e vinte centímetros; Leste, com a rua Deputado Olinto Aramy Silva, com vinte e cinco metros; e, Oeste, com terreno de Carlos Ramos da Silva e de Protasio Cardoso de Lima, com vinte e cinco metros, havido em virtude do ato do então Ministro da Fazenda, em data de dezessete de Junho de mil oitocentos e trinta e nove. **Nome do Adquirente** - CLUB RECREATIVO ESPERANÇA, representada por seu presidente Juvenal Pereira da Rosa, brasileiro, casado, militar, residente nesta cidade. **Nome do Transmitente** - Prefeitura Municipal desta cidade, representada pelo Prefeito Dr. Florencio Aquino Guimarães, brasileiro, casado, cirurgião dentista, residente nesta cidade. **Forma do Título, Data e Serventuário** - Escritura pública de Doação de 04 de Maio de 1962, pelo 1º Tabelião Joaquim Adão Espíndola. **Título de Transmissão** - Doação. **Valor do Contrato** - Não consta. **Condições do Contrato** - As da lei. **Escrevente** - Walduy Maurer. **Oficial** - Cleto Doria de Azambuja. Nada mais constava. O referido é verdade e dou fé.-

São Borja/RS, quarta-feira, 24 de fevereiro de 2016, às 16:26:39.



Cleci Vizzotto Righi
 Escrevente Autorizada

Emol: R\$ 20,80
 Certidão 1 página: R\$ 7,60 (0585.01.1500005.27627 = R\$ 0,40)
 Busca em livros e arquivos: R\$ 7,90 (0585.01.1500005.27625 = R\$ 0,40)
 Processamento eletrônico de dados: R\$ 4,10 (0585.01.1500005.27626 = R\$ 0,40)

PCC

Para fins do Decreto nº 93.240/86, art. 1º, IV, prazo de validade de 30 (trinta) dias.

Rua Coronel Aparicio Mariense da Silva, 2092 - Centro - São Borja/RS - CEP: 97.670-000-Fone: (55)3431-2160

ANEXO F - AVERBAÇÃO DA POSSE DO TERRENO DO CRE

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
AVERBAÇÃO

CERTIFICO, que foi averbado em nome do CLUB RECREATIVO ESPERANÇA, o lote de terreno numero 15, do quarteirão numero 92, com a -
area de (1.387m,00)², MIL TREZENTOS E OITENTA E SETE METROS QUADRADOS, -
sido nesta cidade, á rua Deputado Olinto Arami Silva, com as seguintes -
confrontações e dimensões.-

N O R T E: Com terreno de Floduardo Silvano dos Santos.....56,80
S U L: Com terreno de Emiliana Moliterno Motta e Filhos.....54,20
L E S T E: Rua Deputado Olinto Arami Silva.....25,00
O E S T E: Com terrenos de Carlos Ramos da Silva e Leopoldina Lourei
ro.....25,00

Foro..Cr\$.

M/C...Cr\$.

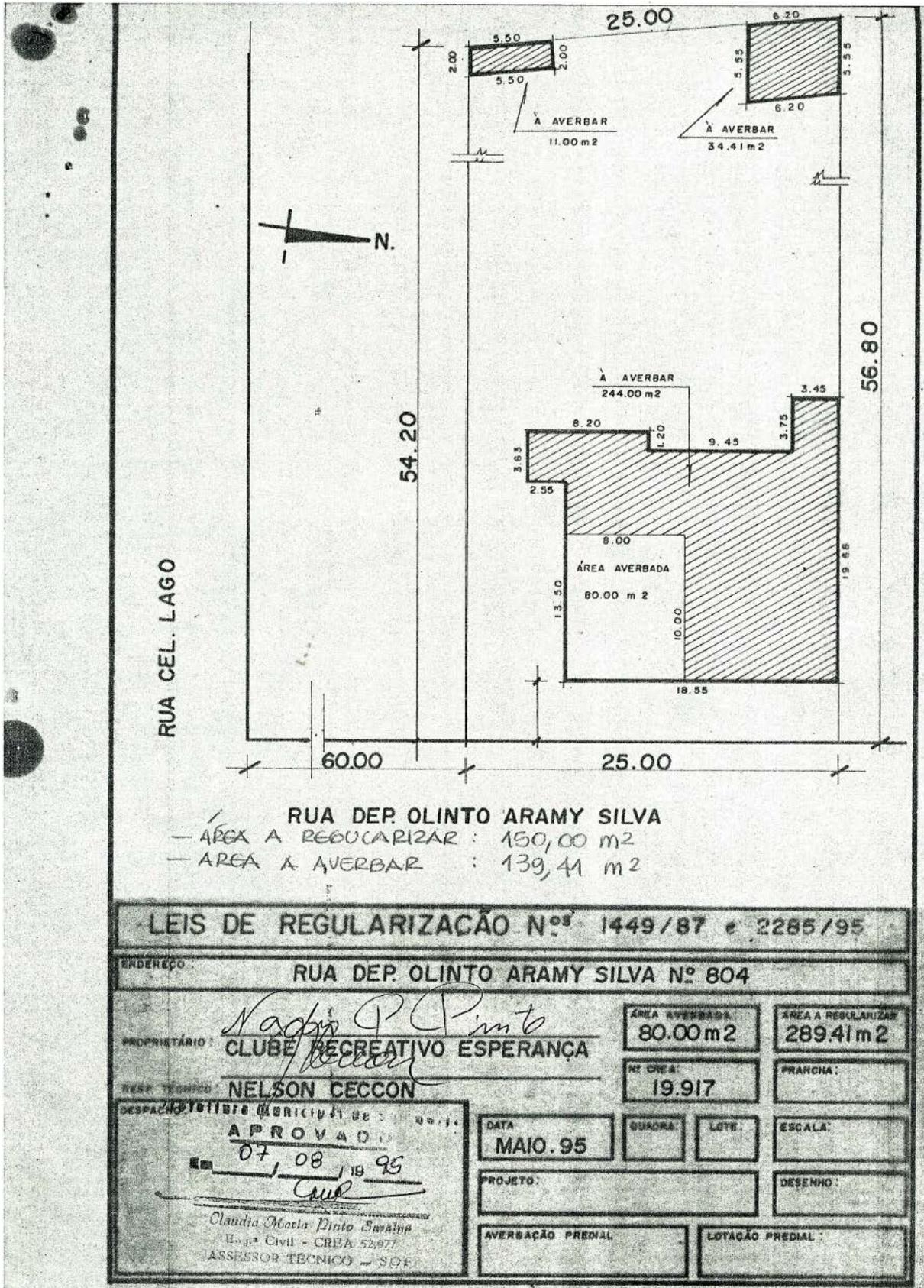
Territorial.Cr\$.

Semestral.Cr\$.

São Borja, 16 de Maio de 1962


Pelo Diretor de Obras e Serviços Urbanos

ANEXO G – PLANTA BAIXA DO TERRENO DO CRE



LEIS DE REGULARIZAÇÃO N.ºs 1449/87 e 2285/95

ENDEREÇO: RUA DEP. OLINTO ARAMY SILVA Nº 804

PROPRIETÁRIO: *Nadya P. Pinto*
 CLUBE RECREATIVO ESPERANÇA

ÁREA AVERBADA: 80.00 m ²	ÁREA A REGULARIZAR: 289.41 m ²
--	--

RESP. TÉCNICO: NELSON CECCON

N.º CRE: 19.917	FRANCA:
-----------------	---------

DESPACHO: *APROVADO*
 Em 07, 08, 19 95
CML
 Claudia Maria Pinto Santana
 Eng.ª Civil - CREA 52977
 ASSESSOR TÉCNICO - S.O.F.

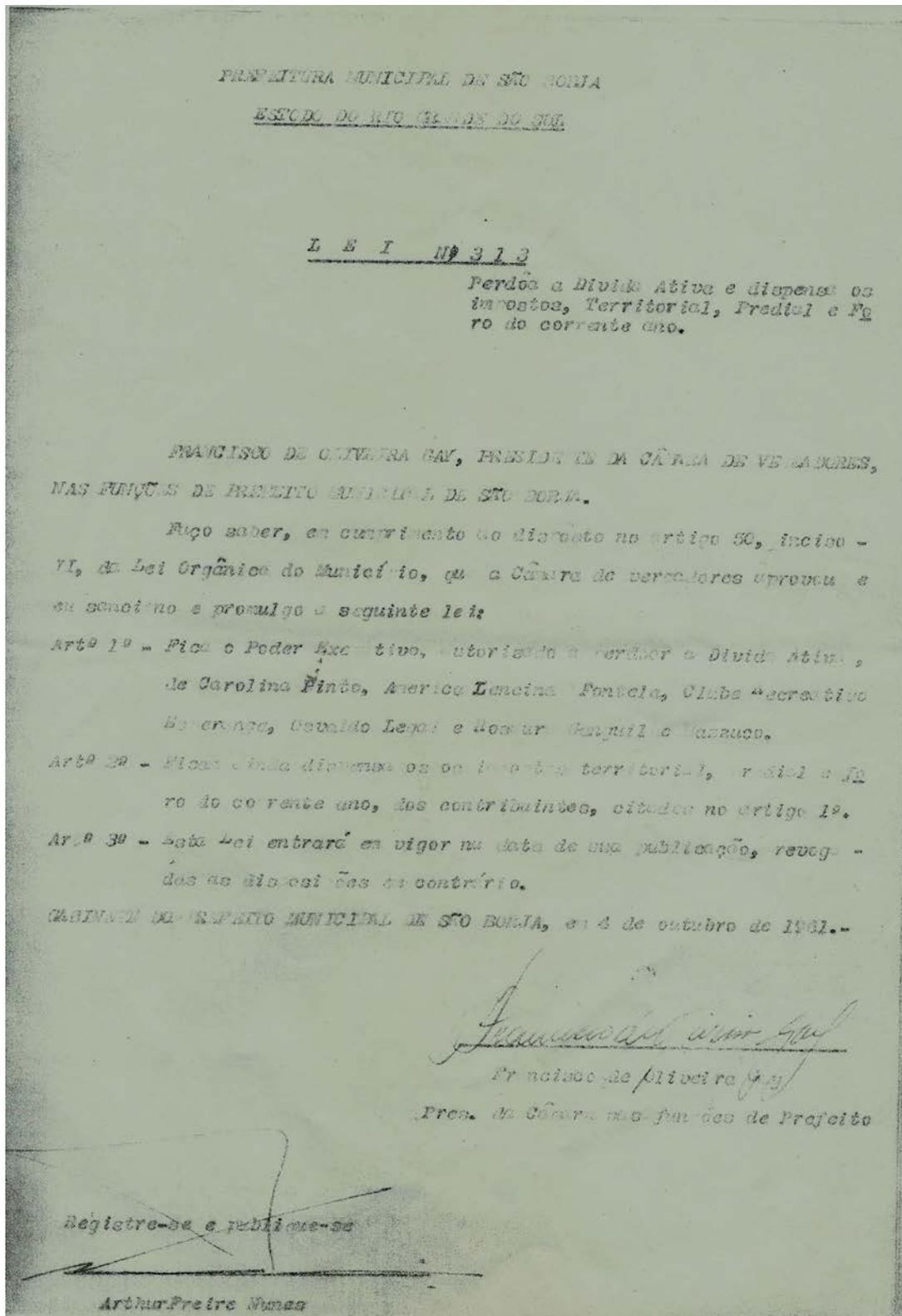
DATA: MAIO.95	QUADRA:	LOTE:	ESCALA:
---------------	---------	-------	---------

PROJETO:	DESENHO:
----------	----------

AVERBAÇÃO PREDIAL:	LOTACÃO PREDIAL:
--------------------	------------------

ANEXO H – LEI MUNICIPAL Nº 313, DE 4 DE OUTUBRO DE 1961

Lei Municipal que perdoou dívida do CRE



ANEXO I – RELAÇÃO DE PRESIDENTES DO CRE

Esta relação foi confeccionada com base no levantamento de dados da pesquisa de campo, pois não existe documentação que comprovem os biênios e os nomes de todos os presidentes do clube.

Biênio	Nome	Fonte
1951-1953	Modesto de Lara Fagundes	Ata nº4, de 30/09/1951
1953-1955	Aristides de Deus	Informação Verbal seu Pedro da Rosa
1955-1957	Aristides de Deus	Informação Verbal seu Pedro da Rosa
1957-1959	Argemiro Pinto Figueiredo	Informação Verbal seu Pedro da Rosa
1959-1961	Pedro Ivo da Rocha	Informação Verbal seu Pedro da Rosa
1961-1963	Juvenal Pereira da Rosa	Certidão de Posse do terreno
1963-1965	José de Souza	Informação Verbal seu Gilberto Souza
1965-1967	José Carlos Ifram	Informação Verbal seu Gilberto Souza
1967-1969	-	-
1969-1971	José de Souza	Informação Verbal seu Gilberto Souza
1971-1973	Carlos Felipe Machado Neves	Informação Verbal seu Pedro da Rosa
1973-1975	Adão dos Anjos	Informação Verbal seu Pedro da Rosa
1975-1977	João Manoel Pantaleão	Jornal Folha de São Borja
1977-1979	-	-
1979-1981	-	-
1981-1983	Euclides Manssuetto Lopes	Informação Verbal senhorita Jandira Lopes
1983-1985	-	-
1985-1987	Francisco Campos	Informação Verbal seu Pedro da Rosa
1987-1989	-	-
1989-1991	Calixto Solano	Informação Verbal seu Marco da Rosa
1991-1993	Calixto Solano	Informação Verbal seu Marco da Rosa
1993-1995	Marco Antonio Legal da Rosa	Informação Verbal seu Marco da Rosa
1995-1997	Marco Antonio Legal da Rosa	Informação Verbal seu Marco da Rosa
1997-1999	João Felipe Machado da Rosa	Informação Verbal seu Marco da Rosa
1999-2001	João Felipe Machado da Rosa	Informação Verbal seu Marco da Rosa
2001-2003	Oscar Soares	Informação Verbal seu Marco da Rosa
2003-2005	-	-
2005-2007	-	-
2007-2009	-	-
2009-2011	-	-
2011-2013	-	-
2013-2015	-	-
2015-2017	-	-